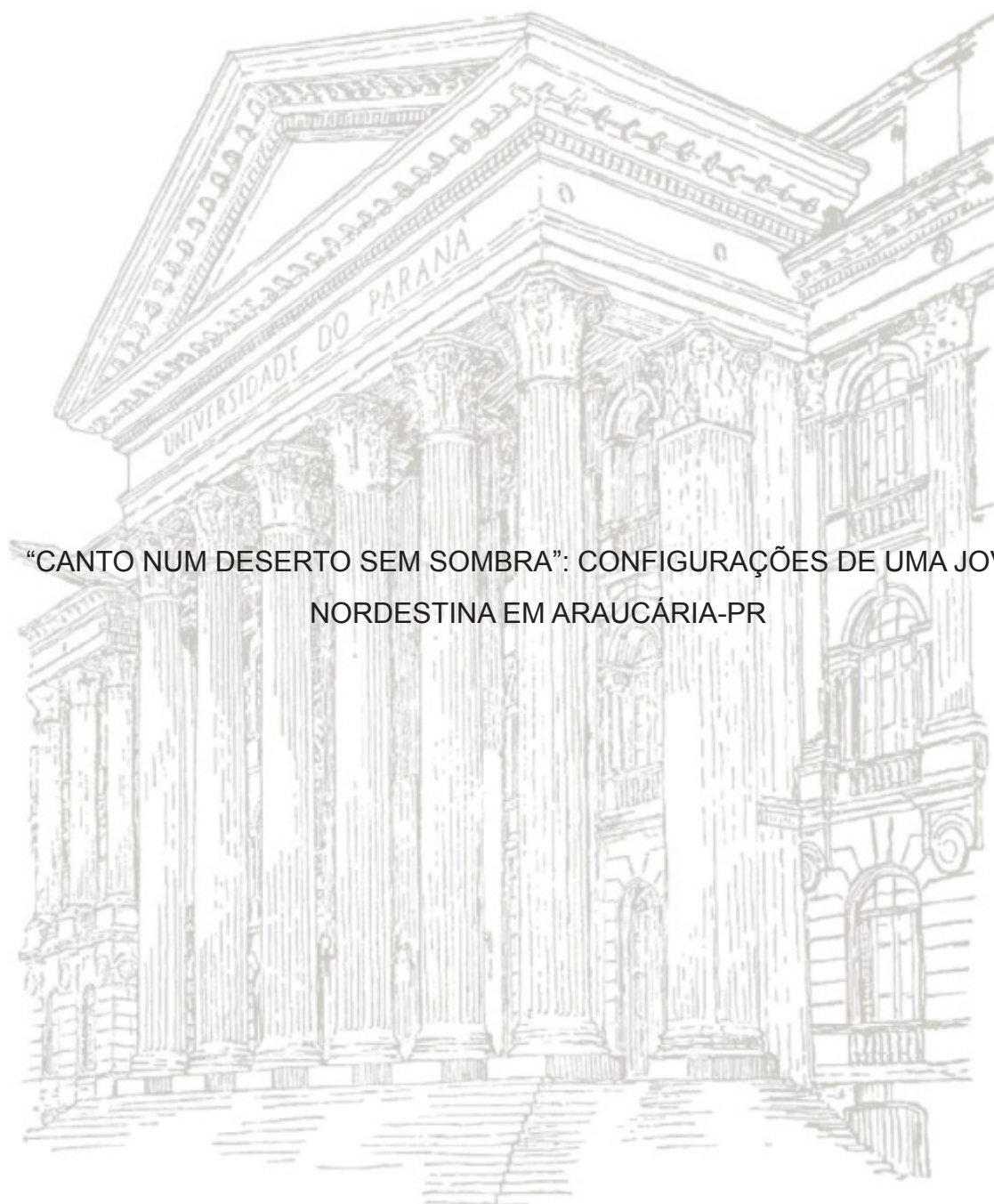


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ HENRIQUE VIGNOLA CABRERA



“CANTO NUM DESERTO SEM SOMBRA”: CONFIGURAÇÕES DE UMA JOVEM
NORDESTINA EM ARAUCÁRIA-PR

CURITIBA

2022

LUIZ HENRIQUE VIGNOLA CABRERA

“CANTO NUM DESERTO SEM SOMBRA”: CONFIGURAÇÕES DE UMA JOVEM
NORDESTINA EM ARAUCÁRIA-PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Valéria Milena Rohrich
Ferreira

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Cabrera, Luiz Henrique Vignola

“Canto num deserto sem sombra” : configurações de uma
jovem nordestina em Araucária-PR / Luiz Henrique Vignola
Cabrera. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profª Drª Valéria Milena Rohrich Ferreira

1. Educação. 2. Imigrantes. 3. Nordestinos – Brasil. 4.
Discriminação na educação. 5. Educação – Aspectos morais e
éticos. I. Ferreira, Valéria Milena Rohrich. II. Universidade Federal
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUIZ HENRIQUE VIGNOLA CABRERA** intitulada: **"CANTO NUM DESERTO SEM SOMBRA": CONFIGURAÇÕES DE UMA JOVEM NORDESTINA EM ARAUCÁRIA-PR**, sob orientação da Profa. Dra. VALERIA MILENA ROHRICH FERREIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

30/03/2022 15:09:09.0

VALERIA MILENA ROHRICH FERREIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/03/2022 13:53:14.0

TATIANA SAVOIA LANDINI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

01/04/2022 11:02:50.0

SUELI DE FATIMA FERNANDES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo analisar aspectos das configurações sociais e territoriais de uma jovem nordestina em Araucária/ PR, a partir da articulação dos conceitos de juventude, território, cidade e redes de interdependência. Partiu-se, desse modo, da seguinte pergunta de pesquisa: Como, após 10 anos das imigrações de trabalhadores para as reformas da REPAR, se tecem aspectos sociais e territoriais nas configurações de uma jovem imigrante em Araucária-PR? Assim, após realizar um estudo exploratório com questionários que foram respondidos por 252 jovens de 14 a 21 anos de idade, preenchidos em igual número por dois colégios de Araucária (Colégio I e Colégio II, localizados nos bairros Centro e Capela Velha, respectivamente), os dados foram categorizados e analisados segundo Bardin (1977), chegando a duas conclusões importantes para o prosseguimento da pesquisa: existem em ambos colégios jovens imigrantes vindos de outras regiões do país, e existem diferenças nos problemas sociais apontados por eles e pelos não imigrantes. Em um segundo momento, para aprofundar a investigação por meio de entrevistas e observações, entrei em contato com vários jovens (por WhatsApp, ligações telefônicas, chamadas de vídeo etc) mas, pelo momento ser o de pandemia da Covid-19 e pelo pouco acesso dos jovens à internet, consegui me aproximar somente de Ana, única jovem que esteve animada em continuar mantendo contato. Após a transcrição das conversas e análise dos dados, evidenciou-se várias formas de exclusão que se mostraram interseccionais, interdependendo diferentes questões que incidiam na sua condição de jovem imigrante, nordestina, negra e com pouca condição econômica. Tratou-se de uma configuração que demonstrou que sua posição e poder nas redes de interdependências a levou a negociações, mas, também, muitas vezes à exclusão. A análise revelou que mesmo passado mais de 10 anos das imigrações para Araucária-PR, a estigmatização de Ana ainda influi diretamente em sua vida. Estando, muitas vezes, em posição *outsider*, a jovem vivencia territórios que discriminam a sua cultura, além de territórios e relações produtoras de machismo, racismo e elitismo. Mas, a educação apresentou-se também como a possibilidade de acumular poder, se reterritorializando, e equilibrando um pouco mais a balança de poder de suas redes para assumir novas posições sociais.

Palavras-chave: Educação. Juventude. Território. Redes de interdependência.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze aspects of the social and territorial configurations of a young Northeastern woman in Araucária, from the link of the concepts of youth, territory, city, and networks of interdependence. Therefore, it started with the following research question: How, after 10 years of worker migrations for REPAR reforms, social and territorial aspects are weaved into the configurations of a young immigrant in Araucária-PR? Thus, after carrying out an exploratory study with questionnaires that were answered by 252 young people between 14 and 21 years of age, completed in equal numbers by two schools in Araucária (Colégio I and Colégio II, located in the Centro and Capela Velha neighborhoods, respectively), the data were categorized and analyzed according to Bardin (1977), reaching two important conclusions for further research: In both schools, young immigrants are coming from other regions of the country, and there are differences in the social problems pointed out by them and by non-immigrants. In a second moment, to deepen the investigation through interviews and observations, I contacted several young people (via WhatsApp, phone calls, video calls, etc.) of young people on the internet. I was only able to get close to Ana, the only young woman who was excited to keep in touch. After the transcript studies of the dialogues and data of exclusion the young and intersectional issues that focus on their immigrant situation, black and with the poor economic situation. Dealt a configuration that demonstrated that her position and power in the networks of interdependencies led her to negotiations, but also often to exclusion. The analysis revealed that even after more than 10 years of immigration to Araucária-PR, Ana's stigmatization still directly influences her life. Being, many times, in an outsider position, the young people experience their culture, in addition to territories and relations that produce sexism, racism and elitism. But education also presented itself as a possibility of accumulating power, reterritorializing itself, and balancing a little more the balance of power of its networks to new social positions.

Keywords: Education. Youth. Territory. Interdependence networks.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas que passaram por minha vida contribuíram para essa pesquisa. Mas, sem dúvidas, devo meus maiores agradecimentos a professora Valéria Milena, que mesmo com todas as dificuldades (e não foram poucas) sempre esteve do meu lado me dando total apoio. Do mesmo modo, minha família (em especial a minha companheira Lady), foi a estrutura que me deu força para continuar nessa jornada até o fim. E, por fim, dedico esse trabalho à memória de meu amigo Jamison, um homem que apesar das dificuldades nunca deixou de sonhar e sua história de vida inspirou o próprio tema desta pesquisa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	19
2 A URBANIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE ARAUCARIENSE	31
2.1 ARAUCÁRIA-PR E A RMC	29
2.2 O SÍTIO URBANO DE ARAUCÁRIA-PR.....	37
2.3 A INDUSTRIALIZAÇÃO E A “NOVA” CIDADE	43
3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS E AS PRIMEIRAS NOÇÕES SOBRE AS VULNERABILIDADES SOCIAIS VIVIDAS PELOS JOVENS DE ARAUCÁRIA-PR.....	52
3.1 QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA.....	52
3.2 OS RESULTADOS.....	55
4 AS CONFIGURAÇÕES DE ANA.....	70
4.1 A PALO SECO	70
4.2 A VOZ COMO LÂMINA QUE ROMPE O SILÊNCIO	75
4.3 AS REDES DE UMA OUTSIDER.....	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

A definição do tema desta pesquisa é correspondente às minhas vivências no ambiente acadêmico e fora dele. Como professor de Geografia em colégios do município de Araucária, percebi em sala de aula pistas sobre uma possível segregação sofrida por imigrantes nordestinos no município, a começar por serem chamados de “baianos” pelos estudantes; e também, por meio de conversas em atividades e debates, os estudantes relataram algumas histórias que evidenciaram esse problema. Isso serviu para alimentar em mim indagações sobre como os jovens vindos do Nordeste se apropriam dos espaços urbanos da cidade, tendo em vista essa possível segregação, chegando, assim, ao tema desta pesquisa, que envolve juventude e cidade, especificamente buscando entender as correlações de poder que tensionam as vivências dos jovens imigrantes no município. Nesse sentido, o título desse trabalho: “CANTO NUM DESERTO SEM SOMBRA’: CONFIGURAÇÕES DE UMA JOVEM NORDESTINA EM ARAUCÁRIA-PR”, refere-se a imagem produzida pelo poema *A Palo Seco* de João Cabral de Melo Neto, que descreve a aspereza da voz que apesar das dificuldades resiste, forte como um grito político¹.

Concorrem a favor da problemática de pesquisa também minhas experiências de Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Geografia, no ano de 2017, o qual teve como título “Crianças do rio Barigui: percepção e espaço vivido”. Nele, com a ajuda de minha atual orientadora, professora Valéria Milena Rohrich Ferreira, expandi minhas leituras, relacionando autores da geografia com autores da sociologia e da educação. Tal elaboração teórica foi utilizada com o propósito de investigar como o rio Barigui integrava as culturas e os espaços vividos pelas crianças que moravam próximas a ele, estabelecendo questionamentos sobre as diferenças com que o rio se apresentava na região norte, sul e extremo sul da cidade de Curitiba.

Ainda com relação a essa pesquisa com o rio Barigui e seu vínculo com minha atual pesquisa, pode-se dizer que ela também ganhou forma quando comecei a me aprofundar na questão da industrialização de uma outra cidade situada na

¹ No capítulo final detalharei a relação da imagem cabralina com os resultados da pesquisa.

Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Araucária-PR, e percebi que o rio Barigui, além de ser o retrato das desigualdades sociais entre as regiões norte e sul de Curitiba² -uma vez que as crianças da parte mais rica da cidade produziam significados sobre o rio bem diferentes das da parte mais empobrecida-, também apresentava essas desigualdades quanto a Araucária. No caso da pesquisa em Curitiba, enquanto as crianças do norte tinham experiências positivas relacionadas ao rio, as crianças do sul e do extremo sul tinham experiências associadas a desastres, como alagamentos e, também, à violência produzida pelo tráfico de drogas que acontecia nas suas margens. Assim, do mesmo modo que o rio Barigui estava relacionado a espaços de segregação em Curitiba, o mesmo acontecia ao seu redor, na Região Metropolitana de Curitiba, sendo este rio, inclusive, um dos principais elementos fundadores da urbanização de Araucária, pois é em sua bacia que se estruturou todo o parque industrial do município -a Cidade Industrial de Araucária (CIAR)³, questão essa que será melhor detalhada nos próximos capítulos.

É nesse contexto de industrialização que os nordestinos chegam ao município, embora, em período mais recente. A imigração vinda do Nordeste do país remonta ao período das obras de ampliação realizadas pela Petrobras na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), localizada na CIAR. As obras iniciaram em 2008 e, segundo os jornais da época, como por exemplo o Jornal Tribuna, publicado em 21/01/2008, foram investidos, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cerca de R\$ 12 bilhões nas reformas da refinaria, levando a imigração de milhares de trabalhadores para a região.

Assim, os imigrantes nordestinos que vivem em Araucária hoje, pela importância que passaram a ter na cidade, representam a marca da diversidade em um contexto que antes era muito hegemônico, pois boa parte da população local, sobretudo a que ocupa os bairros centrais, é de descendentes de colonos poloneses

² CABRERA, L. **Crianças do rio Barigui**: percepção e espaço vivido. Monografia de Conclusão de Curso de Geografia, Curitiba, UFPR, 2017.

³ Segundo Firkowski (2001) as bacias da região leste da RMC configuram os principais mananciais de água da região e um conjunto de importantes rios nascentes na Serra do Mar, o que no final da década de 1970 estimulou que a instalação industrial de Curitiba fosse feita na região oeste da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Isso impediu conflitos de usos e atividades com relação a recursos hídricos, ou seja, as bacias hidrográficas da porção oeste e sudoeste de Curitiba - onde está localizado o município de Araucária -, foram reservadas, principalmente, ao uso industrial.

e ucranianos vindos do meio rural (assunto que será abordado no capítulo 2). Por tudo isso, eles se tornam centrais a esse estudo.

Mas, a problematização das relações desses imigrantes com a cidade, será analisada, na maior parte das vezes, a partir do caso de uma jovem imigrante nordestina. Se tratará, portanto, da análise de suas experiências *pari passu* com o equilíbrio de poder e tensionamentos que tais experiências provocam na cidade. E alguns outros dados sobre jovens de Araucária também serão acionados para a compreensão de suas relações com a cidade.

Retomando ainda as minhas inquietações de pesquisa, estas também têm relação com o meu caminho dentro da universidade, o que culminou em alguns autores que me guiaram até aqui. Após finalizar a minha Monografia de Conclusão de Curso e ter me formado professor (ambos em 2017), segui participando do grupo de estudo “Territórios, Educação e Cidade” (TECI⁴) do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a partir dele tive a oportunidade de conhecer textos e trabalhos de pesquisadores do grupo, sendo que muitos deles utilizavam os referenciais teórico-metodológicos de Norbert Elias. Assim, passei também a me debruçar sobre as obras desse autor e inclusive, tal referencial calça o pilar central das análises realizadas por essa pesquisa, costuradas também a obras sobre território, cidade, desigualdade social e juventude.

Para se pensar sobre esta última temática -a da juventude e tudo que ela significa-, se fez necessário aqui, no entanto, pensá-la mais detidamente do ponto de vista social. Mas, mesmo dentro desse amplo campo de estudo -o social-, os pesquisadores vieram, historicamente, e até mesmo atualmente, tendo diferentes compreensões sobre a juventude. Até a década de 1960, por exemplo, os jovens, de modo geral, ainda eram compreendidos como um “problema social”. Essa perspectiva via nos jovens uma ameaça à sociedade, justamente pelo seu caráter de renovação que poderia se traduzir em uma ruptura com a transmissão da herança cultural acumulada até então (ABRAMO, 1997).

⁴ O TECI é um grupo de estudos relacionado a um dos eixos do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ, chamado OCUPP (Observatório de Culturas e Processos Político-Pedagógicos), sob a coordenação da professora Valéria M.R. Ferreira. Este eixo trata da relação entre sujeitos, tempos e espaços.

Mas, uma outra forma de abordagem que é presente até hoje em muitos trabalhos acadêmicos, parte de uma sociologia funcionalista e compreende a juventude como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, intervalo em que o indivíduo ganha maturidade e passa a “integrar” a sociedade. Tal abordagem também é limitadora, já que ignora a importância social da juventude, restringindo os jovens a uma mera etapa a ser superada, compreendendo-se que, depois de “prontos”, estes irão “se adaptar” à sociedade dos adultos. (ABRAMO, 1997).

Por fim, há também uma perspectiva estruturalista da juventude, em que o jovem é compreendido como já tendo dentro de si o germe da mudança social e a rebeldia necessária para isso. Essa abordagem surge na década de 1960, impulsionada pelos feitos de uma geração que ameaçava a ordem social em todas as suas diretrizes e que se tornava símbolo já que participava de embates sociais a partir de movimentos estudantis e de contracultura (ABRAMO, 1997). No Brasil, esse jovem se evidencia na luta contra a Ditadura Militar, instaurada no país em 1964, e sobretudo, a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), quando há o aumento exponencial da repressão no país. Mas, mesmo reconhecendo a importância do combate à repressão vivida no período, essa visão de juventude também era reducionista. O encargo de “revolucionário” não cabia a todos os jovens que viviam sob a ditadura militar. Na verdade, os que lutavam contra a ditadura eram, em maioria, os que estavam envolvidos em movimentos estudantis, portanto, universitários, o que correspondia a uma parcela mínima da juventude do país naquele período.

Já sobre os estudos contemporâneos, muitos partem de uma perspectiva da diversidade e um pesquisador como Dayrell (2003), por exemplo, ressalta a importância de se analisar o conjunto de experiências vividas pelos indivíduos, devendo a juventude, para o autor, ser compreendida por ela mesma, sem ser considerada como uma etapa apenas transitória para a vida adulta. Dentro deste entendimento, a categoria social da juventude é estudada e compreendida como estando conectada e pertencente a um determinado momento da história, no entanto, não se reduzindo a uma passagem, mas assumindo importância para efeito de toda a sociedade (DAYRELL, 2003).

Nessa mesma direção, para Feixa e Nilan (2009), as definições da categoria geracional “juventude”, analisadas do ponto de vista das ciências sociais, devem

compreender uma ampla escala cronológica, deixando de lado os estatutos oficiais, ou seja, devem se preocupar, de fato, com as práticas sociais e culturais dos jovens e como elas interagem na construção de suas identidades, como “atores sociais criativos, no consumo cultural e nos movimentos sociais – isto é: no caráter distintivo das culturas juvenis locais num mundo globalizado” (p. 13).

No entanto, pensar na perspectiva eliasiana como se verá de forma mais detalhada no item 1.2, requer que se considere o sujeito, não como um ser isolado, ou, por outro lado, como um ser genérico. Ao contrário, para Elias (1970; 1994a; 1994b; 2000), o indivíduo deve ser entendido por meio de redes de interdependência que o conectam a outros indivíduos, em sua configuração social. Isso significa também que por mais que se estude o caráter ou a posição dos jovens em suas redes, não há uma determinação exata para ser afirmada *a priori*, o que há de fato são direções a serem trilhadas e que correspondem a vivências. Entende-se assim a necessidade de ponderar que as juventudes são culturalmente produzidas não só por indivíduos considerados jovens, mas por tantos outros de outras faixas de idade que de algum modo estão relacionados às experiências sociais das juventudes.

Assim, uma perspectiva eliasiana requer que se tenha uma visão ampliada a partir da configuração social em que os jovens estão imersos, de outra forma, não é possível compreender completamente suas vivências e todas as questões que isso envolve. Desse modo, tratarei indivíduo e sociedade como “dois níveis diferentes, mas inseparáveis do mundo humano” (ELIAS, 1970, p. 141). Ou seja, não há como descolar as duas proposições, elas estão conectadas e dependentes em formulações sociológicas tais como as aqui abordadas: não é possível entender os jovens imigrantes sem entendê-los na relação com a sociedade de Araucária e com as redes em que se constituíram antes de chegar ao município.

Enquanto em rede, as disputas de poder tensionam a vida no contexto urbano, que se expressa ainda mais potente quando analisamos essas tensões de forma espacializada. Nesse sentido, o conceito de território também nos ajuda a compreender melhor os jogos de poder que permeiam as relações sociais. Associa-se assim ao conceito, o poder como componente que identifica o território, seja em uma abordagem materialista ou em uma idealista (SILVA, 2015), ou ainda quando entendemos que ele transita entre essas vertentes. Para Haesbaert (2007) a

ideia de poder atravessa o conceito de território de duas formas “(...) tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (p. 20-21) e, em ambos os sentidos, evidencia tensões próprias das relações sociais e disputas de poder. Entende-se, dessa forma, que o território nasce tanto com conotação material, por estar ligado a dominação jurídico-política da terra, quanto com conotação simbólica, que se fundamenta porque etimologicamente há uma aproximação de terra-territorium com terreo-terror (terror, aterrorizar) (HAESBAERT, 2007).

Assim, tendo em vista tudo que foi apresentado até aqui, cheguei ao seguinte problema de pesquisa: ***Como, após 10 anos das imigrações de trabalhadores para as reformas da REPAR, se tecem aspectos sociais e territoriais nas configurações de uma jovem imigrante em Araucária-PR?***

Sobre outras pesquisas que pudessem estar relacionadas a esta que aqui se propõe, muito pouco foi encontrado (com relação a artigos contidos no banco de Periódicos CAPES)⁵. Uma das pesquisas que mais se aproximou e contribuiu com esta investigação, foi o artigo “A territorialidade do migrante nordestino em Araucária, Paraná (Brasil)” de Moura e Bahl, publicado em 2011, e que trabalha a partir da época em que ainda chegavam imigrantes para as reformas da refinaria.

Para responder à problemática da pesquisa, foram realizadas duas formas de produção de dados. A primeira, foi realizada com 252 jovens de 14 a 21 anos de idade que responderam a um questionário sobre sua relação com a cidade. Esses jovens foram selecionados a partir de duas escolas, uma que se localiza no centro de Araucária e outra na periferia (126 jovens de cada escola) - nas quais somam-se aproximadamente 9% de imigrantes do total de jovens pesquisados nas escolas. Essa primeira parte da investigação se mostrou essencial tanto para analisar pontos que antes ainda eram incertos quanto a existência de jovens imigrantes vindos com seus pais de outras regiões do país e que ainda viviam no município, como também para conhecer os diversos problemas sociais que vêm afetando suas vidas na cidade de Araucária.

Após realizar a leitura dos questionários, em uma outra frente de produção de dados, entrei em contato com os jovens que deixaram seu contato no

⁵ Pesquisas realizadas pelo site <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>.

questionário e, seguindo preceitos de diversidade quanto à cor, gênero, sexualidade, etnia e classe social, busquei agendar entrevistas com um número razoável de jovens. Nesse período, no entanto, se iniciou a pandemia mundial do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que dificultou o prosseguimento das entrevistas. A pandemia se iniciou na China em dezembro de 2019, e em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia mundial do vírus. Desde então se instalou uma grave crise sanitária global, em que inúmeros casos de contágio com o vírus foram registrados todos os dias dos anos de 2020 e 2021, com muitos falecimentos. No Brasil, chegou-se a 619.056⁶ óbitos, ao final de 2021.

Durante esse período, para evitar a transmissão do vírus diversos países adotaram intervenções sociais para desacelerar a curva de contágio, direcionadas ao isolamento dos casos, o incentivo à higienização das mãos, o uso de máscaras faciais e o distanciamento social, o que incluiu o fechamento de escolas, universidades, a proibição de eventos, a restrição de viagens e até a proibição de circulação pelas ruas. Neste último caso, mais extremo de distanciamento social, deu-se o nome de *lockdown* - uma intervenção rigorosa que visava assegurar que em regiões inteiras, ou até mesmo em um país, as pessoas não saíssem de seus domicílios a menos que fosse para adquirir suprimentos de necessidade básica ou serviços de urgência.

Assim, nestes dois anos de realização do Mestrado (2020 e 2021), tendo em vista essa condição de resguardo imposta pela Pandemia, as entrevistas praticamente não puderam ser realizadas, tornando o problema da produção de dados em campo um problema muito mais complexo e duradouro do que havia se pensado de início.

Durante esse período, tentei realizar entrevistas semiestruturadas individuais, em um novo formato, o da comunicação remota (WhatsApp, ligações telefônicas, chamadas de vídeo etc), mas, esse procedimento não se mostrou eficaz, pois boa parte dos jovens não tinha acesso à internet ou, quando tinha, não havia qualidade mínima para se realizar uma chamada ao vivo a partir de seus aparelhos. Assim, consegui um resultado melhor na tentativa de realização de entrevistas presenciais, respeitando o distanciamento social e as normas de higiene

⁶ Segundo o site <https://covid.saude.gov.br/>, acesso em 31 de dezembro de 2021.

necessárias ao momento pandêmico vivido. Foi assim que me aproximei de Ana, a única jovem que esteve animada para continuar mantendo o contato em mais de uma conversa, o que se mostrou necessário, uma vez que a intenção era a de apreender diferentes aspectos de suas redes de interdependência.

Conhecer mais de perto a vida dessa jovem, preta, imigrante e moradora de Araucária, pareceu -por toda a sua trajetória de vida-, ser um caso representativo de várias das questões amplamente comentadas nos questionários. Nesse sentido, saliento que por orientações de ética na pesquisa se preservou a identidade da jovem, assim além de todas as conversas serem gravadas, tanto a jovem quanto seus irmãos foram identificados com nomes fictícios.

Tal abordagem -a de explorar a configuração social de jovens imigrantes a partir de uma só pessoa- não é muito comum e, por esse motivo, promove novas problemáticas sobre a metodologia do estudo de pessoas em suas configurações sociais. Nessa relação, o conceito de redes de interdependência é de importância central já que é através dele que se buscou entender as situações vividas por imigrantes em Araucária. Elias (1994a) explica o conceito como teias tecidas através das interações entre indivíduos, que assim ficam ligados entre si por laços invisíveis. Em uma breve descrição o autor denota como elas se expressam:

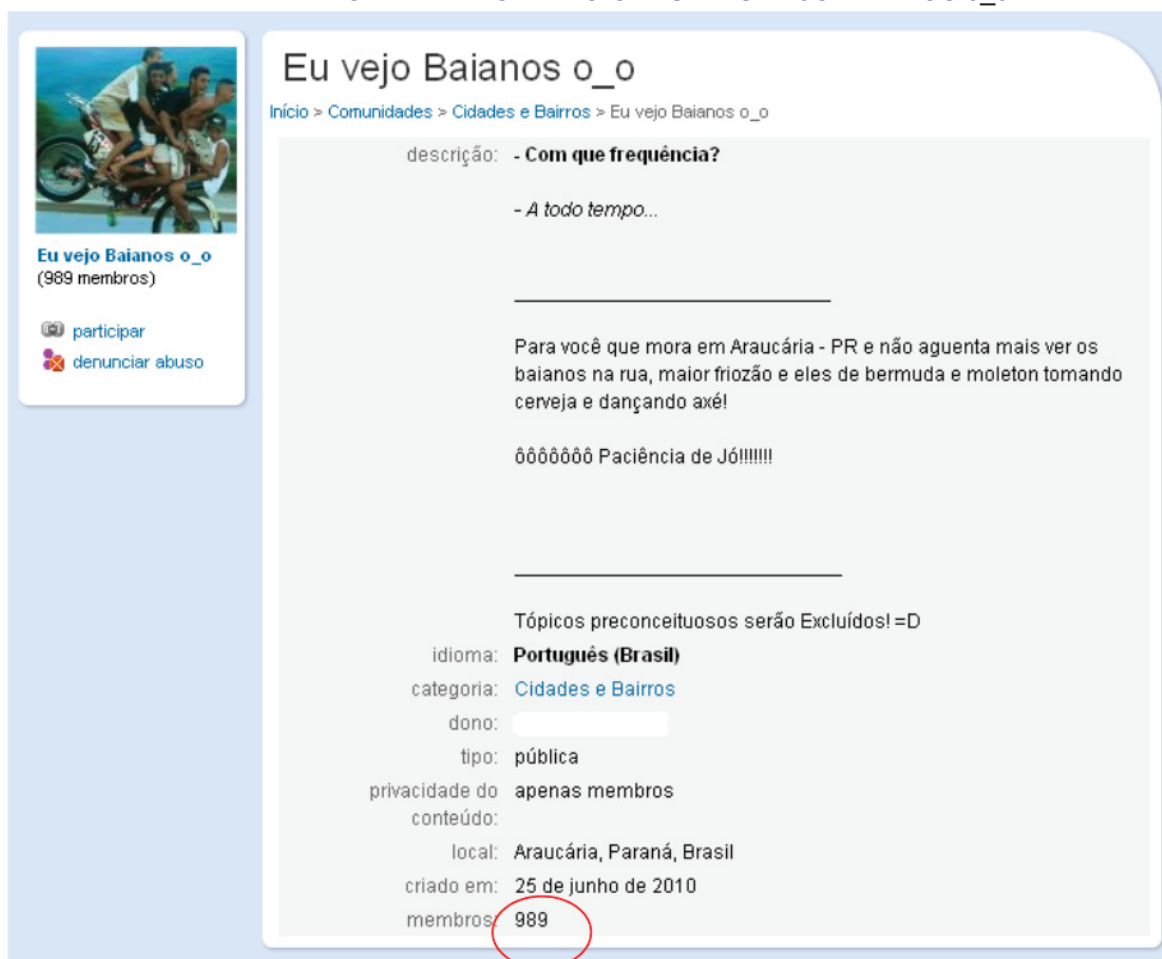
Numa palavra, cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal (ELIAS, 1994a, p. 19).

Em Araucária, um dos aspectos desse tecido de relações se apresenta a partir de diferenças entre os fenótipos dos araucarienses e o dos nordestinos, o que pode ter acentuado a delimitação entre o “nós” e o “eles”. No entanto, essa construção social sistemática também está relacionada ao sotaque e as diferentes formas de expressão do imigrante, influenciando nos tensionamentos de poder em suas redes. Em verdade, todas as características parecem ser motivo para

estigmatização dos imigrantes, e de um modo mais complexo, ela aparenta servir para que a comunidade mais antiga na cidade de Araucária se coloque como socialmente superior.

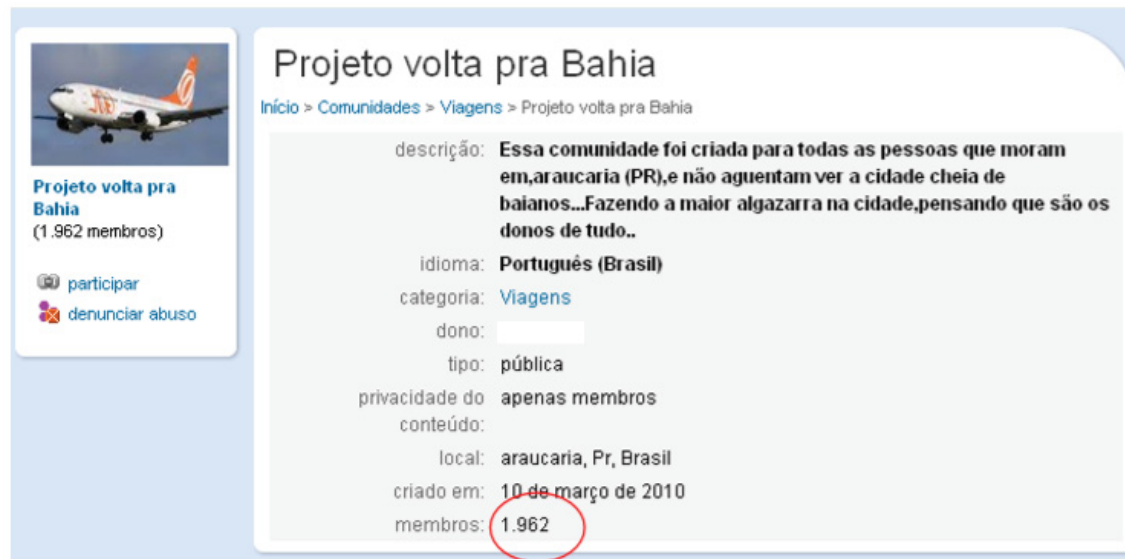
Desse modo os imigrantes vindos há cerca de 10 anos para Araucária passaram, de maneira pejorativa, a ser chamados de “baianos” pelos moradores mais antigos do município, como ficou nítido em publicações nas redes sociais à época em que eram recém-chegados à cidade. A seguir, algumas imagens da rede social “Orkut”, expostas pelo trabalho de Moura e Bahl (2011), demonstram isso:

IMAGEM 1 – PÁGINA DO ORKUT “EU VEJO BAIANOS o_o”



Autor: Moura e Bahl (2011, p. 8).

IMAGEM 2 – PÁGINA DO ORKUT “PROJETO VOLTA PRA BAHIA”



Projeto volta pra Bahia
(1.962 membros)

participar
denunciar abuso

Projeto volta pra Bahia
Início > Comunidades > Viagens > Projeto volta pra Bahia

descrição: **Essa comunidade foi criada para todas as pessoas que moram em,araucaria (PR),e não aguentam ver a cidade cheia de baianos...Fazendo a maior algazarra na cidade,pensando que são os donos de tudo..**

idioma: **Português (Brasil)**

categoria: **Viagens**

dono: [nome oculto]

tipo: **pública**

privacidade do conteúdo: **apenas membros**

local: **araucaria, Pr, Brasil**

criado em: **10 de março de 2010**

membros: **1.962**

Autor: Moura e Bahl (2011, p. 9).

IMAGEM 3 – PÁGINA DO ORKUT “APRENDI A FALA BAIANÊS ARAUCÁRIA”



Aprendi fala BAIANÊS Araucária
(146 membros)

participar
denunciar abuso

fórum
enquetes
eventos
membros

Aprendi fala BAIANÊS Araucária
Início > Comunidades > Outros > Aprendi fala BAIANÊS Araucária

descrição: **Aonde quer que vamos na cidade de Araucária é impossível vc não ouvir as Girias ou palavras citadas pelos Baianos então todos estamos aprendendo um novo "IDIOMA" KKKKKKKKKK O BAIANÊS "eita porra !!! Oxentii!! tu ta querendu entra na comu é meu rei , minha rainha sejam todos bem vindo na Comu. Da Baiha do Sul "**

idioma: **Português (Brasil)**

categoria: **Outros**

dono: [nome oculto]

tipo: **pública**

privacidade do conteúdo: **aberta para não-membros**

local: **Araucária, PR, 837012, Brasil**

criado em: **29 de junho de 2010**

membros: **146**

fórum

tópico	postagens	última postagem
☐ qual a coisa + absurda que vc escutou d um baiano?	4	01/07/10
☐ Qual a capital da Bahia?	5	01/07/10

Autor: Moura e Bahl (2011, p. 9).

Assim, analisarei, além dos dados dos questionários, as configurações sociais e territoriais de Ana, que é uma jovem preta, imigrante nordestina e de pouca condição econômica, pensando-a também por meio das redes constituídas por sua família, sobretudo seu irmão Francisco, que entrevistei, algumas vezes, conjuntamente. As relações vividas pela jovem pautam uma série de questões que são abordadas pela presente pesquisa, estimuladas pela tentativa de compreender diferentes disputas simbólicas que podem se manifestar nas redes de uma imigrante com as suas características e, desse modo, em uma perspectiva eliasiana realizar uma análise sociológica baseada em processos sociais.

Além de se investigar as experiências de jovens, suas diversas culturas e manifestações cotidianas no meio urbano, soma-se também o reconhecimento da cidade em seu caráter de aprendizado, como por exemplo: o que os jovens constroem e aprendem a partir de suas vivências em Araucária? Pode-se dizer, dessa forma, que os jovens experienciam os espaços urbanos, mas também deixam sua marca, produzindo e transformando suas próprias culturas e, vista como tal, a cidade também é espaço de luta pelos significados que através das relações de poder envolvem seus habitantes.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é o de desvendar como se tecem os aspectos sociais e territoriais nas configurações de Ana, uma jovem imigrante que vive em Araucária há cerca de 10 anos.

E, como objetivos específicos, elenca-se os seguintes:

1. conhecer os dados sócio-geográficos de Araucária;
2. compreender tensionamentos na apropriação do espaço urbano por jovens imigrantes e não imigrantes;
3. analisar instituições, grupos ou pessoas, verificando se apresentam formas de segregação;
4. investigar que tipo de segregação sócio-espacial incide nas configurações sociais de Ana.
5. analisar a possibilidade de aproximar o conceito de desigualdades interseccionais ao de redes de interdependência.

O caso de Ana, portanto, será o objeto de investigação dessa pesquisa e, metodologicamente, a análise será realizada por meio do desvendamento de aspectos de suas configurações. Nas proposições de Elias (2000), realizar essa reconstrução significa assumir que Ana só é a jovem que é em decorrência das funções, da posição e da distribuição de poder que existem em suas redes. Mas, para compreender melhor tanto a vida dos jovens de Araucária, quanto de Ana, outros dados serão também acionados, como os obtidos por meio do questionário realizado em duas escolas do município.

Nesse sentido, para conhecer os jovens e, em especial, as tensões das redes de Ana, se faz necessário analisar como Elias (1994a) entende as relações sociais e trata a perspectiva indivíduo-sociedade. Assim, como o próprio autor pondera, existem dificuldades ao reconstruir o que vivenciamos cotidianamente quando observamos a sociedade. Formam-se lacunas em nossa cabeça quando nos desafiamos a entender o todo social. Isso acontece, conforme explica, porque indivíduo e sociedade só podem ser compreendidos em conjunto e nos faltam modelos explicativos que tomem os dois sem que um ou outro sejam deixados de lado.

De início deve-se, segundo Elias (1994a), pensar o social a partir de configurações, sendo que, para ele, os indivíduos estão sempre em relação e terão funções e posições dentro dessas configurações. Por esse motivo proponho no capítulo 2 explorar questões sociais mais amplas que forneçam consistência a abordagem sobre as configurações de Araucária; isso não significa construir uma abordagem determinista em que o meio urbano é capaz de delimitar as condições dispostas pelos indivíduos, e sim o oposto, seu objetivo dentro desta investigação é introduzir mais pistas e características à reconstrução das redes de interdependência dos jovens de Araucária e, em especial, de Ana.

Assim, para ajudar a compreender melhor esse construto eliasiano, no item que se segue me aprofundo sobre os aspectos que fundamentam a metodologia de pesquisa. Em seguida, no capítulo 2 tratarei de descrever pontos importantes da urbanização de Araucária-PR e como a sua construção social se conecta aos tensionamentos nas redes de uma jovem imigrante, que vive no município. Nesse sentido, foram produzidos mapas que tratam de demonstrar de forma espacializada

alguns dos pontos principais da urbanização de Araucária. Os mapas aqui são instrumentos de análise que ajudam a decifrar aspectos dos territórios e da sociedade e que ajudam a compreender espacialmente como se constituiu o município de Araucária. Assim, conceitualmente, relacionam-se a pensar a sociedade com base nas relações e processos e a investigar as territorialidades que fluem também dinamicamente.

Já no terceiro capítulo, apresento os resultados das análises dos questionários de pesquisa, que precederam as entrevistas realizadas com Ana e seu irmão Francisco, e que dão pistas para a questão vivida por eles. Enquanto no quarto, e último capítulo, apresento os resultados das entrevistas com Ana e Francisco com a síntese de suas configurações sociais e apresentando conclusões sobre as questões exploradas nos demais capítulos.

1.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Primordialmente, é preciso reforçar que analisar as redes de interdependência de indivíduos, significa, nas proposições de Elias (2000), assumir que os elementos que compõem uma determinada configuração só são o que são em decorrência das relações de poder resultantes das funções e posições que os indivíduos têm nela. Metodologicamente, pensar a relação entre indivíduo e sociedade é, nessa acepção, pensar em condições dinâmicas e em movimentos que repercutem e tensionam as redes, mas sem deixar de pensar que causam mudanças nos indivíduos e são também, modificadas por eles. Para obter essa compreensão dinâmica das redes, Elias (1970) parte do questionamento da percepção de um indivíduo isolado da sociedade, o qual ele denomina de *Homo clausus*:

Sem que aprofundemos todos os problemas aqui levantados, devemos dizer que a imagem do homem como *Homo clausus* é problemática. Bastará apontar que é este o modo de autopercepção e esta imagem da humanidade que dão poder e convicção à ideia de que a 'sociedade' existe para além dos indivíduos ou que os 'indivíduos' existem para além da sociedade (p. 130).

Incorre-se dessa forma no erro de que os conceitos fomentam idealizações sobre a relação indivíduo-sociedade. Na reorientação sociológica descrita pelo autor, pode parecer ser uma mudança fácil de ser posta em vigor nas produções sociológicas, mas não é. Isso muito se deve ao enraizamento da concepção de “eu interior” imune aos acontecimentos exteriores ao indivíduo, descrita pelo autor como uma concepção forjada em sociedades altamente individualizadas e que ganha mais relevância à medida que as sociedades humanas se desenvolvem.

Para Elias (2001), o modelo social em que vivemos projeta em nós o ideal do indivíduo livre como sendo o de um executivo que é dono de uma empresa e é independente dos demais (até mesmo das ações do Estado), enquanto na verdade:

Nessas grandes empresas, os homens e as mulheres ocupando cargos de direção são inseridos em cadeias de interdependência tão complexas e suas decisões dependem a tal ponto de informações e de conselhos dados por peritos que a concepção ideal do indivíduo livre e independente, quando a eles aplicadas, parece antes uma caricatura da realidade. Quanto a isso, parecem confundir ‘poder’ e ‘liberdade’ (ELIAS, 2001, p. 152).

Assim, o enfrentamento desse pensamento individualizante exige, segundo Elias (1970, p. 132), “um esforço ulterior de distanciamento antes de conseguirmos chegar à ideia aparentemente simples de que cada pessoa é uma entre as outras, e a todas as consequências que daí advêm”. Em outros termos, há a necessidade de fazer um auto distanciamento para refletir sobre as relações sociais e seu impacto nessas supostas individualizações.

Partindo de outro exemplo, Elias (1970) critica o conceito de indivíduo por passar a ideia de que se trata apenas de um adulto, isolado de qualquer relação e que parece nunca ter sido criança. As pessoas, dizia o autor, perderam de vista o fato de terem “vindo ao mundo como crianças pequenas” (1994a, p. 26). São impelidas a pensar que “no começo, houve um único ser humano, que era um adulto.” (1994a, p. 26)

Há dessa forma uma imagem mental que associamos ao conceito de indivíduo, que ocorre porque fomos educados para nos compreendermos como independentes e autoconfiantes - tal idealização nos induz a pensar sobre nós mesmos como indivíduos isolados dos demais -, enquanto nós somos

completamente interdependentes. Um erro que se espalha por teorias sociológicas em que o indivíduo é compreendido como sendo de um tipo bem específico e idealizado. Nestas teorias, os indivíduos são concebidos "como postes sólidos entre os quais, posteriormente, se pendura o fio dos relacionamentos" (1994a, p. 25)

Por outro lado, incorrendo em um outro extremo, há pesquisas que, ao invés de destacarem esse indivíduo isolado, focam na sociedade, como um todo social homogêneo e da qual é abstraída sua principal característica: a dinâmica. Neste tipo de teoria, os acontecimentos sociais são explicados de forma supraindividual. Há pouco ou nenhum peso nas ações dos indivíduos e explicações do tipo "'Espírito' da Grécia antiga ou da França" (1994, p.14) ou de uma "mentalidade grupal" é que passam a ser as explicações mais aceitas.

Para dissipar essas compreensões dicotomizadas, Elias usa uma série de metáforas. Analisa que não se pode compreender uma casa como "uma acumulação de pedras" (1994a, p. 16), ou analisando cada tijolo isoladamente: "a junção de muitos elementos individuais forma uma unidade cuja estrutura não pode ser inferida de seus componentes isolados" (1994a, p. 16). Também traz os exemplos de uma apresentação de ballet com diferentes dançarinos ou de uma composição musical, em que não adiantará analisar cada elemento isolado nem um todo genérico a partir de "estruturas estáticas" (1994a, p. 21) para se compreender a configuração que tais bailarinos formam, ou o papel que as diferentes notas musicais têm na composição de uma melodia.

Assim, se referindo a como Parsons tratava dessa questão, Elias comenta o quanto esses pares de conceitos "restringem a análise a dois estados antitéticos" e que representa "um desnecessário empobrecimento da percepção sociológica tanto no nível empírico como teórico". (1994b, p. 212)

Contrariamente a tudo isso, pensar o indivíduo é, no sentido eliasiano, entendê-lo como um ser que desde o momento que nasce é dependente de outros e que se auto modifica no decorrer de sua vida, ou seja, que se constitui como indivíduo em cada momento e posição social que assume nesse percurso. Como descreve Elias: "Embora vá contra os nossos hábitos de discursos e pensamento, seria muito mais adequado dizer que uma pessoa está em constante movimento; ela

não só atravessa um processo, ela é um processo” (p. 129), isso significa que para o autor tanto indivíduo quanto sociedade figuram como processos.

Dessa forma, deve-se pensar as pessoas em suas relações sociais e, por mais que existam diferenças culturais e de modos de vida, ninguém é completamente independente das demais pessoas. Para Elias (1994a), os indivíduos sempre estarão em termos de interdependência e isso quer dizer que não é possível estudar a sociedade e nem as pessoas separadamente. Como disse o autor, as pessoas não são como bolas de bilhar que "se chocam e rolam em diferentes direções" (1994a, p. 29), a "interação entre as pessoas e os 'fenômenos reticulares' que elas produzem são essencialmente diferentes das interações puramente somatórias das substâncias físicas" (1994a, p. 29)

Tendo em vista que as interdependências entre os indivíduos é que produzem as sociedades, os estudos sociológicos devem reorientar seu viés analítico para tornarem-se capazes de perceber as sociedades através das relações que as constituem. Como afirma: “nosso pensamento só fica plenamente instrumentalizado para compreender nossa experiência social depois de fazermos essa troca” (ELIAS, 1994a, p. 25). A sociedade, se pensada de forma generalizada, e não em termos de relações, é para ele sempre incompleta independente do ponto de onde esteja sendo observada, pois a variável tempo não pode ser contemplada em observações que consideram a realidade estática. Enquanto a sociedade acontece em fluxo temporal constante, com mudanças mais ágeis e outras mais lentas, Elias (1994a) entende que o que se mantém dentre todas as alterações é a premissa de que as mudanças e os movimentos socialmente entendidos, decorrem das relações entre as pessoas.

Em suma, há nesses termos configurações em que os indivíduos estão presos e vivem muito mais em dependência de outros. Porém, apesar dessas condições de dependência -em que cada indivíduo depende de outro para viver-, as redes são elásticas, variáveis e mutáveis, mas não menos reais por isso; para ele as pessoas direta ou indiretamente estão relacionadas entre si através das configurações sociais que vivem: trata-se de redes de interdependências nas quais o grau de modificação ou rompimento que o indivíduo pode exercer está ligado ao quanto as suas redes estão tensionadas ou propensas a se alterar de acordo com

as disputas de poder que as envolvem, de tal modo que sua posição nelas faz parte de sua identidade e de como se enxerga socialmente. Em termos da importância das relações e funções na constituição dos indivíduos, Elias descreve: "Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo" (1994a, p. 27). É somente na companhia de outras pessoas, aprendendo uma língua é que a criança vai desenvolvendo, pouco a pouco, um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. E todo esse desenvolvimento vai depender também "da estrutura do grupo em que ele cresce e, por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ela acarreta (1994a, p. 27).

Desta forma, as diferentes funções que os indivíduos exercem nos grupos aos quais pertencem -"a de diretor da fábrica ou mecânico, dona de casa, amigo ou pai"(1994a, p.23)- são funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outros indivíduos, ou seja, tais funções e os indivíduos que as exercem são interdependentes.

Há uma infinidade de redes que estão postas nas relações sociais diretas ou indiretas das quais os indivíduos participam enquanto sujeitos sociais e, portanto, como elos de configurações sociais. Consequentemente, pensar um indivíduo nas redes que ele mesmo constrói é pensá-lo em termos de suas relações e na possibilidade que tem de desenvolver novas relações. Soma-se ainda a influência de seus movimentos aos que estão ao seu entorno, o que permite afirmar que há uma complexidade inerente à tarefa de compreender as redes de um indivíduo, principalmente porque ela dá vazão à descrição de movimentos sociais e não apenas a recortes estáticos e a descrições quase fotográficas da sociedade. Para Elias (1970) os indivíduos não são apáticos, ao contrário, é algo primário que tenham a necessidade de estímulos emocionais por parte de outros e a essa possibilidade de se relacionar -a ligação que criamos com outras pessoas-, o autor chama de valência. Desse modo, os indivíduos estão abertos a relações com outros, de tal forma que o outro faz parte do eu. Isso fica nítido, por exemplo, na relação de uma pessoa com alguém que já morreu:

Quando alguém que amamos morre, não significa que algo tenha acontecido no mundo social 'exterior' daquele que lhe sobrevive, que atua como uma causa externa no seu 'eu interior'; nem interessa dizer que algo aconteceu 'ali' de que se sente o efeito 'aqui'. Tais categorias não conseguem exprimir a relação emocional entre sobrevivente e a pessoa que ele amava. A morte desta significa que o sobrevivente perdeu uma parte de si mesmo. Na configuração das suas valências de afeição ou de interdependência, uma dessas valências fixara-se na outra pessoa. Agora essa pessoa morreu. Foi destruída uma parte integrante do seu eu, a sua imagem de 'eu e nós' (ELIAS, 1970, p. 149).

A valência compõe, assim, a intimidade do indivíduo, e quando se perde uma relação com alguém é como se se perdesse parte de si, alterando a configuração de todas as valências que permanecem ligadas, muda-se o equilíbrio de todas as relações que continuam a existir. Nesse sentido, para Elias (1970) os sociólogos incorrem no erro de entender as ligações humanas encarando o fator econômico como principal articulador das relações e, portanto, deixando as ligações emocionais e as interdependências pessoais para um segundo plano, quando muito. Como ele mesmo descreve:

Os sociólogos estão acostumados a encarar as ligações humanas essencialmente sob a perspectiva do 'eles'. Por exemplo, é impossível proceder como Durkheim e encarar as ligações humanas essencialmente no contexto de uma especialização de trabalho crescente, que faz com que as pessoas se tornem cada vez mais dependentes umas das outras. Estas ideias são importantes, mas as ligações a que se referem são ainda meramente econômicas. Torna-se, no entanto, impossível tratar adequadamente os problemas das ligações sociais das pessoas, especialmente das suas ligações emocionais, se apenas considerarmos interdependências relativamente interpessoais. Podemos obter uma visão mais completa da teoria sociológica se incluirmos as interdependências pessoais e sobretudo as ligações emocionais entre as pessoas, considerando-as como agentes unificadores de toda a sociedade (ELIAS, 1970, p. 150).

Logo, a tarefa da sociologia é produzir, de forma inteligível, análises dos processos incontrolláveis desenvolvidos pelas relações sociais em seu conjunto. Pensá-las assim significa dar instrumentos para que os indivíduos entendam a sua condição dentro das teias sociais. Ademais, para descrever os processos sociais em que se relacionam indivíduo e sociedade é preciso manter diálogo com os movimentos que produzem, equacionando a relação entre indivíduo e sociedade de acordo com as características que demonstram constituir.

Seguindo essa lógica, para Elias (1970) "comportamento" significa o ajustamento dos indivíduos a inúmeras situações a que estão sujeitos

constantemente, entendendo assim que o comportamento dos indivíduos não é estático diante da profusão de circunstâncias que se alternam em suas vidas. Por esse motivo Elias (1970) dá ênfase à necessidade de pensar e descrever as relações de acordo com sua condição de processo social constante. Segundo o autor, nós nos inclinamos a entender a realidade como estática e em forma de objetos isolados, quando na verdade se manifesta nas relações provenientes de movimentos interdependentes. Como nossas línguas caem no erro de entender os elementos em estado de repouso, quando buscamos compreender as teias humanas: “a nossa língua obriga-nos a falar e a pensar como se todos os ‘objectos’ de pensamento -incluindo as pessoas- fossem na realidade estáticos. Também os considera como não estando implicados em relações” (1970, p. 123). Já na concepção de Elias:

A imagem do homem com 'personalidade fechada' é substituída aqui pela de 'personalidade aberta', que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a de outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é fundamentalmente orientada para outras pessoas e depende dela. As redes de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexu do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. (1994b, p. 240)

E toda configuração conta com o poder, um atributo essencial das relações humanas, matéria-prima das pesquisas de Elias. O fato de ser mal compreendido faz com que aconteçam certas rejeições ao termo, do mesmo modo que o desequilíbrio de poder próprio do desenvolvimento das sociedades humanas o evocam já associado a desigualdade e a barbárie. Contudo, para Elias (1970) o equilíbrio de poder não é exclusivo das relações entre os poderosos estados nacionais, ao contrário, ele está presente em todas as relações cotidianas entre pessoas. Destarte, o autor pondera as relações de poder utilizando como exemplo o poder que uma criança tem sobre seus pais, desde o seu nascimento, ao invés de pensar somente no poder que os pais têm sobre ela, haja vista que se os pais atribuem algum tipo de afeto sobre a criança, ela será cuidada por eles e estes atenderão suas vontades, o que para o autor representa uma expressão de poder. Em outro exemplo, descreve a relação dos escravizados e seus senhores:

“Igualmente bipolar é o equilíbrio de poder entre um escravo e o seu senhor. O escravo tem poder sobre o seu senhor, na proporção da função que desempenha para o senhor - é a dependência que o senhor tem relativamente a ele” (ELIAS, 1970, p. 81).

Nesse exemplo, bem mais extremo que o anterior, o autor utiliza o mesmo viés para apresentar sua ideia de que, embora criança e escravizado, obviamente, estejam em posições de extrema desigualdade, trata-se de exemplos de correlações de poder, e independentemente das diferenças massivas entre as partes, há um equilíbrio -sempre instável- que abrange toda e qualquer relação de interdependência entre indivíduos, ficando evidente o caráter relacional do poder e sua capacidade de variar em decorrência dos que a configuram. E como tal, o poder cria arranjos, ou posições nas relações sociais, mesmo que seja instável. Assim, ao focalizar no conceito de “eu”, Elias (1970) o descreve como sendo “sintomático da natureza de todo o conjunto, indicando a posição tomada pelas pessoas que comunicam nas suas relações umas com as outras” (p. 135). Nessa lógica, o conceito serve como orientação dentro de um grupo, que significa que é dependente da condição relacional do indivíduo. Portanto, assumindo essas proposições, para que exista um “eu” tem que haver outros indivíduos ocupando outras posições em interdependência na trama de relações, isto é, tem que existir um “tu”, um “ele”, um “ela”, um “nós”, um “vós” e um “eles”. Conforme enfatiza:

Considerarmos os pronomes pessoais como modelos, torna mais fácil a compreensão de que é possível distinguir, nesta longa caminhada, a pesquisa efectuada sobre pessoas no singular da pesquisa realizada sobre pessoas no plural, mas que é impossível separá-las - tal como as pessoas no singular não podem ser separadas das pessoas no plural. (ELIAS, 1970, p. 136)

Falta ao modo usual como esses conceitos são trabalhados, o reconhecimento de sua natureza perspectivacional presente em todas as relações humanas e que permite analisar o conjunto sem perder de vista às partes. Segundo Elias (1970), por mais que sejam mecanismos de poder com influência social vasta, as instituições também desempenham função aos seus membros e para esses há uma função de “eu” que interpela o arranjo que desempenha para a sociedade em

geral. Na concepção eliasiana, portanto, deve-se assumir o procedimento de aproximação e afastamento do indivíduo no exercício de reconstruir suas redes de interdependência, para que assim não se perca a relação que os indivíduos constituem entre si e como a rede incide em suas ações. Sobre esse ponto, Elias (1998) alertava que, muitas vezes, estamos tão envolvidos por um acontecimento social que passamos a atuar sobre ele extremamente comprometidos pelas tensões a que este acontecimento ou fato nos submete. É preciso, então, dar um passo para trás, se distanciar, para melhor conhecê-lo, só então, voltando a se envolver com ele, desta vez já em outro nível.

Discutindo esse ponto de uma outra forma, Elias usa a metáfora do nadador e do aviador, demonstrando a necessidade de se ter tanto um olhar mais afastado quanto por dentro da situação a que se está procurando analisar. O olhar de aviador, oportuniza que se tenha uma visão mais global, de cima, na longa duração, e por isso pode aparentar maior fixidez. Já a do nadador, traz a visão de quem está vivendo por dentro dos fatos, mergulhado no fluxo dos acontecimentos. Nesta visão, o poder do indivíduo parece maior, há espaço para decisões, oportunidades. As teias parecem mais elásticas. Mas, para o autor, essas duas perspectivas vistas em conjunto é que "proporcionariam um panorama mais equilibrado" de uma determinada configuração. (1994a, p. 46)

Assim, como em uma metodologia de pesquisa de perspectiva eliasiana é necessário pensar a partir de configurações também buscarei explorar as características das relações dos jovens e, principalmente de Ana, nas coerções sociais que configuram suas redes e como a jovem pode agir nessas tramas, assim como descreveu Elias sobre sua análise da vida de Mozart, "é preciso traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo" (1995, p. 18). Em outros termos, o desafio de descrever aspectos dos fios que conectam a Ana e sua família a outros indivíduos corresponde ao desafio de racionalizar processos de construção do "eu" e do "nós" em articulações sociais com o mesmo valor para ambos.

O próximo capítulo conecta a história da cidade de Araucária à investigação, somando novas tramas às vidas dos jovens e às redes de interdependência de Ana, sendo que, por meio das relações sociais conjuntas ao movimento urbano, torna

possível começar a desenvolver questões da relação indivíduo-sociedade próprias das configurações da jovem. Com esse intuito é que me dediquei a expor pontos necessários ao exercício de desenvolver uma análise sociológica eliasiana.

2 A URBANIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE ARAUCARIENSE

O presente capítulo destina-se a analisar alguns fatos históricos de Curitiba, Araucária e da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o que auxiliará na compreensão de como as configurações dos jovens de Araucária se constituem e especialmente, as de Ana. Junto com esses fatos, haverá também uma reflexão sobre alguns processos políticos e embates sociais, postos em panorama, sem excluir os anseios aos quais a pergunta de pesquisa suscita. Assim, alguns marcos históricos serão descritos, mas não sem que também sejam inseridas ressalvas, como é o caso do livro que conta a história de Araucária, publicado pela própria Prefeitura do município, no qual tomei o devido cuidado de fazer algumas análises e contraposições ao que é descrito.

2.1 ARAUCÁRIA-PR E A RMC

Primeiramente, deve-se sublinhar que Araucária é um dos principais municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba e isso quer dizer que seu vínculo com a capital paranaense é estreitado por uma série de relações sociais, políticas e econômicas que se constituíram na segunda metade do século passado, quando esse tipo de relação intermunicipal se intensificou no Brasil. O conceito de “região metropolitana” surgiu somente na legislação brasileira em 1967. Em seus termos, a União, a partir daquele momento, poderia criar regiões metropolitanas a partir de municípios que constituíssem uma mesma comunidade socioeconômica, com o objetivo principal de estabelecer serviços de interesse mútuo. Uma das primeiras regiões metropolitanas brasileiras, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) segundo Lima e Bidarra (2019) apresentou um produto interno bruto (PIB) de R\$ 157 bilhões em 2015, enquanto o Paraná apresentou um produto interno bruto (PIB) de R\$ 376 bilhões nesse mesmo período, ou seja, para se ter ideia da importância que tem a região, o PIB da RMC correspondia a 42% do PIB do Estado no período.

Um grande marco para o crescimento de Curitiba e os municípios que a cercam foi o êxodo rural -que se fazia muito intenso desde o início da década de 1960-, mas, mesmo antes da potencialização das migrações campo-cidade, já havia projetos que miravam estruturar as cidades por causa de seu crescimento demasiado. O Plano Agache, pensado por Alfred Agache (um urbanista com importantes trabalhos por todo o mundo), foi criado em 1927 com o objetivo principal de combater o crescimento das favelas Distrito Federal -o Estado da Guanabara- além de incluir mais tardiamente, cidades como Curitiba, Porto Alegre e São Paulo (REZENDE, 1992). Em Curitiba o plano realizado pelo urbanista é de 1943 e marca o início formal do planejamento urbano na capital paranaense. Segundo Oliveira (2000) o Plano Agache, que também ficou conhecido como Plano das Avenidas, estabeleceu normas e diretrizes para organizar o crescimento da cidade e seu tráfego. Entre os centros propostos pelo planejamento, dividiu Curitiba em zonas funcionais, entre elas: o Centro Cívico, de caráter administrativo; o Centro Comercial que fica no Centro tradicional da cidade; a Cidade Universitária e o Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná (UFPR); o Centro Militar, onde se localiza a base aérea do bairro Bacacheri; o Centro Industrial que ocupava as áreas dos bairros Capanema e Rebouças; e o Centro de Abastecimento com o Mercado Municipal.

O Plano Agache é um marco para a história do planejamento urbano de Curitiba por propor a criação de um departamento de planejamento e urbanismo para o município. Tal proposição proporcionou que futuramente houvesse a criação dos Planos Diretores de Curitiba que até hoje são a base para o planejamento municipal, além da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), ambos na gestão do então prefeito Ivo Arzua, em 1966. Assim, neste período, recém instaurada a Ditadura Militar no Brasil (1964), o planejamento urbano curitibano continuou a trilhar um caminho inspirado em modelos que quantificavam o espaço urbano e que, desde os primórdios, se distinguia por ser um “planejamento urbano racional”. O responsável, segundo Oliveira (2000), por consolidar esse modelo sobre a capital paranaense nos anos que se seguiram foi Jaime Lerner, prefeito durante três mandatos (1971-1975, 1979-1983, 1988-1992),

intervalado por seu sucessor Saul Raiz (1975-1979), também filiado ao partido ARENA - partido que servia de sustentação política à Ditadura Militar.

No período que ficou conhecido como “Lernismo” -tanto por Jaime Lerner ter ocupado o cargo de Prefeito de Curitiba por três vezes, quanto por ter, depois, ocupado o cargo de Governador do Estado do Paraná por dois mandatos consecutivos (1995-1998 e 1999-2002)- Lerner firmou-se como uma das maiores forças políticas do período, inclusive inspirando-se em elementos estéticos do Movimento Paranista, movimento esse que o seu sucessor (Rafael Greca), inclusive, dará ainda mais ênfase. Esse movimento era:

um movimento cultural com fortes vínculos políticos, que ocorreu no Estado do Paraná e que teve seu auge entre 1927 e 1930, quando seus ideais estavam organizados e institucionalizados em forma de práticas culturais. A literatura, a poesia, o teatro, a história, a pintura, a escultura, o desenho, a arquitetura, a música, a moda, todos que produziram nessas áreas destacavam em suas obras temas relacionados a elementos da flora e da fauna considerados representativos da identidade paranaense (ou paranista). O pinheiro-do-paraná, a gralha-azul e os índios da região são os elementos mais marcantes e que persistiram ao longo dos anos (SALTURI, 2014, p.128).

Como descreve Ferreira (2008), os ideais estéticos do paranismo surgiram após a Primeira Guerra Mundial, quando a então literatura nacionalista produzida na época foi ameaçada pelo movimento Modernista e parte dos escritores e artistas paranaenses não aceitaram a novidade e continuaram a desenvolver uma literatura que pensavam exprimir a identidade paranaense contendo, nesse sentido, uma estética artificial, mas que, mais tarde, ganha um outro tipo de notoriedade a partir do resgate desta estética em obras realizadas pelos políticos paranaenses, como obras de marketing.

Já segundo Garcia o discurso técnico-urbanístico de Lerner só ganhou legitimidade e passou a fazer parte da identidade dos curitibanos após o forte apelo midiático, que em suas palavras, articulou “partes pinçadas da paisagem urbana e de aspectos selecionados do cotidiano capazes de construir o campo das representações sobre a vida urbana a sugerir a cada momento, novas formas de fruição dos espaços” (1997, p.14). Desenvolveu-se assim, um marketing territorial para promoção e justificativa das ações relacionadas ao projeto municipal em voga

durante os quatro mandatos em que o grupo político se manteve no poder. Neste sentido, pontua a autora:

Em síntese, 'ser curitibano' enquanto identidade social construída no interior do próprio discurso oficial, significa, portanto, estar em verdadeira sintonia com o projeto de metrópole moderna indicado pela imagem construída e veiculada sobre a cidade. Por outro lado, a força atual do olhar externo com relação à 'cidade modelo', antes praticamente inexistente, contribui para a consolidação da identidade coletiva dos curitibanos associada à imagem dominante (...) Encontramos alguns lugares comuns e estereótipos nas representações acerca do uso 'correto' dos espaços: entre as características explicativas do sucesso elencadas podemos citar 'povo civilizado, povo preparado para a disciplina com a qual se identificou', 'cidade européia e branca - população constituída por etnias européias', 'população rica'. Estas representações identificadas no senso comum são, porém, sutilmente reforçadas e intensificadas na própria construção oficial da imagem de Curitiba e no discurso explicativo do sucesso da experiência de planejamento implantado (...) (GARCIA, 1994, p. 11).

Tal produção midiática que exaltava a presença de etnias europeias como a de trabalhadores que levavam a cidade ao progresso, enquanto negros e indígenas eram esquecidos ou menosprezados, também foi veiculada para outros municípios da RMC, sobretudo pela classe média desses municípios que almejava desenvolver um modo de vida próximo do modo curitibano, com seus hábitos de apropriação do espaço e de consumo de bens e de serviços urbanos exibidos pela mídia local (GARCIA, 1994). Pensando nesses aspectos a partir de Elias (1994b), o efeito está condicionado às interdependências que as pessoas desenvolvem conjuntamente ao viverem em uma mesma sociedade e condições de ordem social semelhante, ou seja, ao formarem *habitus* sociais. Assim, o período político de Jaime Lerner criou uma cultura sobre a cidade que se mantém dominante ainda hoje, nutrindo uma faceta étnica do imigrante europeu e seus valores que permeiam as relações sociais.

Não obstante, ao mesmo tempo em que Jaime Lerner permaneceu por três mandatos na Prefeitura de Curitiba, a criação de regiões metropolitanas que já estava cada vez mais em voga desde sua institucionalização na Constituição Federal de 1967, veio a se concretizar por meio da Lei Federal Complementar nº 14/1973 que dá o primeiro passo para a criação da RMC, dando origem aos conselhos e agências para coordenar o planejamento de diversas regiões

metropolitanas brasileiras (STROHER, 2014). Desse modo, surge a Região Metropolitana de Curitiba, formada inicialmente por 14 municípios: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Balsa Nova e Mandirituba (COMEC, 2006).

Em meio a Lei Federal Complementar nº 14/1973 e impulsionado pelo “milagre econômico” brasileiro, foi instaurado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1973-1976), que previa a intensificação da produção industrial no Brasil, com investimentos em indústrias de base e infraestruturas urbanas – a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). O PNDU buscava diminuir as diferenças econômicas entre as regiões brasileiras e para isso oferecia iniciativas que estruturavam novas relações entre pólos de desenvolvimento regionais, além de criar a Coordenadoria das Regiões Metropolitanas e da Política Urbana (CNPU). E, apesar de ser realizado no I Plano Nacional de Desenvolvimento, foi no início do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que foram melhor estruturadas a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e o Centro Industrial de Araucária (CIAR). Assim, tal designação foi realizada de forma muito mais estruturada que a regionalização feita pelo Plano Agache, sendo que é a partir daquele momento que Curitiba e RMC passariam a ser as regiões que deveriam concentrar as indústrias. Além disso, ainda em 1974 há a implantação da Rede Integrada de Transporte (RIT), que passou a conectar o transporte público de Curitiba com a RMC, tanto de forma física quanto na tarifa de ônibus, apesar da abrangência da RIT atender muito mais Curitiba do que os municípios da RMC, naquele momento.

Em 1976, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) estruturou o I Plano de Desenvolvimento Integrado (I PDI) que focalizava em distribuir mais homogeneamente o desenvolvimento econômico de Curitiba na RMC (COMEC, 2006) e, novamente, foi implantado um plano que buscava realizar um ordenamento territorial. E, mesmo que dessa vez tenha sido para a Região Metropolitana, o plano se manteve em consonância -quase como uma continuação- do que havia sido planejado pelo Plano Diretor de Curitiba anos antes. Segundo a COMEC (2006), o I PDI definiu a região leste da RMC como área prioritária para a preservação ambiental, principalmente por estar atrelada a Serra do Mar e parte

significativa dos mananciais que abastecem de água Curitiba, enquanto as regiões norte e sul da RMC foram destinadas à produção rural e a oeste para a expansão urbana e industrial, essa última onde está localizada Araucária.

Para Stroher (2014), no entanto, Curitiba se consolidou como “uma metrópole que concentrou as oportunidades no município polo e derramou sua população para a periferia desprovida de infraestrutura, sobre os territórios frágeis onde a terra é mais barata (bem diferente das propostas de desconcentração das oportunidades preconizadas pelo I PDI e pelo II PND)” (2014, p. 52). Nesse sentido, a COMEC (2006) aponta para a crise econômica vivida na década de 1980 como a causadora da não efetivação do que foi proposto no I PDI.

A população da RMC não parou de crescer e de 1970 até o ano 2000 ela foi de 869.837 para 2.767.282 habitantes, sendo uma das regiões metropolitanas que mais cresceram no país durante o período (MOURA e KORNIN, 2005), e segundo a COMEC⁷ atualmente a população da RMC atingiu 3.223.836 habitantes. Essa população se divide: entre Curitiba que concentra a maior parte dentre os municípios da RMC; o aglomerado metropolitano do primeiro anel (que representa uma mancha urbana continuada com a capital), formado por Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais; o segundo anel (municípios que não apresentam conurbação com Curitiba, mas mantém fortes relações econômicas com ela) formado por Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná; e o terceiro anel (municípios que apresentam como principal característica a ruralidade) composto por Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Quitandinha e Tijucas do Sul (VIACAVA, 2009). No entanto, como apontam Lima e Bidarra (2019), a RMC é constituída, em suma, por municípios de pequeno porte com populações inferiores a 100.000 habitantes, com exceção de Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Araucária, Pinhais, Campo Largo, Almirante Tamandaré e Piraquara. Em detrimento disso, apesar de ser uma das dez regiões metropolitanas mais importantes do Brasil em produção de riquezas (LIMA e BIDARRA, 2019), a

⁷ Segundo o site da COMEC: <https://www.comec.pr.gov.br/>, acessado em 02/01/2022.

economia da RMC se concentra na capital e nos municípios do primeiro anel, e ainda assim de forma desigual entre eles.

Muitos imigrantes chegaram a Curitiba no período identificado como Lernismo, certamente atraídos pelo marketing territorial realizado pelo governo, que vinha acompanhado de obras públicas que nos anos 1990 reforçavam a beleza da capital, como a Ópera de Arame e o Jardim Botânico, por exemplo. Assim, segundo Moura e Kornin (2005), foi também nesse período que os municípios que compõem o primeiro anel da RMC tiveram o maior crescimento populacional de sua história, o que resultou na expansão da ocupação do solo metropolitano e aumentou a malha urbana em suas sedes municipais. Para as autoras esse crescimento estava diretamente ligado a obras e ao planejamento urbano de Curitiba, que mais do que enfeitar a cidade, diante do aumento das imigrações e da proliferação da pobreza incentivou a ocupação de áreas periféricas através de intervenções urbanísticas excludentes e que favoreciam o mercado imobiliário.

Além de tudo isso, houve também na década de 1990 a internacionalização econômica da RMC, sobretudo do setor secundário, cujas fábricas se concentraram territorialmente em poucos municípios, reforçando as desigualdades intrarregionais (MOURA e KORNIN, 2005). Em Araucária, mais especificamente, houve uma expansão de seu complexo químico e petroquímico, indo de 65,19%, em 1990, para 71,19% do Valor Adicionado Fiscal⁸ (VAF) do gênero, em 2000 (NOJIMA, MOURA e SILVA, 2009). Como descrevem os autores:

Entre 1996 e 2000, o primeiro anel absorveu parcela expressiva das plantas industriais que se instalaram na RMC, reforçando sua participação que saltou de 19,35% em 1989, para 30,06% do VAF da indústria paranaense em 2000, representado especialmente por Araucária, São José dos Pinhais e Campo Largo (NOJIMA, MOURA e SILVA, 2009, p.8).

Desde então a economia araucariense teve um alto índice de crescimento -sobre o qual tratarei mais detalhadamente nas seções seguintes- por agora cabe destacar alguns dados socioeconômicos do município. Segundo o IBGE, Araucária

⁸ Segundo a Constituição Federal, § 1º do art. 3º da Lei Complementar Federal 63/90, corresponde: “I – ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil; (...)”.

tinha em 2017 PIB per capita⁹ de 123.478,34 R\$, enquanto Curitiba tinha PIB per capita de 44.384,92 R\$, um índice tão alto que mesmo se comparado a São Paulo que tem PIB per capita de 57.759,39 R\$, ou Brasília, com PIB per capita de 80.502,47 R\$, ainda assim tem os valores muito superiores. No entanto, a produção econômica do município não é revertida de igual maneira na qualidade de vida e bem-estar social da população, há, nesse âmbito um contraste quando se observa o IDHM⁴ (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), em que Araucária aparece com 0,740, enquanto São Paulo aparece com 0,805, Curitiba com 0,823 e Brasília com 0,824.

Tal situação se repete quando é analisada a renda per capita¹⁰ do município. Em 2010, Araucária tinha sua renda per capita média de R \$814,39, enquanto em Curitiba era de R \$1.581,04, em São Paulo de R \$1.516,21, e em Brasília de R \$1.715,11.

E quando se trata exclusivamente de índices relacionados à Educação¹¹, no que diz respeito especificamente à juventude, tema desta dissertação, os dados também não fogem a esse padrão. Em 2010, Araucária tinha sua porcentagem de jovens entre 15 e 17 anos com Ensino Fundamental completo de 58,16%, enquanto em Curitiba o índice era de 71,63%, São Paulo de 70,04% e Brasília, 66,32%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo, no mesmo período, era, em Araucária, de 38,33%, em Curitiba de 57,79%, em São Paulo de 51,03%, e em Brasília de 53,48%. Ou seja, mesmo Araucária tendo a maior produção econômica por habitante, em comparação com as demais cidades mencionadas, ela também apresenta os piores dados socioeconômicos, isso sem que se mencione as dimensões populacionais, já que há menos habitantes em Araucária do que nas demais cidades comparadas.

No item a seguir, se desdobrará um breve resgate da história do município de Araucária, contudo, estando-se comprometido em destacar marcos relevantes de sua urbanização. Para tal, o fiz utilizando como parte das análises -até por falta de

⁹ Informações retiradas do site do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 02/02/2020.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

outros materiais produzidos¹²-, as realizadas pelo livro “Agricultura e Indústria: a memória do trabalho em Araucária”, publicado em 1997, pela Prefeitura de Araucária, mas, não sem tomar o cuidado de realizar uma análise crítica quando necessário.

2.2 O SÍTIO URBANO DE ARAUCÁRIA-PR

No século XVII, em decorrência de interesses vindos da metrópole (Portugal), grupos de mineradores estavam realizando buscas na região Sul do Brasil com objetivo de encontrar novas minas e realizar novas explorações auríferas. Assim, em 1654, Eleodoro Ébano Pereira -Governador e Capitão-Mor do Rio de Janeiro- que comandou as buscas, relatou que o sítio urbano de Curitiba, à época, não era mais que uma pequena vila com moradores que viviam ali há pouco mais de vinte anos, praticando a mineração e um pequeno comércio de víveres (ARAUCÁRIA, 1997).

Antes de ser nomeada como Araucária, a região havia recebido o nome de Tindiquera, que em guarani significa "pertence aos Tinguís"¹³, isso porque, como o nome já diz, antes da tomada da região pelos homens brancos, a região era ocupada por índios Tinguís, uma aldeia tupi-guarani. Contudo, não existem muitas informações e trabalhos sobre a ocupação dos Tinguís em Araucária e, de modo geral, não é contada a história indígena e “cabocla” na formação étnico-cultural do município. Isso ficará mais nítido no decorrer das próximas páginas, quando se evidência a escolha por contar a história de sucesso de imigrantes europeus em detrimento das dos negros e indígenas, da mesma forma que ocorreu na história de Curitiba (FERREIRA, 2008).

Assim, ainda no século XVII, eram proprietários de terras na região do Tindiquera: Alferes Gaspar Carrasco dos Reis, Luiz da Cunha, Garcia Rodrigues Velho, o Capitão Manoel Ricam de Carvalho, o prático médico Paschoal Fernandes Leite, entre outros (ARAUCÁRIA, 1997). Apesar de haver grandes proprietários de

¹² Não localizei materiais que contam a história de Araucária por um viés mais crítico, seja no banco de Periódicos ou no de Teses e Dissertações, da CAPES .

¹³ LEÃO, Ermelino de. Dicionário histórico e geográfico do Paraná. Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926, v.6, p.294.

terra, as produções na mineração de ouro não eram tão representativas e ainda quase não se praticava outros tipos de produção em larga escala, o que fazia com que os moradores do Paraná vivessem em absoluta pobreza.

Já o sociólogo, Ianni (1988), quando fala desse período, conta sobre a sucessão de produções econômicas desenvolvidas no planalto curitibano (no qual Araucária está inserida): “Em resumo, os povoadores do planalto curitibano buscaram inicialmente metais preciosos; depois transformaram-se em criadores e tropeiros, bem como em produtores e comerciantes de erva-mate” (p. 19). Deste modo, o tropeirismo trouxe grande impulso para a região do Tindiquera que cresceu com o fluxo de mercadorias que perpassava pela região. Na época, o Paraná ainda era uma Capitania de São Paulo e tinha pontos de registro do tráfego de bovinos que, criados no Rio Grande do Sul, eram transportados para a feira de Sorocaba, para o Rio de Janeiro e para Minas Gerais, passando pelo Paraná.

No trajeto, a comunicação entre Lapa e Registro era feita através de canoas pelo rio Iguaçu. Assim, na região do Tindiquera (hoje Araucária) surgiu um pequeno porto de canoas situado rio acima à margem direita, chamado de Passo das Laranjeiras (hoje parte do bairro Porto das Laranjeiras, como se pode ver no mapa a seguir), que era importante para a ligação entre Lapa e Curitiba (ARAUCÁRIA, 1997). E, nesse mesmo local se originou o aglomerado de pessoas que viriam a formar a Vila de Araucária. Com o tempo, as pessoas que viviam em Tindiquera passaram a viver todas à beira do rio Iguaçu, já que as principais atividades econômicas aconteciam ali.

período: “Trabalhavam lado a lado homens livres, escravos, mulheres e crianças” (ARAUCÁRIA, 1997, p.21). Nessa perspectiva, a opção de resgate da história de Araucária, em um livro da década de 1990, segue na mesma direção das conclusões culturalistas de Freyre (2001) para o qual a construção do Brasil se deu em meio a convivência quase “simbiótica”, não menos que harmoniosa, entre os diferentes povos que aqui viviam, em especial entre brancos e negros. Inaugurou-se assim, a partir da sua obra, o conceito de “democracia racial”. E vale lembrar que essa obra teve grande repercussão, desde a década em que foi produzida, a década de 1930, quando o autor estudava sobre a “escravidão”. Apesar de Freyre (2001) entender a existência de desigualdades sociais, o autor as vincula a questões de classe social e não ao racismo. É evidente que seus estudos, apesar de terem sido publicados na década de 1930, foram e ainda são aceitos por diferentes grupos sociais, até mesmo pela conveniência que permeia um discurso que nega a existência do racismo na história do Brasil.

Inúmeros autores -aqui citarei alguns- refutaram e provaram, por meio da análise de documentos históricos, a não veracidade do conjunto de ideias engendradas pelo mito da “democracia racial”. Um destes autores é o próprio Ianni (1988), que analisou em outros termos as relações de trabalho do escravizado no período:

As avaliações das atividades produtivas, especialmente aquelas que exigiam as próprias mãos do homem, profundamente identificadas com ocupações inferiores, de negros, índios, mestiços ou simplesmente escravos, eram componentes dinâmicos do sistema social, exercendo uma atuação contínua e persistente sobre o comportamento dos brancos que precisavam trabalhar para viver. Dentro da categoria branco, havia uma espécie de hierarquização, de conformidade com as representações das posições num sistema societário de castas, sendo que aceitação que implicava maior prestígio social era justamente a que compreendia a posse de cativos, isto é, a desnecessidade de trabalhar, a possibilidade de viver como ‘branco’, ou seja, do produto do trabalho alheio (p.63).

Assim, viver como “branco” denota o cunho racista característico das relações sociais e de trabalho no período. Nesse contexto, Ianni (1988) elenca cinco fatores que propagavam o trabalho escravo em território paranaense:

Em primeiro lugar, o regime de trabalho fundado na utilização do trabalhador livre, assalariado, não pôde constituir-se, pois que as disponibilidades de vastas superfícies de terra impossibilitariam a retenção do indivíduo na 'empresa'. (...) Em segundo lugar, nem a Metrópole portuguesa nem a Colônia dispunham de trabalhadores livres em número suficiente para atender às atividades produtivas que se inauguravam ou se expandiam nas diversas regiões da Colônia. (...) Em terceiro lugar, conta-se outro pré-requisito econômico ponderável, atuando em concomitância com o anterior. À escassez de trabalhadores livres contrapunha-se uma oferta elástica de escravos, isto é, trabalhadores já definidos econômica e socialmente como cativos, de outra raça, inferiores etc. (...) Em quarto lugar, influem os próprios requisitos do sistema econômico já constituído, envolvendo a Metrópole, a Colônia e a África. A economia de Curitiba, como era menos vigorosa que as de outras regiões da Colônia, não pôde fugir às contingências da própria determinação, por influência das outras. (...) Em quinto e último lugar, e em conexão com o que ficou exposto, é preciso ponderar que a região curitibana não somente não era autônoma como foi um subsistema econômico integrado a sistemas mais amplos e vigorosos da Colônia (p. 68).

No mesmo livro da Prefeitura de Araucária, quando se trata das últimas décadas do período escravocrata, é posto que: “A partir de 1850, o país passou a ter sérios problemas de falta de gêneros alimentícios. Um dos principais motivos foi a escassez de mão-de-obra, ocasionada pela proibição do tráfico de escravos” (ARAUCÁRIA, 1997, p.24). Aqui é apontada a causa da crise produtiva como o fim do comércio (migração forçada) de novos escravos para o Brasil. Em outras palavras, o livro, mesmo que indiretamente, atribui que houve falta de alimentos pelo fim progressivo do regime de escravizados em território nacional.

Sendo assim, o que de fato provocou a crise na produção de alimentos no Paraná, não foi a diminuição no número de escravizados, mas uma postura conservadora que promoveu a não aceitação do negro como cidadão assalariado e não o integrou no novo sistema produtivo que se formava. Ao contrário, considerava-se que o Brasil era “atrasado” porque tinha muitos negros em sua população. Em outras palavras, a sociedade se repartiu da seguinte forma:

Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais de sistema - com os que 'não serviam para outra coisa' ou com os que 'estavam começando bem por baixo' (FERNANDES, 2008, p. 42).

O período escravocrata e suas consequências perversas têm efeitos ainda hoje sobre a sociedade, não só paranaense, mas brasileira, sendo que tais consequências são lembradas de um modo ou de outro nos capítulos desta dissertação.

Vale retomar que, durante o segundo ciclo do mate (quando a manufatura passa a substituir parte da mão de obra escravizada por maquinário), após as revoltas paulista e gaúcha, em 1853, o Paraná consegue sua independência de São Paulo. E, entre 1875 e 1877, com o governo do presidente Adolpho Lamenza Lins, o Paraná inaugura seu plano de colonização, oferecendo aos imigrantes tudo aquilo que não havia oferecido aos negros libertos, como acesso à terra, educação e crédito.

Em 1876 foi criada a primeira colônia na região do atual município de Araucária, a colônia de Thomaz Coelho, que recebeu, de início, 270 famílias de imigrantes poloneses. Alguns anos mais tarde, especificamente em 11 de fevereiro de 1890, por meio do Decreto nº40, a região sobe à categoria de vila e recebe a denominação de Araucária. (ARAUCÁRIA, 1997).

Com o passar dos anos muitos outros imigrantes de diversas outras localidades chegaram à região: alemães, judeus, italianos, ucranianos, portugueses, árabes e franceses. Os imigrantes acentuaram a retirada da madeira que passou a ser o principal meio econômico do município, principalmente com o corte de Araucária e Imbuia que se juntavam a outras produções como as pequenas indústrias e a produção rural de alimentos.

A primeira serraria foi fundada em 1870 e pertencia a Pedro Hey, localizada próximo à Colônia Thomaz Coelho, em seguida outras começaram a se espalhar por diferentes localidades (ARAUCÁRIA, 1997). A exploração da madeira durou até por volta da década de 1930 quando as reservas florestais se esgotaram nas regiões

próximas à cidade sendo encontradas somente em localidades mais afastadas, o que tornava a atividade madeireira insustentável economicamente. A saída das madeiras fez com que Araucária entrasse em um período de crescimento negativo, apesar de existirem durante esse período outras produções que atendiam o Município como é o caso da produção de tomate e pimentão, de beneficiamento de linho, de palhões e de batata-inglesa. O crescimento negativo perdurou até meados da década de 1950 quando, segundo o livro publicado pela prefeitura, 7 novas serrarias se instalaram no Município.

Contudo, foi somente na década de 1970 que Araucária passou a ter, de fato, um desenvolvimento industrial-tecnológico, passando a se tornar o polo industrial que é hoje. Em 1973, mais precisamente, houve a delimitação federal da RMC (Região Metropolitana de Curitiba), por meio da Lei Complementar Federal nº 14/1973, e a também criação da COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), o que permitiu o maior desenvolvimento de toda a região (CARMO, 2017). E, impulsionado pelas ações estatais, a região metropolitana de Curitiba passa a atrair indústrias nacionais e transnacionais. É sobre isso que a próxima seção tratará.

2.3 A INDUSTRIALIZAÇÃO E A “NOVA” CIDADE

Na década de 1970 inicia-se a industrialização de Araucária e, conseqüentemente, começa-se um novo processo de urbanização no município que ocorre se aproximando cada vez mais das descrições de Castells sobre o processo de urbanização na América Latina:

A ‘urbanização latino-americana’ caracteriza-se então pelos traços seguintes: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta com emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização dos sistemas de estratificação no que diz respeito ao consumo (1983, p. 99).

Com relação a Araucária e suas desigualdades, nas últimas décadas nota-se no município os efeitos próprios de conurbação¹⁴ e excesso de contingentes vindos do êxodo rural, somados à industrialização tardia que veio a deflagrar também a especulação imobiliária. Por outro lado, a arrecadação de impostos no município é imensa, mesmo que seja revertida em poucas melhorias sociais.

A industrialização foi concretizada, como já dito, no início da década de 1970, através do I PND e II PND. Os planos tinham como estratégia um conjunto de metas setoriais para atender ao desenvolvimento pretendido que envolvia o investimento nas áreas de siderurgia, petroquímica, corredores de transporte, construção naval, energia elétrica e nuclear, comunicações e mineração (SILVA, 2006).

Na crise da produção de café no Paraná, na década de 1970, o êxodo rural no estado ganhou grandes proporções e, com ele, houve o aumento dos índices de desempregados nas cidades. No aglomerado metropolitano de Curitiba não foi diferente e a implantação de políticas junto a PND foi intensificada como manobra de enfrentamento do estado frente ao "problema" em curso. Portanto, nos âmbitos nacional e regional houve esforços para a desconcentração das indústrias nos grandes centros e fortalecimento do setor. Somaram-se às estratégias federais "(...) as ações de planejamento urbano implementadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba na década de 1970, que culminaram na criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) no ano de 1973" (SILVA, 2006, p. 76).

Com a construção da CIC, Araucária, que estava do outro lado da bacia do rio Barigui, possuía a melhor localização para o prolongamento da área industrial e, a partir da inauguração da REPAR (Refinaria Presidente Getúlio Vargas), surge o CIAR (Centro Industrial de Araucária), também em 1973 (SILVA, 2006). Ademais, a implantação da REPAR ainda na década de 1970 foi um importante marco para Araucária, pois acentuou o êxodo rural para o município, que passou a ofertar oportunidades de emprego à população da região que, em sua maioria, ainda vivia no campo até aquele momento (FIRKOWSKI, 1997).

¹⁴ Entende-se por conurbação o fenômeno de urbanização que liga dois ou mais municípios pelo seu eixo urbano.

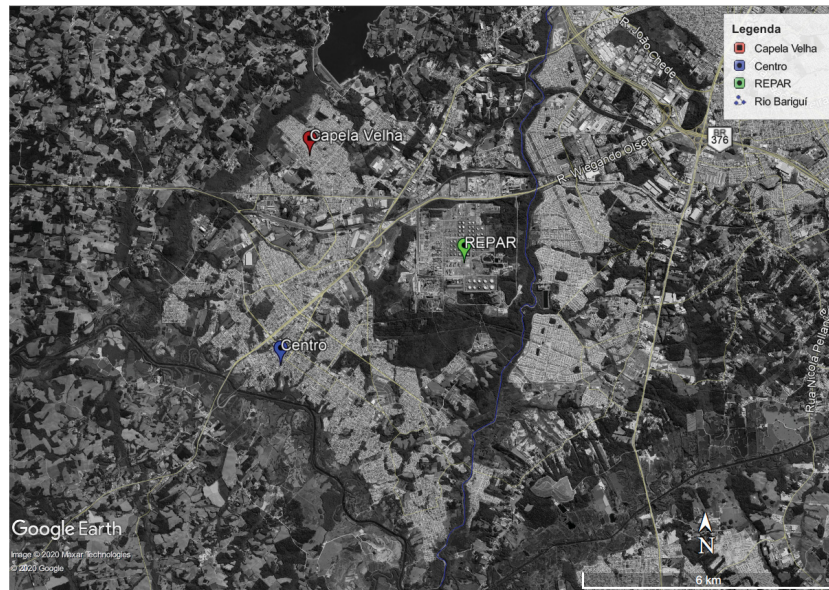
A instalação da área industrial do CIAR está inscrita espacialmente a nordeste do centro urbano tradicional de Araucária, definida para o uso industrial e ligada territorialmente com a CIC, em Curitiba. Esse recorte disponibilizado às indústrias, dentro do município, obedeceu exclusivamente ao planejamento urbano realizado pelo Estado, independente das estruturas da esfera intra-urbana, composta até o momento pelo centro tradicional e pela colônia de imigrantes (SILVA, 2006).

Sabe-se, no entanto, e como já descrito na seção anterior, que dentre os principais condicionantes para a instalação industrial na região estava a questão hídrica. Como no leste da RMC estão localizados alguns dos principais mananciais que têm seu montante na Serra do Mar, foram destinados ao uso industrial, os mananciais da região oeste da RMC (FIRKOWSKI, 2001). Nesse sentido, houve uma total reestruturação espacial da cidade de Araucária que concebe, desde então, uma desigualdade urbana evidente, sobretudo quando avaliamos o espaço residencial destinado às classes de mais baixa renda (SILVA, 2006).

Outra questão é a nova lógica urbana do município. A industrialização integra Araucária à Curitiba fazendo com que o crescimento urbano araucariense aconteça voltado para seu novo centro de poder: Curitiba.

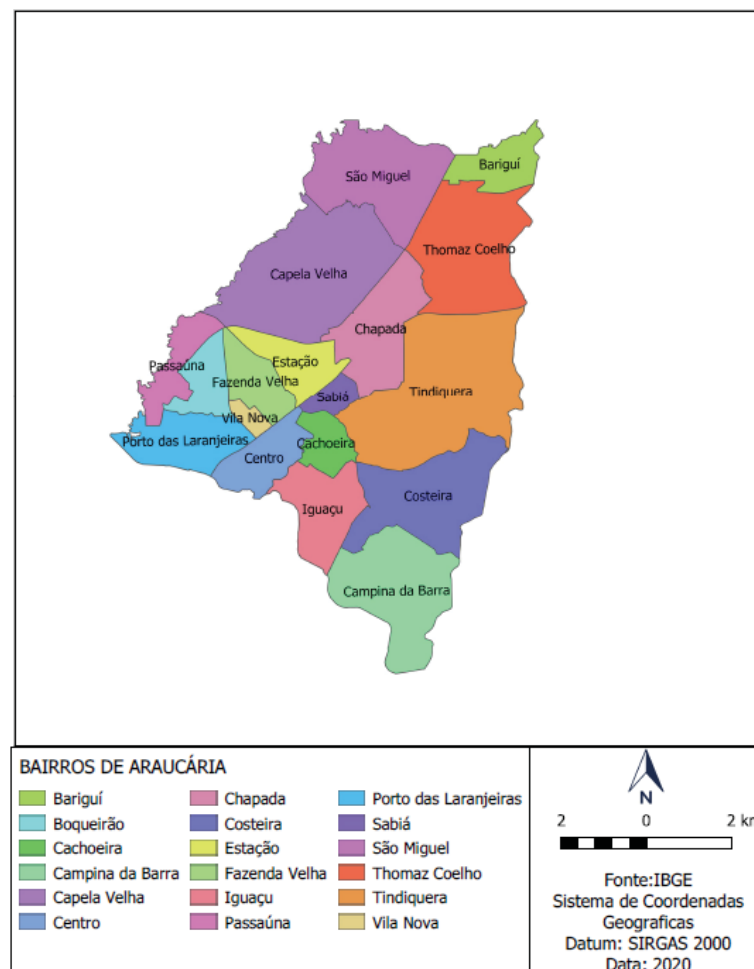
Como bairro, o Centro de Araucária não deixou de existir, mas já não é ele a força motriz da urbanização do município, assim, o capital econômico que impõe suas determinações à cidade, descentra, rompendo com o sítio urbano tradicional e produz uma nova Araucária. No mapa a seguir (Mapa 4) pode ser visto esse efeito, sobretudo quando se entende ele a partir do rio Barigüí (divisa de Curitiba com Araucária) e em regiões próximas a REPAR; nele também é possível perceber as feições do bairro Capela Velha (onde realizei uma parte da pesquisa) que em consequência desse efeito constituiu-se no prolongamento da cidade em direção a Curitiba. Já no mapa seguinte (Mapa 5) é possível compreender a disposição dos bairros do município.

MAPA 4 - MARCAÇÕES SOBRE OS BAIRROS DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA E A REPAR



Fonte: O autor.

MAPA 5 – BAIRROS DE ARAUCÁRIA



Fonte: O autor.

Com isso há em Araucária diversas regiões que podem ser entendidas como subúrbios que foram se desenvolvendo após o crescimento industrial do município, nas periferias, atrelados às oportunidades de trabalho no setor industrial. Essa configuração se assemelha à definição de subúrbio de Lefebvre (2001), ainda que o autor estivesse se referindo às consequências deixadas pela industrialização europeia que aconteceu séculos antes:

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo 'êxodo rural' (2001, p. 24).

E também é preciso lembrar que na Europa, berço da Primeira Revolução Industrial, a evolução urbana foi muito anterior à produção dos espaços urbano-industriais, diferente do caso brasileiro. Contudo, assim como aponta Sposito (2004), há uma associação nítida entre o crescimento rápido das cidades e os processos de suburbanização na Europa, e pode-se dizer que o mesmo processo aconteceu no Brasil, aproximadamente dois séculos depois.

A expansão urbana, tal como a suburbanização evoluíram de acordo com o ritmo de adensamento populacional na cidade, determinando assim a distância da periferia ao centro, sua homogeneidade e extensão total (SPOSITO, 2004). O crescimento urbano, portanto, aumenta a dependência da população em relação aos centros das grandes cidades, diminuindo a importância de centros urbanos de municípios menores.

No Brasil, a urbanização é marcada pelo fim do período cafeeiro no país e ascensão das políticas desenvolvimentistas, que antecedem o período da Ditadura Militar iniciado em 1964. Sabe-se, pelo exemplo descrito sobre o planejamento da área industrial de Araucária, que a CIAR não foi arquitetada em diálogo com o planejamento municipal e as necessidades locais e regionais. E sabe-se também que o planejamento urbano realizado pelo estado brasileiro se firmou dentro do ideal funcionalista, marcado pelo objetivo do crescimento econômico rápido e a otimização do território para se integrar à Nova Divisão Internacional do Trabalho (CASTELLS, 1983).

Em um contexto global, o papel que o país assume na Nova Divisão Internacional do Trabalho é, segundo Santos (2006) o de produtor de insumos ao invés de bens de consumo e de alta tecnologia, o que colabora para a pobreza e a desigualdade social em larga escala, e mais espaços urbanos distantes do planejamento estatal. Assim o autor, pensando sobre a reprodução do capitalismo e a profusão de desigualdades a partir de um país considerado “subdesenvolvido” – o Brasil, explica:

Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há os outros espaços. Há os espaços do mandar e os espaços do obedecer. Todavia, essa racionalidade sistêmica, não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem zonas onde ela é menor e, mesmo, inexistente e onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica (2006, p.206).

Entende-se assim, segundo o autor, que a racionalidade não permeia todos os espaços e é na sua descontinuidade que se desenvolvem espaços com outras formas de expressão e, nesse sentido também se desenvolvem outras formas de pensar e produzir espaços. Isso acontece porque, para Santos, as infraestruturas “regulam” comportamentos e desse modo ‘escolhem’, ‘selecionam’ os atores possíveis” (2006, p. 208). E todos aqueles não pertencentes aos espaços “racionais” acabam vivenciando espaços com menos estruturas urbanas - os espaços ignorados pelo projeto urbanístico. Para o autor existem espaços que não são “escolhidos” pela racionalidade hegemônica, ou seja, são relegados a um segundo plano e não têm as necessidades essenciais de seus atores atendidos. Diante desse panorama deve-se considerar a precarização de espaços urbanos em um vínculo concreto com a racionalidade hegemônica, assim como aconteceu com alguns municípios da RMC em consequência do projeto de cidade Lernista, como é o caso de grande parte de Araucária que, sendo a contra face de Curitiba, também se constitui como uma grande gentrificadora, que expelle toda pobreza das seus territórios urbanos tradicionais. Há dessa forma a produção de espaços de contra-racionalidades que, como descreve Santos (2006):

(...) se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente (p. 210).

A chegada dos milhares de trabalhadores vindos do Nordeste do país para as obras de ampliação da REPAR em 2008 não foi diferente do acontecido no contexto do êxodo rural brasileiro. Só que nesse caso, os imigrantes representaram uma ameaça ao poder de Araucária: os novos imigrantes, sem conhecer a configuração já formada há décadas e até séculos pelas famílias tradicionais da cidade, ocuparam o seu território central ao ficarem em pousadas e hotéis.

Em resposta, a comunidade tradicional de descendentes de europeus -que até já teve um caderno exclusivo no jornal local para falar de seus ilustres moradores¹⁵ e que se entendiam como "donos da cidade"-, passaram a tratar os imigrantes que lá chegavam de forma perversa. Nesse embate territorial eram atribuídas aos imigrantes características como as de que eram preguiçosos, sujos, ignorantes, com mau gosto, extravagantes etc. (MOURA E BAHL, 2011).

Nesse caso, faz sentido analisar essa disputa entendendo o território em seu sentido mais amplo. Para Souza (2001), o território além de um espaço "(...) definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 2001, p. 78) tem forte vínculo com a produção de identidades (e aqui se aproxima da ideia de território de Santos):

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, 'paisagem'). E mais, os limites dos próprios territórios não seriam, é bem verdade, imutáveis - pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta -, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas o território e, por tabela, com o poder controlador desse território... (SOUZA, 2001, p. 84).

¹⁵ TRAUCZUNSKI, Cezar. Personagens de Araucária em gente que fez, gente que faz. 1. ed. Araucária: Prefeitura do Município, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, 2002.

Outra forma de se pensar essa questão, é a partir da abordagem fornecida por Haesbaert, que trabalha o território à luz do vivido, ou seja, em seus preceitos o território é múltiplo, complexo e diverso, por se expressar através e nas vidas das pessoas. Sendo assim, para o autor o território faz parte do processo de dominação e/ou apropriação e deve ser estudado em sua multiplicidade (HAESBAERT, 2005). Segundo Haesbaert (2007):

Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe) (2007, p. 22).

Como continuum, o território é um “limite” de fronteiras fluidas que se alteram constantemente nas ações de grupos de identidades opostas, ou seja, a partir das correlações de uma profusão de poderes exercidos em devir. Quer dizer, dessa forma, que o território em questão ganhou e tem ganhado novos limiares nas disputas que ocorrem entre a população tradicional de Araucária e os imigrantes, assim como também as identidades dos sujeitos que vivenciam esse território que também têm se alterado e influenciado o espaço.

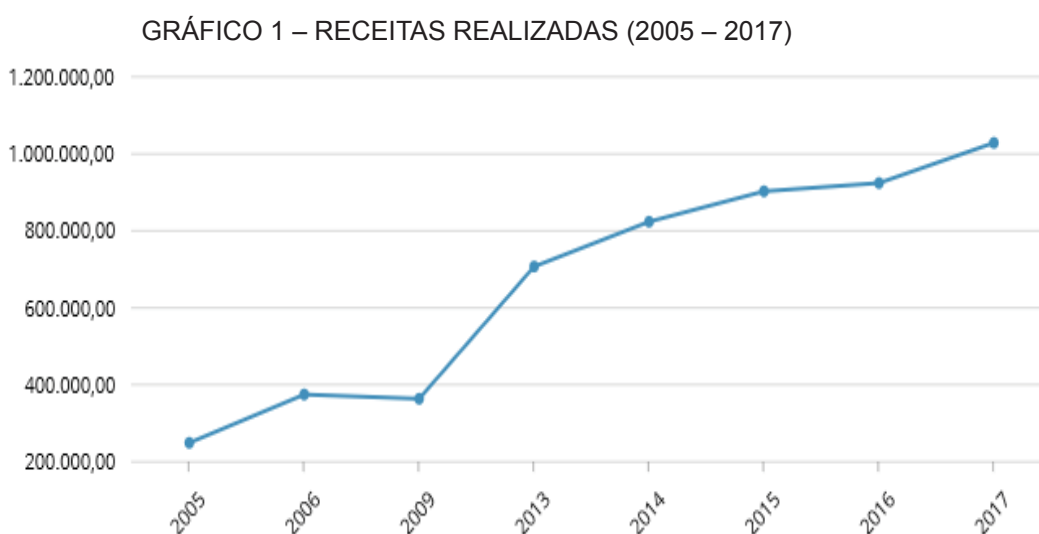
Penso essa questão, indo em direção da análise do poder simbólico que a envolve. Isso porque a relação material parece não ter tido tanta influência em um primeiro momento. Afirmo isso, porque ao que parece não tinha sentido em prerrogativas como acusar os estrangeiros de “roubarem” seus empregos. Apesar de isso ter ocorrido (a ocupação de empregos por quem chegou), como veremos nas falas de Ana, o que aconteceu, de fato, foi o contrário, além do investimento de cerca de R\$12 bilhões de reais nas obras que ampliaram a produção da refinaria, a vinda dos imigrantes trouxe muitos ganhos ao comércio de Araucária e a receita da cidade aumentou exponencialmente.

De acordo com Moura e Bahl (2011) a chegada dos mais de 20 mil migrantes movimentou consideravelmente o mercado imobiliário local, causando a saturação de imóveis disponíveis para aluguel o que fez com que muitos moradores mais antigos se valessem da situação, transformando casas residenciais em

pousadas para os imigrantes. Segundo os autores, as pousadas atendiam de 20 a 50 trabalhadores e suas diárias eram em torno de R \$25,00, pagos pelas empreiteiras contratadas para as obras.

Toda essa procura por imóveis na cidade inflacionou o valor destes e, segundo Moura e Bahl (2011), na época houve um aumento entre 30% e 50% nos valores de imóveis em Araucária. Além disso, os autores também sublinham o aumento dos ganhos no ramo alimentício: “Os restaurantes, bares e lanchonetes da cidade aumentaram seus lucros consideravelmente e muitos foram construídos para atender a demanda de trabalhadores” (MOURA e BAHL, 2011, p. 6).

Assim, a obra com duração prevista de cinco anos aumentou as arrecadações para o município em alguns milhões de reais. E, após seu término, a ampliação da refinaria fez as receitas realizadas por Araucária, em 2017, crescerem em um ritmo jamais visto no município, chegando a 1.031.236,18221 R\$ (x 1000)¹⁶, como fica nítido no gráfico a seguir.



FONTE: IBGE: <https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 02/02/2020.

No próximo capítulo, veremos os resultados das análises realizadas a partir dos questionários da pesquisa, em que as questões discutidas até aqui acerca do território urbano, tensionam e são tensionados nas vivências dos mais de duzentos jovens que responderam aos questionários.

¹⁶ Informações retiradas do site do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 02/02/2020.

3 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS E AS PRIMEIRAS NOÇÕES SOBRE AS VULNERABILIDADES SOCIAIS VIVIDAS PELOS JOVENS DE ARAUCÁRIA-PR

O presente capítulo se destina a análise dos questionários, trazendo dados importantes sobre os problemas sociais que mais atingem os jovens de Araucária-PR, auxiliando, portanto, na compreensão das desigualdades sociais a que estão imersos e analisando se as vulnerabilidades se interseccionam ocasionando a diminuição de sua qualidade de vida. Objetiva ainda trazer subsídios importantes para se compreender também as redes de interdependência de Ana, discutidas no próximo capítulo.

A fim de seguir essas pistas, organizei os dados a partir de uma leitura flutuante e, na sequência, em categorias de análise. E, buscando ferramentas que facilitem a compreensão do leitor, também utilizei gráficos comparativos. Este capítulo, portanto, busca apresentar as experiências e dificuldades dos jovens, de acordo com sua raça, classe social, origem, gênero e a região do município em que vivem. Se analisa como essas características, ao se relacionarem em um indivíduo, modificam o modo como este constitui tanto suas experiências com a cidade de Araucária, quanto suas relações com outras pessoas, assim dando potência a concepção metodológica de redes de interdependência.

3.1 QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA

Para melhor entender a vida dos jovens na cidade e a rede dos sujeitos, principalmente quanto às suas tensões, alguns itens explorados pelo questionário de pesquisa foram fundamentais. Os questionários foram respondidos por 252 jovens de 14 a 21 anos de idade, tendo sido preenchidos o mesmo número de questionários em dois colégios, um periférico e outro central (126 questionários respondidos em cada um). Além da produção de informações sobre as características socioeconômicas de cada indivíduo, o questionário abordou questões como: “O que faz em seus horários livres?”; “Quais os espaços urbanos de cultura e

de lazer de Araucária-PR que você vai com maior frequência? Qual a frequência?” e “Na sua opinião quais são os maiores problemas sociais de Araucária-PR?”

Assim, para conhecer mais sobre essa relação entre jovens e cidade, foram escolhidos dois colégios do município de Araucária, nomeados aqui por Colégio I e Colégio II¹⁷, localizados respectivamente nos bairros Centro e Capela Velha. Os dois estão aproximadamente 6 km de distância um do outro, o que representa a distância do Centro à região Noroeste da área urbana da cidade (região periférica), ou seja, um está na região central de Araucária e o outro na periferia do município. A seguir os mapas inserem uma perspectiva espacializada da cidade e indicam as distâncias entre os colégios.

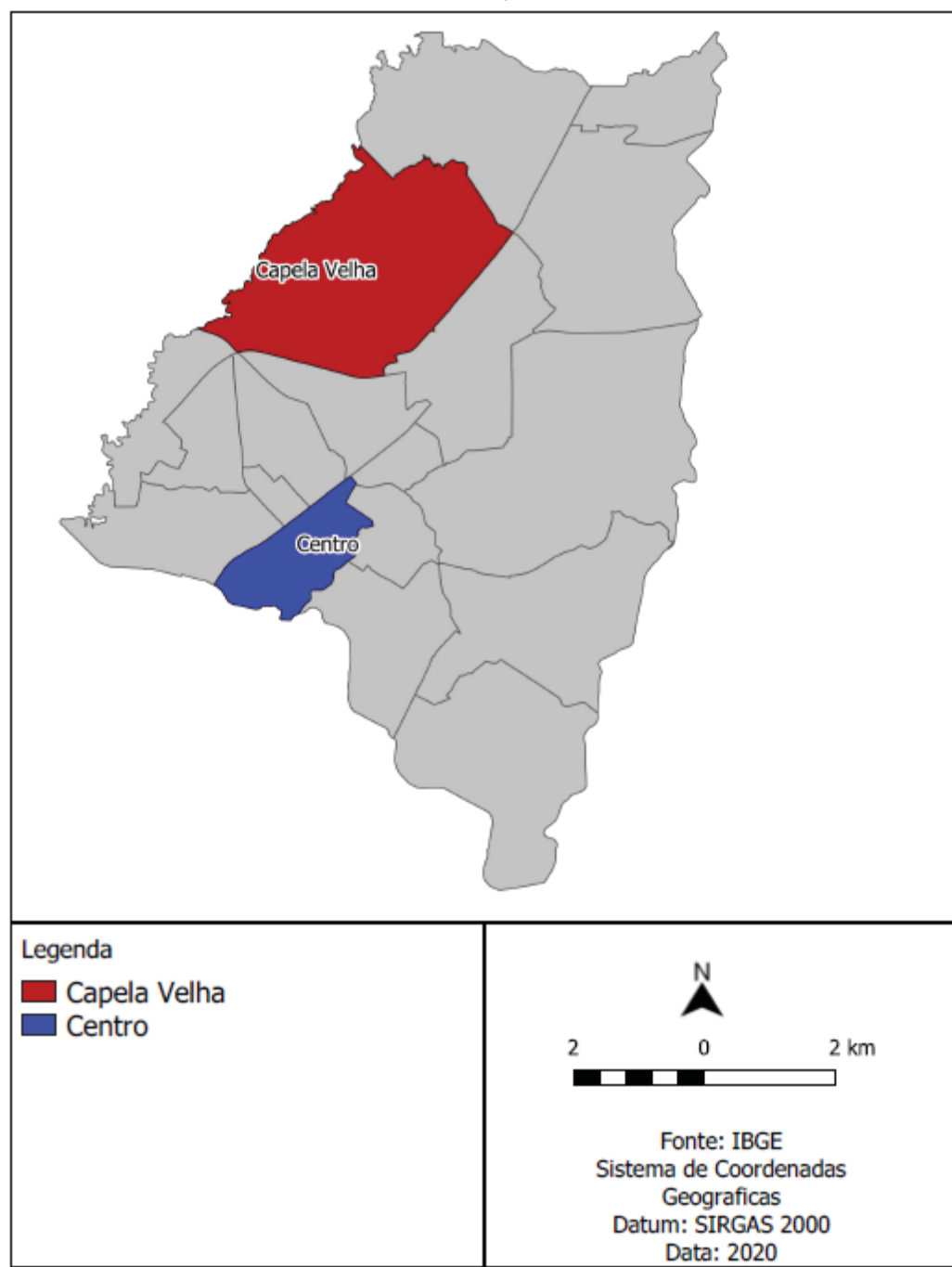
MAPA 1 – COLÉGIOS



Fonte: O autor.

¹⁷ Por questões éticas não identificarei as escolas.

MAPA 2 – BAIRROS EM QUE SE LOCALIZAM OS COLÉGIOS



Fonte: O autor.

Depois de lidos os 252 questionários, os dados foram categorizados e analisados a partir da análise de conteúdo de Bardin (1977), sendo, portanto, categorizados a partir de três fases principais: a) selecionar o material que será analisado; b) estabelecer unidades de análise, relativas aos conceitos ou proposições mais importantes sobre um assunto; c) determinar as categorias de análise, identificando o que será abordado. Assim, quando foi perguntado sobre os

problemas sociais da cidade de Araucária, para essa questão as respostas puderam ser categorizadas nas seguintes unidades de análise: violência e criminalidade; bullying, discriminação e violência policial; lixo, poluição e saneamento básico; saúde; falta de aparelhos de cultura e lazer; infraestrutura de transporte; educação; não sabiam ou não opinaram; outros. Já em um segundo momento explorei as vivências que desenvolviam fora do ambiente escolar, da qual foram definidas as unidades de análise: horários destinados ao lazer; frequência a espaços públicos de lazer; realização de cursos e trabalho. Todas as unidades de análise foram cruzadas com os fatores: renda; cor de pele; gênero; localização do colégio que estuda (Colégio I e Colégio II); imigrante ou não imigrante (considerou-se imigrante aqueles jovens que vieram de outras regiões do país).

3.2 OS RESULTADOS

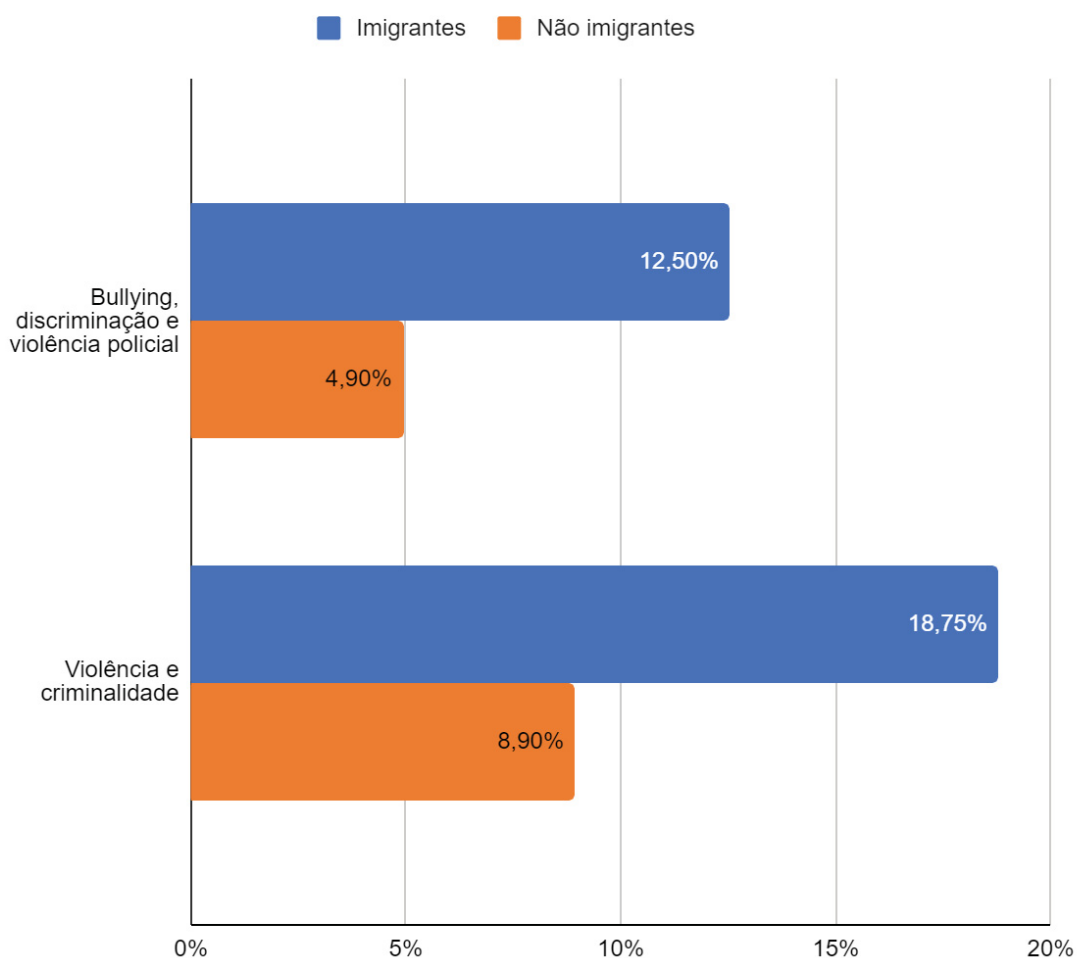
Nas primeiras análises percebi que os imigrantes mencionaram mais vezes “Bullying, discriminação e violência policial” do que os não imigrantes. Foram 15,63% das menções para imigrantes e 4,91% para não imigrantes, o que pode ser exemplificado em relatos, como: “Acho uma cidade muito boa mas ainda tem muitas pessoas machistas, racistas e homofóbicas e isso tem que melhorar” (mulher, preta, 15 anos, imigrante) e “A cidade é muito boa porém rola uns preconceitos sociais” (homem, preto, 16 anos, imigrante).

O mesmo pode ser identificado com relação a menções relacionadas à “Violência e criminalidade” por imigrantes e não imigrantes. Nessa unidade de análise as menções de imigrantes representaram 18,75% enquanto as de não imigrantes somaram apenas 8,9% do total de menções, ou seja, os imigrantes realizaram mais do que o dobro de menções do que os não imigrantes. Esses números se evidenciam a partir de relatos, como: “tem muito ladrão” (homem, branco, 15 anos, imigrante); “assalto com frequência, briga nas escolas, algumas áreas invadidas que causa enchente e buracos” (mulher, parda, 16 anos, imigrante); e “alguns bairros não são muito policiados, assim, nessas áreas os índices de roubo são maiores” (homem, pardo, 16 anos, imigrante). No gráfico a seguir estão

comparados os dados entre imigrantes e não imigrantes, para “Bullying, discriminação e violência policial” e “Violência e criminalidade”.

GRÁFICO 2

Menções de "Bullying, discriminação e violência policial" e "Violência e criminalidade", por imigrantes e não imigrantes



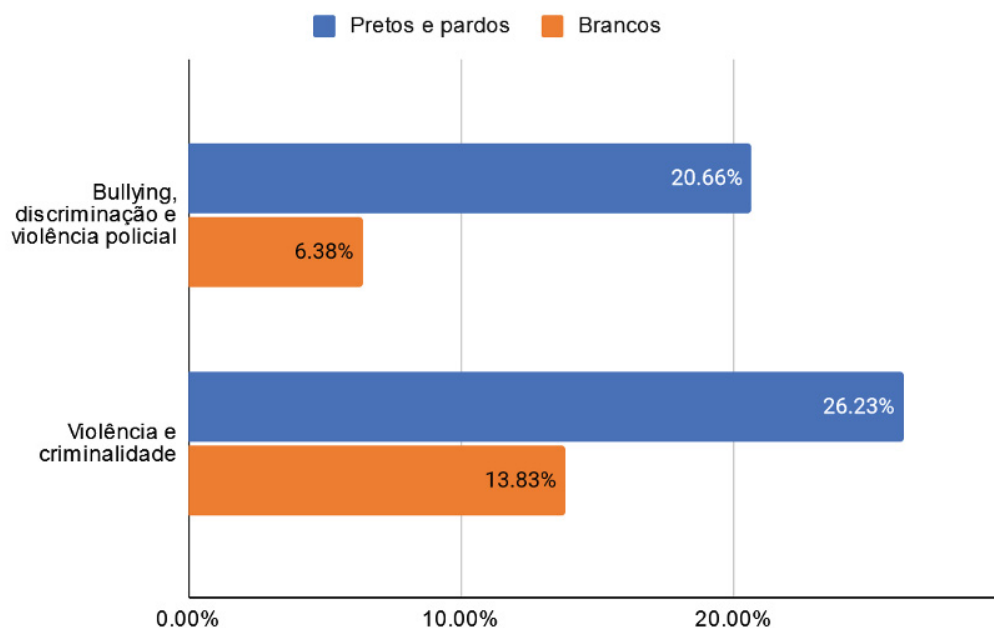
Fonte: O autor.

Entende-se, por meio dos dados, que os imigrantes estão mais sujeitos à violência, em suas diferentes formas. Os imigrantes mencionaram quase 3 vezes mais “Bullying, discriminação e violência policial” e mais que o dobro de “Violência e criminalidade”. Para Delmondes e Nascimento (2016):

Vive-se, hoje, segundo normas sociais que oprimem e discriminam a diferença marcada no corpo. Essa discriminação opera mediante a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais, sociais e educacionais. Esta pode ser uma chave para a compreensão do bullying na escola: a violência contra o corpo que está fora da norma, seja no cabelo da/do menina/o negra/o, nos trejeitos do/da menino/a homossexual ou ainda nas pernas do/da menino/a com deficiência física (p.84).

Desse modo, quando se cruza as unidades de análise “Bullying, discriminação e violência policial” e “Violência e criminalidade” com a categoria cor de pele se evidencia que pessoas brancas mencionam menos ambas as unidades do que pessoas pretas e pardas. A porcentagem de menções de indivíduos brancos sobre “Bullying, discriminação e violência policial” é de 6,38%, enquanto a de pretos e pardos é de 20,66%, ou seja, mais de 3 vezes a porcentagem de menções realizadas por indivíduos brancos. Discrepância que se repete na unidade de análise “Violência e criminalidade”, que para brancos representa somente 13,83% e para pretos e pardos é de 26,23%. Esses índices se verificam a partir de descrições como: “Mais segurança nas ruas, diminuir o tempo na fila de espera da saúde” (mulher, branca, 16 anos); “Eu não acho que racismo seria um desses problemas, aqui não tem muito isso. Mas, talvez bullying, e as pessoas são meio ignorantes” (homem, pardo, 15 anos); “O desrespeito social, discriminação” (mulher, parda, 15 anos); “Falta de segurança nas áreas sociais, falta de emprego” (homem, preto, 15 anos); e “Não há grandes problemas em si, somente falta perceber como está crescendo o tráfico e os assaltos” (homem, pardo, 18 anos). O gráfico a seguir demonstra esses dados de forma comparativa, entre pretos e pardos e brancos.

GRÁFICO 3



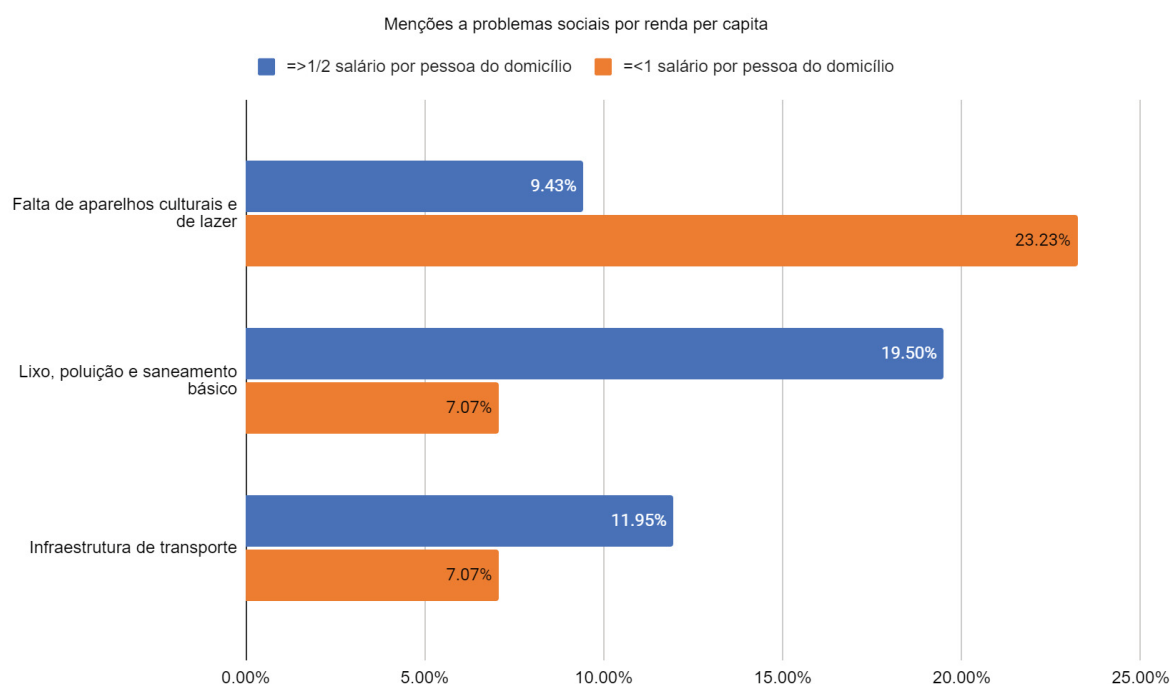
Fonte: O autor.

De igual maneira as pessoas pretas e pardas mencionaram mais a “Educação” como um problema social do que as pessoas brancas (15,37% no primeiro caso e 9,04% no segundo). E, as respostas "Saúde, demora pra chamar as crianças para a creche" (mulher, parda, 14 anos); "Falta de materiais de ensino e falta de educação e disciplina em escolas públicas" (mulher, preta, 15 anos); "Educação. Falta de giz, papel nas escolas" (mulher, parda, 16 anos); e "Tem muitos mas para mim o principal é ao pouco investimento em escolas e hospitais" (mulher parda, 17 anos), foram todas realizadas por mulheres pretas e pardas. Assim, além da categoria raça, o que chama atenção é também a categoria gênero. Desta forma, quando se observa as duas categorias juntas (cor e gênero) a porcentagem é ainda maior que quando se analisa apenas a cor de pele (10,53% de menções de mulheres brancas para 30,10% de menções mulheres pretas e pardas sobre essa questão da Educação).

Houve também maior quantidade de menções a problemas sociais de “Saúde” por pretos e pardos do que por brancos (45,96% no primeiro caso e 20,74% no segundo).

Já a unidade “Lixo, poluição e saneamento básico” foi mencionada quase três vezes mais por pessoas com renda igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo (por pessoa do domicílio) se comparado a pessoas com renda igual ou superior a 1 salário-mínimo (19,50% contra 7,07%). O mesmo se observa em menções de “Infraestrutura de transporte”, um total de 11,95% de menções por pessoas com renda igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo contra 7,07% de pessoas com renda igual ou superior a 1 salário-mínimo por pessoa do domicílio. Curiosamente, quando se trata de “Falta de aparelhos culturais e de lazer” somam um total de 23,23% de menções por pessoas com renda igual ou superior a 1 salário-mínimo por pessoa do domicílio, mais que o dobro que às 9,43% menções de pessoas com renda igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. O gráfico que se segue apresenta em termos comparativos unidades de análise vinculadas ao fator renda.

GRÁFICO 4



Fonte: O autor.

Percebe-se através dos dados que há uma nítida divisão relacionada à renda, na qual se exacerba entre aqueles que têm renda menor que de um salário mínimo para os que têm rendas superiores, nesse sentido, quanto maior o ganho

financeiro mais se sente a falta de aparelhos culturais e de lazer, e quanto menor o ganho mais se sente a falta de infraestruturas básicas como coleta de lixo, saneamento básico, transporte público, asfaltamento das ruas etc.

Assim como descrevem Delmondez e Nascimento (2016), a hierarquização das pessoas pode ocorrer de diferentes formas, em igual medida ao que o poder é exercido, e como vivemos

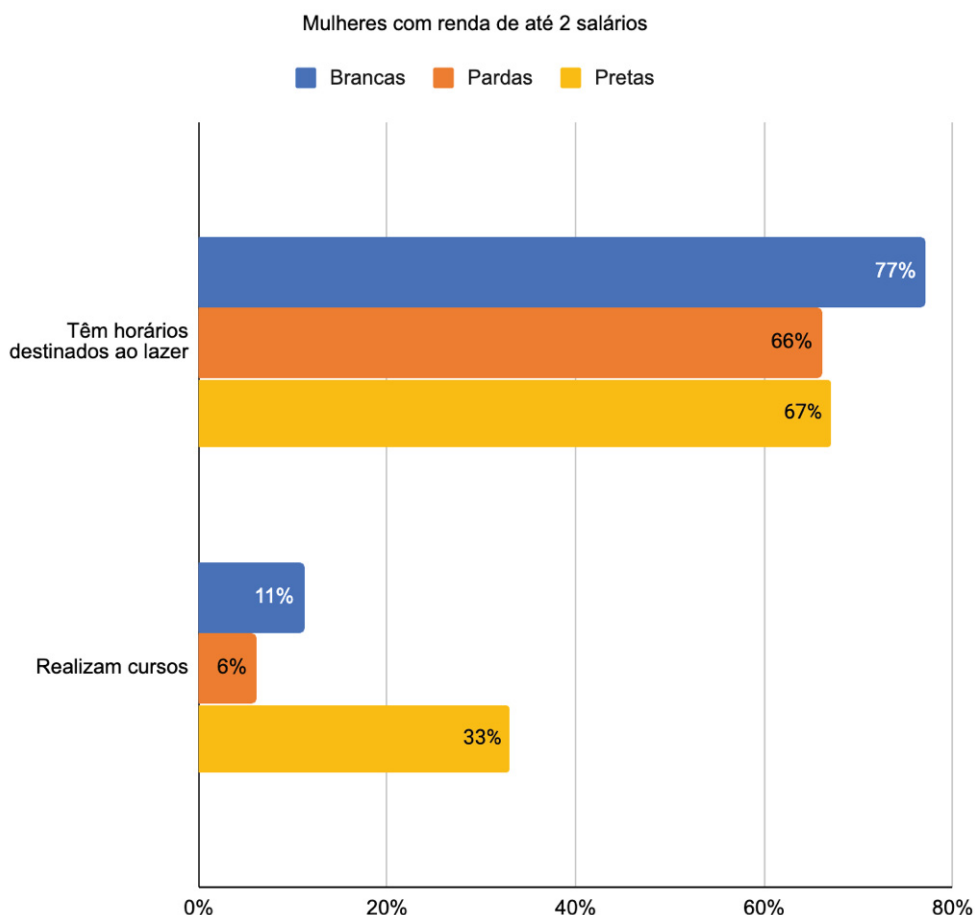
em sociedades capitalistas, a propriedade e suas projeções geopolíticas determinam também modos de organizar os valores e as imagens das pessoas, marcadas por suas posses ou simplesmente pela pobreza. Isso não serve apenas para classificar as pessoas, mas também para delimitar os espaços. Uma das maneiras de entender esse modo de hierarquização é analisar o uso corriqueiro da ideia de desenvolvimento. Falamos de pessoas, populações e lugares como desenvolvidos, subdesenvolvidos ou mesmo não desenvolvidos (...) Tendemos a ver como economicamente superiores às populações e regiões que apresentam uma independência maior no que diz respeito aos processos produtivos e tendemos a pensar na tutela como uma saída para o desenvolvimento. Essa representação de pessoas que vivem em regiões 'subdesenvolvidas' tende a passar a imagem de que são pessoas menos capazes não apenas para produzir, mas para qualquer outra atividade que não seja o trabalho de reduzido prestígio social (p.96)

Nesse sentido, os espaços são hierarquizados e podem ser discriminados conjuntamente com a população que os habita aprofundando ainda mais a desigualdade social, como pode-se observar quando se olha para a unidade de análise “Lixo, poluição e saneamento básico” a partir dos colégios em que os jovens estudam. Os jovens que estudam no Colégio I (Centro) fazem menção a essa unidade em apenas 2,56% das suas respostas, enquanto os jovens que estudam no Colégio II (periferia) mencionam “Lixo, poluição e saneamento básico” em 26,04% das suas respostas (cerca de 10 vezes mais), ou seja, há uma questão de disparidade entre centro e periferia com relação a esse problema social, identificado em descrições como: “Perigos, poluição, falta de empregos, etc.” (mulher, branca, 14 anos, Colégio I); “Poluição de fábricas, poucos espaços para lazer, poucas escolas para muitas crianças e adolescentes” (mulher, branca, 14 anos, Colégio II); “Lixo nas ruas e falta de asfalto” (mulher, parda, 15 anos, imigrante, Colégio II); e “A questão do lixo” (mulher, branca, 17 anos, Colégio II).

Assim, à medida que as análises se voltam para o que os jovens fazem em seu tempo fora do ambiente escolar, há uma série de questões que seguem *pari passu* com as desigualdades descritas até aqui. Por exemplo, quando se foca a atenção nas jovens que têm horários destinados ao lazer, fica evidente uma questão de gênero fundamental, que também se relaciona com a questão racial. São 73% das jovens brancas, 70% de mulheres pardas e 60% de mulheres pretas que têm horários destinados ao lazer.

E quando se cruzam dados de renda com os raciais, se percebe que, quanto mais a mulher negra (preta e parda) tem uma renda baixa, menos há tempo para o lazer que é substituído pela realização de cursos. Esse fato se assemelha a como Ana também enfrenta as vulnerabilidades sociais a que é exposta, já que também é uma mulher preta com renda mensal de até dois salários-mínimos e conta com poucos horários destinados ao lazer. Segundo os dados, as jovens brancas com renda de até 2 salários mencionaram em 77% dos casos que têm horários destinados ao lazer, enquanto jovens pretas com a mesma faixa de renda somaram 67% dos casos; e o contrário se evidencia nos números de jovens mulheres que realizam cursos fora do horário escolar, nesse caso são 33% de jovens pretas e apenas e apenas 11% de jovens brancas. No GRÁFICO 4 estão comparadas as porcentagens de mulheres que têm horários destinados ao lazer e que realizam cursos pelo fator cor de pele e com renda mensal de até 2 salários-mínimos.

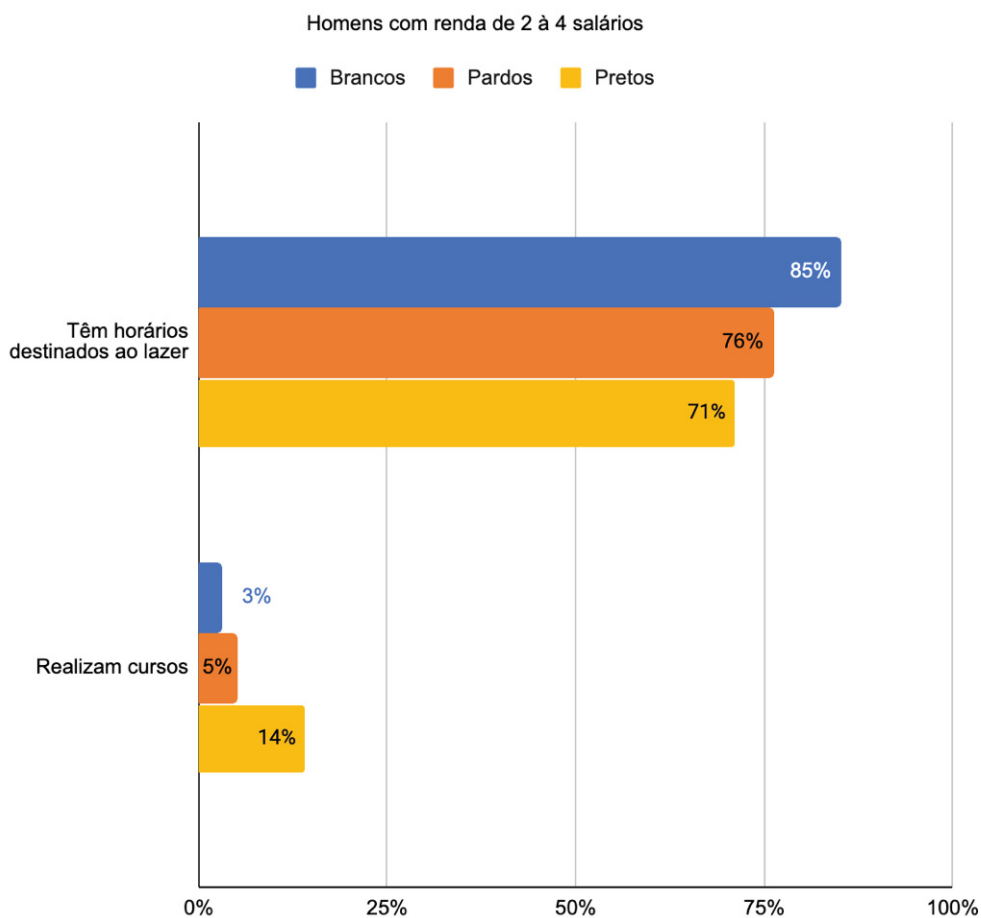
GRÁFICO 5



Fonte: O autor

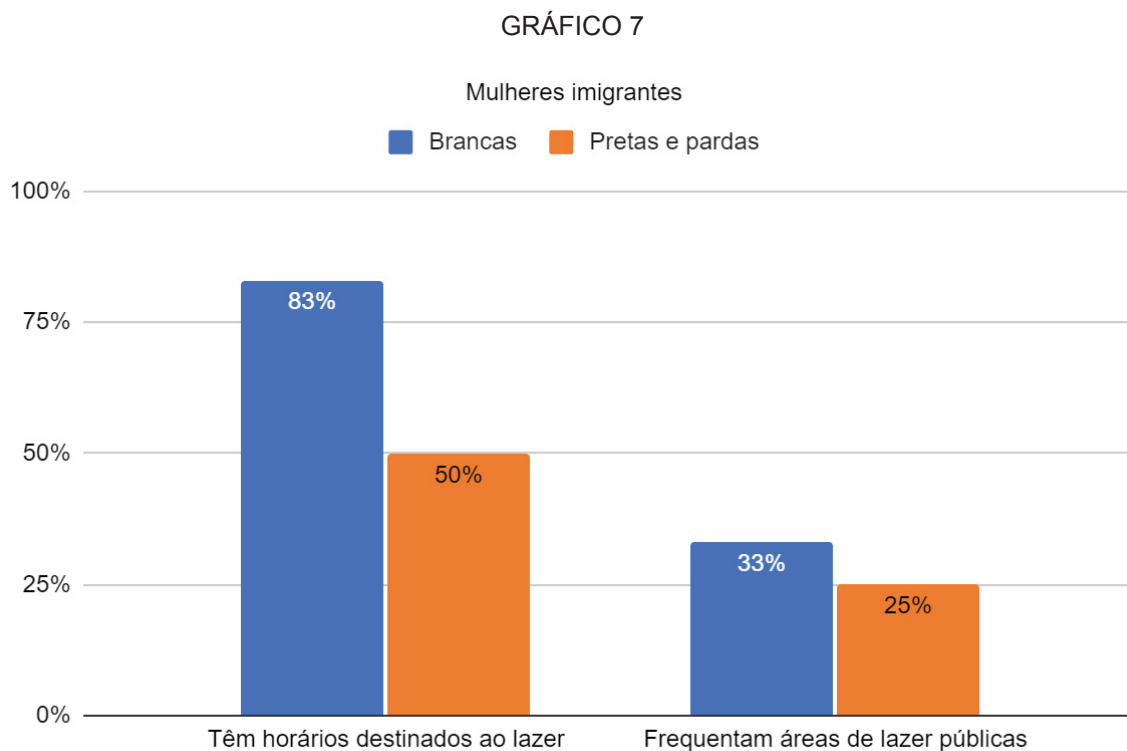
Entre os homens com renda de 2 a 4 salários também se percebe a mesma condição em torno da categoria cor de pele. Entre os jovens brancos com renda de 2 a 4 salários, 85% têm horários destinados ao lazer, e somente 3% realizam cursos fora do horário escolar, à medida que são 76% de jovens pardos com renda de 2 a 4 salários que têm horários destinados ao lazer e 5% que realizam cursos fora do horário escolar, e apenas 71% de jovens pretos com renda de 2 a 4 salários que têm horários destinados ao lazer e um total de 14% que realizam cursos fora do horário escolar, como fica exposto no GRÁFICO 5.

GRÁFICO 6



Fonte: O autor.

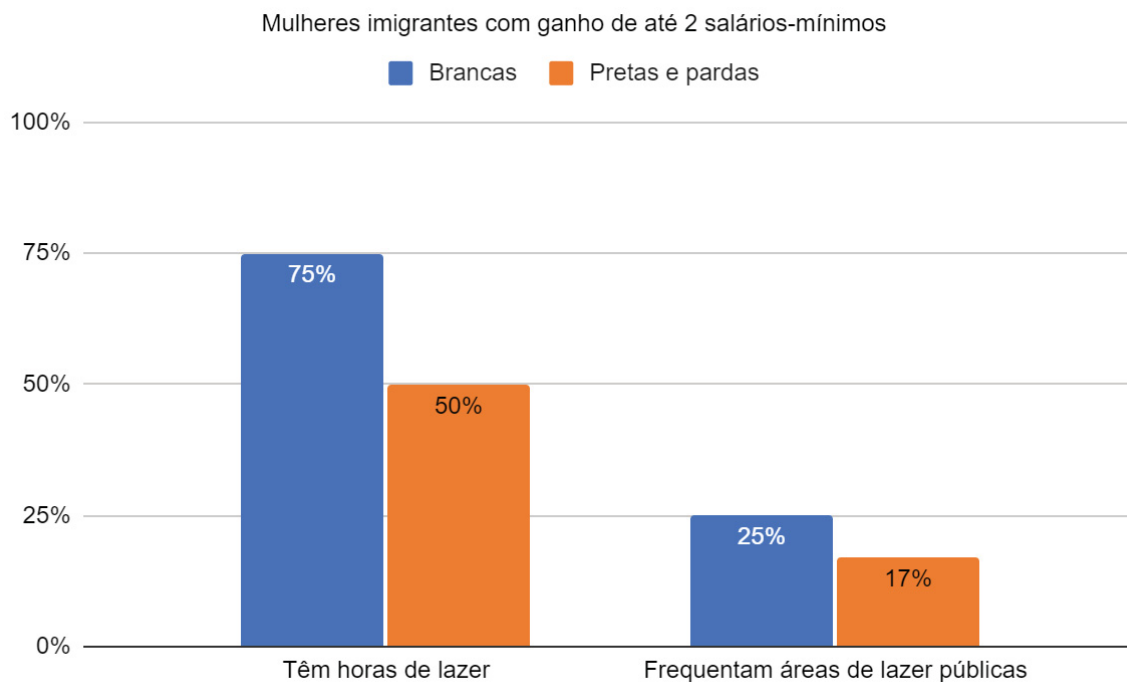
A desigualdade fica ainda mais acentuada quando se acrescenta a categoria imigrante na análise. Jovens imigrantes brancas que têm horários destinados ao lazer são 83% dos casos, enquanto as jovens imigrantes pretas e pardas que têm horários destinados ao lazer são 50%. E os números diminuem significativamente quando o lazer se passa em equipamentos públicos: apenas 33% das jovens imigrantes brancas frequentam espaços públicos de lazer, e 25% das jovens imigrantes pretas e pardas, como pode se notar no GRÁFICO 6.



FONTE: O autor.

Do mesmo modo, quando se acrescenta a categoria "renda de até 2 salários" a esta análise, há uma diminuição no número de mulheres que têm horários destinados ao lazer. São 75% das mulheres brancas imigrantes com renda de até 2 salários que dispõem de horários destinados ao lazer, e 50% das mulheres pretas e pardas imigrantes com renda de até 2 salários que contam com esse tempo destinado ao lazer. Ressalta-se, ainda, que há uma diminuição semelhante ao se verificar o número de jovens imigrantes com renda de até 2 salários que frequentam áreas de lazer públicas -são 25% de mulheres brancas imigrantes com renda de até 2 salários e 17% de mulheres pretas e pardas imigrantes com renda de até 2 salários-, como está exposto no GRÁFICO 7.

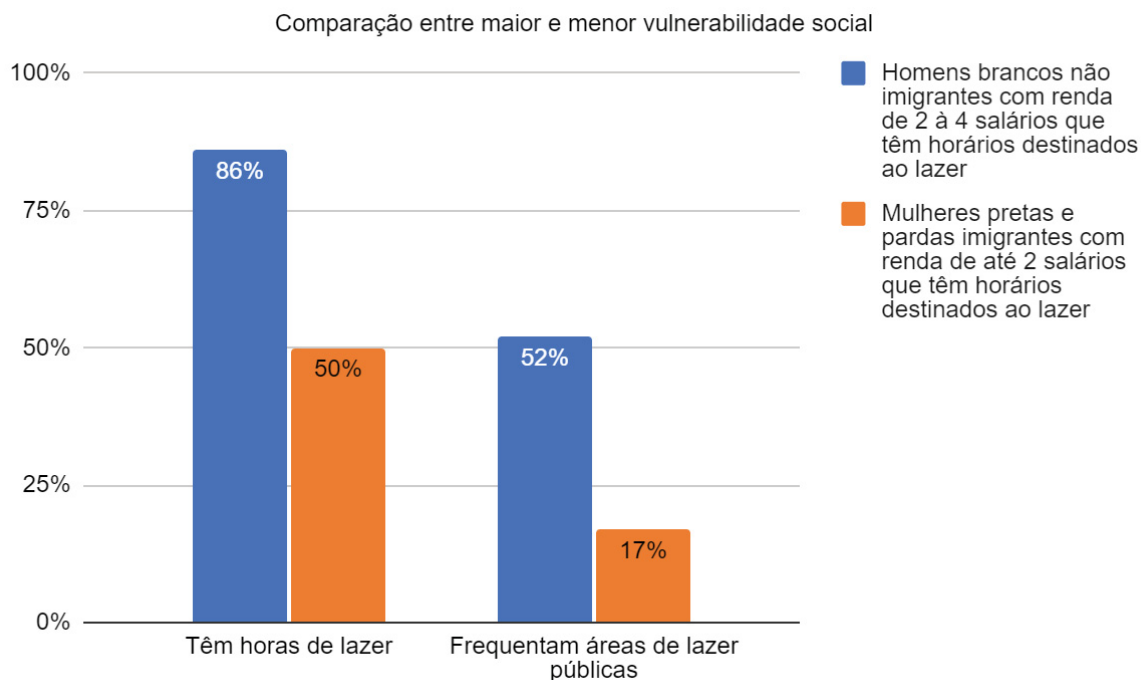
GRÁFICO 8



FONTE: O autor.

Existe, desta forma, um conjunto de vulnerabilidades que se fazem sentir nas vivências dos jovens araucarienses e que, sem dúvida, estão relacionadas, são interdependentes, como será melhor analisado no próximo capítulo. Com o objetivo de evidenciar esses entrecruzamentos de vulnerabilidades e sua implicação no modo de vida dos jovens e sua relação com a própria cidade, no GRÁFICO 8 comparei condições extremas de vulnerabilidades sociais -por um lado, homens brancos não imigrantes com renda de 2 a 4 salários e por outro, mulheres pretas e pardas imigrantes com renda de até 2 salários-, a duas unidades: “ter horários destinados ao lazer” e “frequentar áreas de lazer públicas”.

GRÁFICO 9



Fonte: O autor.

Com base em todos esses dados e no esforço de colocar em relação, a partir deles, algumas das questões mais significativas sobre a vida dos jovens araucarienses, problematiza-se como as vulnerabilidades sociais exercem poder conjuntamente na vida dos indivíduos. Ao racismo estrutural¹⁸, como uma vulnerabilidade de largo peso em diversas questões da análise dos dados, soma-se o machismo, a violência de classe, a xenofobia, o preconceito linguístico e a homofobia - apesar de esses últimos não terem sido abordados nos dados do questionário-, trazendo pistas sobre essas vulnerabilidades, que também estão presentes na história de Ana, o que será discutido detalhadamente no próximo capítulo.

Mesmo não sendo o único fator é necessário entender que o racismo estrutural, assim como descreve Silva (2020), é um regime que "oprime as pessoas racializadas como não brancas à custa da produção e garantia de benefícios

¹⁸ Segundo Bersani o racismo estrutural é "(...) um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado" (2017, p. 380-381).

sistêmicos para sujeitos brancos. Este sistema alimenta e é alimentado por relações sociais, normas e instituições" (p. 20-21). Além disso o racismo no Brasil vem atravessando, ao longo do tempo, questões de classe, gênero, xenofobia e a própria homofobia, com graus de discriminação que se entrecruzam produzindo ainda mais tensionamentos nas configurações às quais os jovens vivem. E sua presença é tão marcante porque tem raízes históricas profundas. Segundo Silva (2020):

Nesse panorama, foi concebido um verdadeiro catálogo de normas discriminatórias que impuseram a proibição do ingresso de africanos no Brasil (Decreto 528 de 1890), a constitucionalização da eugenia em 1934, a criminalização da capoeira e perseguição às religiões de matriz africana, etc., o que demonstra a continuidade de um regime que instituiu o controle dos corpos e das mentes (...) Ou seja, esse aparato normativo nasceu para controlar a circulação e, obviamente, para punir os corpos racializados que eram vistos como um problema de segurança pública pelas elites republicanas após a 'libertação'. Nesta esteira, podemos citar, também, a Lei de Contravenções Penais de 1941 (Decreto Lei 3.688 de 1941) que reforçou o entendimento de periculosidade de vadios e mendigos, e impôs a pena de prisão e a internação 'em colônia agrícola ou em instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional. Assim, a higienização dos espaços urbanos foi uma das estratégias para criminalizar, penalizar e excluir corpos negros que foram a imensa maioria dos afetados por essas normas (p.25).

Desse modo, a atual noção de raça remonta os processos colonizadores dos continentes africano e americano, muito diferente das definições de raça anteriores a esse período (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2016). Como bem observam as autoras, a concepção moderna de raça “não aponta apenas para atestar que as pessoas têm traços fenotípicos diferentes, mas que as características distintivas apontariam também para uma hierarquização entre as diferentes populações classificadas” (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2016, p. 91), ou seja, o racismo é uma estratégia de poder para que certas populações sejam subalternizadas, enquanto outras se mantém hegemônicas.

Já o machismo está fortemente relacionado com o poder, tal qual o racismo, e, do ponto de vista espacial, as jovens tendem a ser ainda mais segregadas dos ambientes públicos da cidade do que os jovens, o que ficou muito evidenciado a partir dos dados dos questionários. Como descreve Oliveira (2018), essa segregação ocorre, principalmente, porque as políticas urbanas no decorrer da

história foram, em boa parte dos casos, pensadas por homens que não reconheciam a luta social das mulheres e, apesar de, nas últimas décadas, terem ocorrido grandes movimentações que fortaleceram essas lutas, ainda hoje as mulheres, ao transitarem pelas cidades, encontram limites quanto a sua segurança em locais que homens circulam livremente sem que haja qualquer ameaça às suas vidas.

É necessário, nesse sentido, entender que os espaços públicos de lazer têm a função de consolidar os laços sociais e de qualidade de vida das pessoas, cumprindo um papel integrador. No entanto, apesar de gratuito e de livre circulação, o espaço público se torna um espaço de poder “quando determinados grupos põem em prática estratégias de ocupação e comportamentos que visam a exclusividade” (CASTRO, 2002, p.59), como pôde-se observar a partir dos dados dos questionários, mas, também, quando se pensa na própria urbanização de Araucária.

No caso das mulheres, como já dito, a segregação social é ainda pior quanto a impossibilidade de frequentar espaços públicos e é ainda mais violenta quando a mulher é negra ou trans, é habitante de periferia e/ou favela, e é muito pobre. Sobre isso é bom lembrar que há uma feminização da pobreza no Brasil, como apontam os dados do IBGE¹⁹. Em 2015 a renda média mensal de homens com mais de 15 anos de idade era de R\$2.058,00, e para homens brancos com mais de 15 anos de idade era de R\$2.509,00, enquanto para as mulheres brancas com mais de 15 anos de idade era de R\$1.567,00, e para mulheres negras com mais de 15 anos de idade a renda média mensal era de R\$1.027,00.

Dessa forma, a construção das diferenças resulta na marginalização social dos assim caracterizados. De acordo com Delmondez e Nascimento (2016), os nomes

dados a ‘eles’ têm variado bastante. O ser humano nomeado como diferente, para uma determinada comunidade cultural, pode assumir duas posições: uma, de vulnerabilidade – viver uma experiência de precária condição de vida –; outra, de resistência à sua condição de vulnerabilidade. Todavia, as duas posições não são excludentes (p.91).

Assim, os dados contidos nos questionários acabaram trazendo diversas pistas sobre as vulnerabilidades e tensionamentos sociais contidos nas

¹⁹ Informações retiradas do site <https://www.ibge.gov.br/>, acessado em 20/01/2022.

configurações dos jovens de Araucária. Eles ajudam também a entender as redes de Ana, de tal modo que os tensionamentos de suas relações sociais são a principal forma de entender sua condição (descrita no próximo capítulo), ou como descreveria Elias – entender a sua posição nas redes.

4 AS CONFIGURAÇÕES DE ANA

Esse capítulo opta por abordar as conversas que se teve com Ana, de entrevistas (gravadas e transcritas) com roteiro semiestruturado, realizadas com a jovem e por vezes com o seu irmão Francisco, pelo aplicativo Whatsapp, e também pessoalmente em 26/11/2020. A reconstituição das redes da jovem é pensada aqui tanto com base nas entrevistas realizadas com eles, como também com base nos dados dos questionários e nas relações e conceitos trabalhados nos capítulos anteriores, portanto, o desafio é o de investigar Ana sem dissociar as vivências da jovem, de questões mais amplas das configurações sociais em que está envolvida. Analisa-se assim, as diferentes condições de desigualdade enfrentadas por ela e como tais desigualdades se articulam com as funções relacionais nos tensionamentos de suas redes. E, além de se discutir questões relacionadas à gênero, raça, local de moradia, ainda mais um elemento começa a tomar forma, a estigmatização de uma pessoa por ser “baiana”. Para ajudar ainda mais a pensar sobre esse contexto, inicia-se o capítulo com uma poesia:

4.1 A PALO SECO

A palo seco

(João Cabral de Melo Neto)

Se diz a palo seco
o cante sem guitarra;
o cante sem; o cante;
o cante sem mais nada;
se diz a palo seco
a esse cante despido:
ao cante que se canta
sob o silêncio a pino.

é o cante mais só:
é cantar num deserto
devassado de sol;
é o mesmo que cantar
num deserto sem sombra
em que a voz só dispõe
do que ela mesma ponha.

O cante a palo seco

O cante a palo seco
é um cante desarmado:

só a lâmina da voz
sem a arma do braço;
que o cante a palo seco
sem tempero ou ajuda
tem de abrir o silêncio
com sua chama nua.

O cante a palo seco
não é um cante a esmo:
exige ser cantado
com todo o ser aberto;
é um cante que exige
o ser-se ao meio-dia,
que é quando a sombra foge
e não medra a magia.

O silêncio é um metal
de epiderme gelada,
sempre incapaz das ondas
imediatas da água;
A pele do silêncio
pouca coisa arrepia:
o cante a palo seco
de diamante precisa.

Ou o silêncio é pesado,
é um líquido denso,
que jamais colabora
nem ajuda com ecos;
mais bem, esmaga o cante
e afoga-o, se indefeso:
a palo seco é um cante

submarino ao silêncio.

Ou o silêncio é levíssimo,
é líquido e sutil
que se ecoa nas frestas
que no cante sentiu;
o silêncio paciente
vagaroso se infiltra,
apodrecendo o cante
de dentro, pela espinha.

Ou o silêncio é uma tela
que difícil se rasga
e que quando se rasga
não demora rasgada;
quando a voz cessa, a tela
se apressa em se emendar:
tela que fosse de água,
ou como tela de ar.

A palo seco é o cante
de grito mais extremo:
tem de subir mais alto
que onde sobe o silêncio;
é cantar contra a queda,
é um cante para cima,
em que se há de subir
cortando, e contra a fibra.

A palo seco é o cante
de caminhar mais lento:
por ser a contra-pelo,

por ser a contra-vento;
 é cante que caminha
 com passo paciente:
 o vento do silêncio
 tem a fibra de dente.

A palo seco é o cante
 que mostra mais soberba;
 e que não se oferece:
 que se toma ou se deixa;
 cante que não se enfeita,
 que tanto se lhe dá;
 é cante que não canta,
 cante que aí está.

A palo seco canta
 o pássaro sem bosque,
 por exemplo: pousado
 sobre um fio de cobre;
 a palo seco canta
 ainda melhor esse fio
 quando sem qualquer pássaro
 dá o seu assovio.

A palo seco cantam
 a bigorna e o martelo,
 o ferro sobre a pedra
 o ferro contra o ferro;
 a palo seco canta
 aquele outro ferreiro:
 o pássaro araponga
 que inventa o próprio ferro.

A palo seco existem
 situações e objetos:
 Graciliano Ramos,
 desenho de arquiteto,
 as paredes caiadas,
 a elegância dos pregos,
 a cidade de Córdoba,
 o arame dos insetos.

Eis uns poucos exemplos
 de ser a palo seco,
 dos quais se retirar
 higiene ou conselho:
 não o de aceitar o seco
 por resignadamente,
 mas de empregar o seco
 porque é mais contundente.

A educação das pedras. Rio de
 Janeiro: Alfaguara.
 Quaderna. In: Poesias Completas,
 1975, p.160.

Dei início a esse capítulo com o poema *A Palo Seco* do pernambucano João Cabral de Melo Neto, que o compôs na fusão entre a cultura nordestina e a espanhola, mesclando imagens típicas de ambas, muito presentes no imaginário e tradição brasileiros desde o processo de colonização. A palo seco remete ao canto à capela, tradicional no período da quaresma, no qual a população de Andaluzia, na Espanha, canta das varandas de suas casas enquanto acompanha a procissão das imagens dos santos católicos passar²⁰. Assim, na obra de João Cabral o termo ganha um novo sentido quando em seus versos o autor adiciona elementos simbólicos da cultura nordestina, como a faca e a aridez de sua terra.

Portanto, como forma de reflexão ao que se dispõe as falas de Ana, acompanhadas, por vezes, das falas de seu irmão Francisco que em muitos momentos trouxe informações contundentes para entender as redes da irmã, a imagem cabralina da voz como uma faca que rompe o silêncio -de uma voz necessária, de um grito político-, parece aproximar-se, com seu simbolismo, das posições da jovem em sua configuração. O signo poético da voz enquanto lâmina, sem a arma do braço e que expõe o que está dentro do peito, é uma imagem potente para pensar na voz de Ana. Rompendo com o silêncio de todos os que não puderam prosseguir na pesquisa, ela me contou sobre suas condições e, rompendo com os silenciamentos que sufocam as “vozes imigrantes” em Araucária, é que Ana e seu irmão contam sua vida de forma “cortante”, feito a palo seco.

Como já descrito no capítulo 2, Araucária é sintomática de uma profunda desigualdade social que se aprofunda cada vez mais se verificarmos as apropriações sobre a cidade. Os imigrantes que chegaram há aproximadamente uma década representam hoje parte significativa de grupos segregados socialmente e, como veremos, suas vozes são tão oprimidas quanto os seus corpos; e as possibilidades de se expressarem, viverem e participarem da produção urbana praticamente não existem.

²⁰ ALENCAR, Rafael Barros de. *A Palo Seco: uma aproximação neobarroca entre Belchior e João Cabral de Melo Neto*. 2020. 111f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

Contudo, é importante destacar que não é somente em Araucária-PR que os imigrantes das regiões Norte e Nordeste sofrem com esses tipos de segregação. De modo muito semelhante, apesar de partir de outra posição geográfica -a dos imigrantes nordestinos que vivem em São Paulo, por exemplo-, Gomes (2006) descreve que desde meados da década de 1930 quando houve o início das migrações para o Estado, já havia uma representação construída, de um Nordeste ligado ao atraso, à pobreza e à miséria. As gerações seguintes que haviam vindo daquele território, por conta de sua origem, continuaram a ter que lidar com esses rótulos. E naquele tempo, já havia, como sublinha a autora, muita “discriminação e preconceito, estigmatizando-os como ‘baianos’ ou ‘cabeça chata’” (GOMES, 2006, p.152) e lhes sobrava ocupar os poros da metrópole, as áreas mais exclusas e de menor custo.

Destaca-se também, nesse sentido, a obra de Fontes (2008) em que o autor descreve como foram as migrações de nordestinos para São Paulo entre 1945 e 1966, incluindo denúncias de fontes jornalísticas da época sobre a estigmatização sofrida pelos imigrantes e como estas eram rebatidas pela elite paulista. Sobre isso, o autor descreve:

Uma série de reportagens do jornal Última Hora em 1955 denunciava, por exemplo, que várias fábricas da Região Metropolitana de São Paulo recusavam-se a empregar trabalhadores nordestinos e negros. Mesmo na indústria da construção civil, algumas empresas aparentemente evitavam a contratação de nordestinos. Entrevistado, Vicente Britelli, sindicalista deste ramo, explicava que muitos ‘empregadores, têm um ‘que’ contra [os nordestinos]’ porque ‘eles trazem a fama de valente’. Além disso, acrescentava o sindicalista, ‘eles são sempre os primeiros a serem despedidos’. As reportagens da Última Hora tiveram grande repercussão e várias denúncias de maus-tratos, hostilidades e discriminações no mercado de trabalho contra os nordestinos tornaram-se públicas. O impacto da questão foi tanto que, no Congresso Nacional, deputados nordestinos chegaram a propor a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a exploração e discriminação de nordestinos em São Paulo. A reação a essa proposta foi imediata. Outro jornal, A Hora, estampava uma indignada manchete: ‘Não há discriminação contra ninguém em terras paulistas’. Na Assembléia Legislativa do estado, diversos deputados protestavam veementemente contra o que consideravam uma ‘tamanho injúria’ e uma proposta ‘demagógica e irresponsável’ (FONTES, 2008, p. 67).

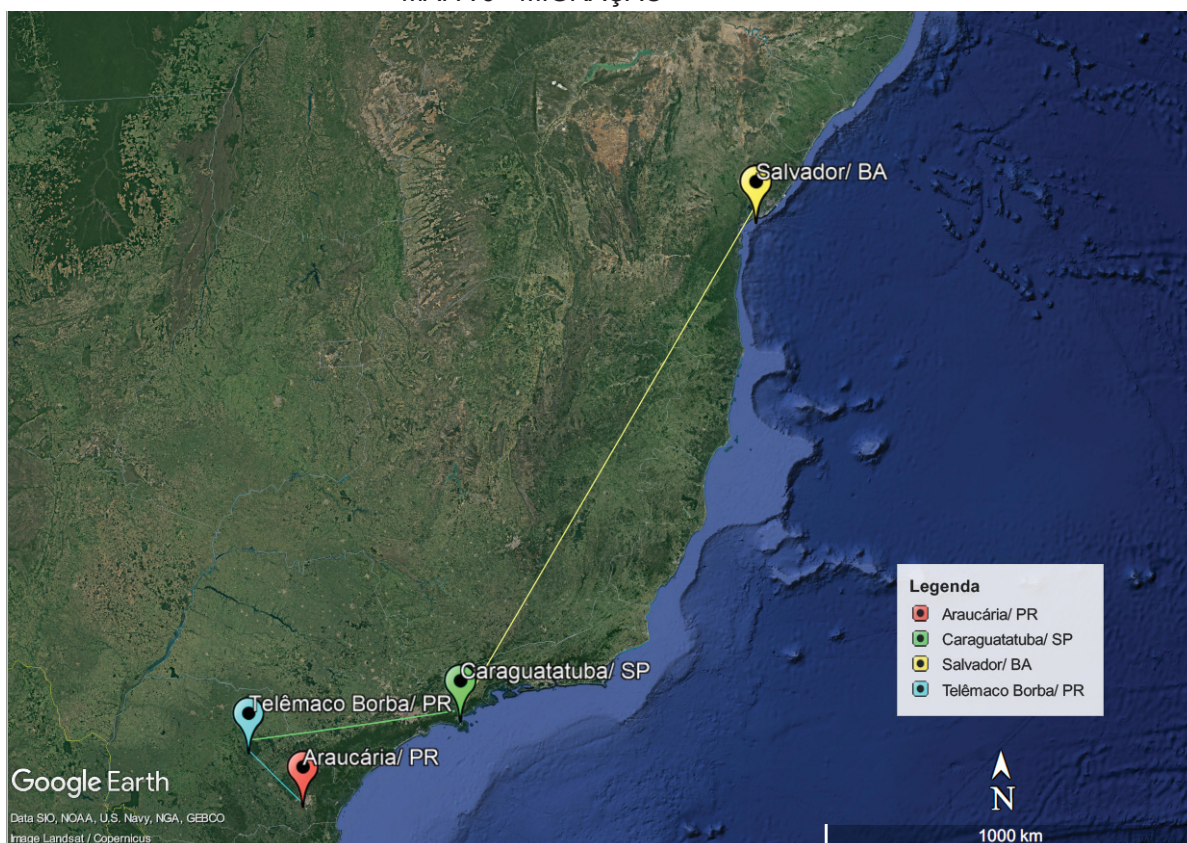
O autor também descreve a questão racial como destaque na relação dos imigrantes nordestinos com os paulistas. Segundo ele, em um “levantamento realizado no início de 1962, cerca de 60% dos migrantes que adentraram o estado de São Paulo nos anos 1950 eram ‘pardos ou negros’, com uma presença notável de baianos entre eles (FONTES, 2008, p. 70)”. Além disso, destaca que trabalhos de naturalistas da época contribuíram para legitimar a segregação dos nordestinos. Sobre isso, a crítica de diversos autores foi forte. Pesquisadores como Nina Rodrigues, denunciaram discursos sobre a “inércia e indolência” de negros e mestiços do norte, que “se contraporiam a cada vez mais dominante e empreendedora presença branca no sul do país” (FONTES, 2008, p. 70).

Assim, no item a seguir estão dispostas tanto as falas de Ana e de seu irmão como os aspectos cortantes de suas representações e que, apesar de não serem semelhantes às condições vividas pelos antigos retirantes nordestinos que iam tentar a vida em São Paulo, ainda carregam consigo alguns dos mesmos problemas que aqueles tiveram que enfrentar.

4.2 A VOZ COMO LÂMINA QUE ROMPE O SILÊNCIO

Em 2010, Ana, que na época era uma menina de apenas 9 anos de idade, saiu da Bahia com seus dois irmãos: Francisco (irmão mais velho) e José (irmão mais novo), seus pais e seu tio. Antes de se estabelecer em Araucária a família viveu 1 ano e 5 meses em Caraguatatuba, município do Litoral Norte de São Paulo, e 1 mês em Telêmaco Borba, município localizado na região dos Campos Gerais do Estado do Paraná. Somente em 2011 o pai da jovem, que trabalhava em uma empresa terceirizada que prestava serviços para a Petrobrás, foi designado para trabalhar nas reformas da REPAR, em Araucária, e a família se mudou para a cidade, em definitivo. As mudanças da família até chegarem a Araucária/ PR são representadas no mapa a seguir.

MAPA 6 - MIGRAÇÃO



Fonte: O autor

Os irmãos têm poucas lembranças da Bahia, mesmo assim mencionam brevemente como era a vida lá. Lembram do convívio familiar, do sítio da avó e de alguns amigos de infância. Em contrapartida, Ana e Francisco lembram com vividez de experiências que tiveram no período que moraram em Caraguatatuba:

Francisco - Em São Paulo a gente teve contato mais abrangente acho que com a sociedade em si porque teve uma baita mudança de São Paulo para lá porque daí a gente lidou com um ensino melhor e com vários programas internos da cidade, tipo, eu comecei a fazer natação, teclado e vôlei. Tive o primeiro contato com um computador, por exemplo, que foi uma área que me desenvolvi bastante depois.

Ana - Eu me lembro mais, nas escolas, dos primeiros contatos com a arte. Eu fiz balé, teclado, natação e estava começando a fazer jazz. A gente tem lembranças de amigos também porque o ensino lá foi totalmente diferente. Um ensino que parecia, como posso dizer? Ser escola particular, né? Como ditam até hoje às escolas lá em São Paulo. Aí é basicamente isso.

Esse período em que viveram em Caraguatatuba os marcou quanto ao ensino, ao acesso a novas práticas de lazer e à inserção em espaços culturais, pontos sublinhados por ambos sobre a experiência sem igual que tiveram com a

educação do município, comparada por Ana com a de uma “escola particular”. Outra questão colocada pelos irmãos foi que em Caraguatatuba as diferenças culturais não representaram um problema na convivência com a população já estabelecida na cidade. Eles não relataram sofrer nenhum caso explícito de racismo ou de qualquer outro tipo de preconceito, como afirmam:

Ana - Não tem um caso específico de racismo porque a gente conseguiu lidar muito bem com as pessoas, né? As pessoas conseguiram lidar também com nosso jeito, a gente conseguiu entender o jeito um do outro. Foi muito mais tranquilo.

Francisco - Acho que pelo fato de ser uma cidade turística, que como é litoral tem bastante gente de temporada, então vai bastante turista e uma diversificação de pessoas. O pessoal de lá sabe lidar mais, então acho que isso pesou um pouco.

Além de terem acesso a uma gama de atividades nos projetos oferecidos pela Prefeitura, Ana e Francisco também lembram com saudades da praia que frequentavam todos os dias. Entre outros detalhes descritos por eles, fazem questão de ressaltar a importância das caminhadas na praia com seu tio enquanto ele estava se recuperando de uma depressão.

Já, sobre o 1 mês que passaram em Telêmaco Borba os jovens não têm lembranças, mas se recordam com detalhes do momento que chegaram em Araucária. Francisco lembra-se de passarem pela Avenida Manoel Ribas (Centro de Araucária) e irem ao supermercado antes de chegarem à casa onde iriam morar. Nessa primeira casa, a família viveu durante quase um ano. Contudo, apesar de ela estar localizada no Centro do município, a casa ficava nos fundos do terreno de um amigo de seus pais e esse foi um dos motivos principais que os fez se mudarem. Segundo Ana, também havia muitas aranhas, no entanto, o que tornava a vida lá difícil eram os donos da casa, que não eram “pessoas tão agradáveis assim”.

Francisco é mais enfático sobre o comportamento dessas pessoas, para ele, eles se colocavam como superiores porque sua família alugava a casa que era deles. Ainda segundo o jovem, o fato de ter apenas um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro também motivou sua família a procurar outra moradia, já que, na época, havia 6 pessoas em seu núcleo familiar e essa estrutura era pequena demais para eles.

Em termos conceituais, nesse processo inicial de “desterritorialização” (HAESBAERT, 2009), em que os jovens se mudaram para um lugar desconhecido, eles não desenvolveram o sentimento de pertencimento à nova habitação, fazendo uma reterritorialização na qual também não se sentiam à vontade, pois não tinham liberdade nem mesmo dentro de sua casa.

Buscando uma condição melhor de moradia, a família se mudou para uma segunda casa que, apesar de ser na mesma rua que a anterior (ainda no Centro), era mais espaçosa, com mais segurança e mais privacidade -era a única casa no terreno. Foi nela que eles passaram a ter novamente a sensação de um lar, como explica Ana: “Aí foi muito mais tranquilo, foi onde eu me senti realmente numa casa e senti que era minha casa, é o meu lar sem uma pressão assim, vamos dizer”. Assim, os jovens e sua família começaram a tecer novas relações em suas redes, após desfazer laços anteriores de suas interdependências, alguns tensionamentos são deixados para trás e laços novos começam a se articular na relação que desenvolvem entre si e com seus vizinhos -que agora já não são mais os donos da casa em que moram.

Segundo Haesbaert (2009) o território não é algo definitivo, senão algo que está constantemente se refazendo em um movimento de interação em permanente devir. Quer dizer, se dá a partir de intencionalidades que são moldadas nos movimentos de (des)reterritorialização²¹, motivados por desejos e paixões, ou como o autor coloca, em “campos de interioridade” e “linhas de fuga” (HAESBAERT, 2009, p. 122-123). Assim, a desterritorialização está sempre acompanhada de uma nova territorialização e de uma linha de fuga, sendo estas produzidas na manifestação de novas intencionalidades. A (des)reterritorialização é, nesse sentido, uma ressignificação espacial articulada à identidade dos indivíduos e, como tal, exerce total influência na maneira com que se inserem socialmente, como se comportam e como se apropriam da cidade.

²¹ Os pensamentos desenvolvidos sobre o conceito de (des)reterritorialização realizados por Haesbaert (2009) são centrados nas obras: O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia (DELEUZE e GUATTARI, s/d; publicação original, 1972), Dialogues (DELEUZE e PARNET, 1987), Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (DELEUZE e GUATTARI; obra completa), e O que é a filosofia? (DELEUZE e GUATTARI, 1991) (HAESBAERT, 2009, p. 100).

Posto isso, apesar dos irmãos sentirem novamente um pouco de pertencimento após mudarem de casa, no território escolar ainda continuavam a se sentir estrangeiros em função das discriminações que sofriam naquele território:

Ana - De início já tive bem de cara, porque a professora fez eu ir na frente me apresentar e na hora que eu falei, já falaram: 'é nordestina veio roubar o emprego dos nossos pais'. Foi exatamente o que eu escutei e eu nunca vou esquecer.

Francisco - Humm... deixa eu abrir um parêntese aqui, esse bagulho de roubar o emprego dos nossos pais, tipo era uma cultura de se falar. Muito cotidiano, tanto na escola como na sociedade no geral, porque nessa época se não me engano teve muita gente vindo pra cá, então veio bastante pessoa do nordeste e daí meio que era o pessoal que vai roubar empregos dos nossos pais. O que eu não achei válido porque se a galera vinha para cá para trabalhar, significava que não tinha gente capacitada ou gente para trabalhar nesse negócio específico, então tipo não é válido a analogia. Mas, tipo tinha bastante isso e eu via mais nos meus amigos que estavam no colégio porque tipo por ter vindo do nordeste tinha uma consciência um pouco maior sobre racismo, e sempre me privei de falar de onde que eu era e de como era, tanto que eu perdi bastante o sotaque.

Para Saquet (2005) a reterritorialização reproduz características do território anterior, como o sotaque presente na fala dos irmãos que quando chegaram em Araucária trouxeram em suas identidades elementos de outros territórios que vivenciaram. Há, dessa forma, uma construção do território que produz identidade, mas há também, uma construção da identidade que produz território. Como descreve o autor:

As relações cotidianas produzem tradições, permanências e mudanças, unidade no tempo e no espaço. Relações que são registradas pela memória, individual e coletivamente. Relações que estão na base da identificação econômica, política e cultural entre sujeitos e destes com o lugar, o entorno, ambiente, rua, casa, vizinhos, amigos... Enfim, a identidade é processual e relacional. Constitui-se historicamente, fruto e condição da territorialização, em que, há relações multiescalares, totalizantes, desigualdades e diferenças, contraditoriamente (2005, p. 13873).

Nesse sentido, para Haesbaert (2005) a cultura atua fortemente no controle social sobre um território, logo por meio dela que acontecem as disputas simbólicas no processo de dominação/apropriação. Como analisa Haesbaert (2010), no entanto, o movimento de (des)reterritorialização reproduz condições de territorialidades anteriores, porém se reconstrói à medida que as relações sociais se

alteram, assim como as próprias identidades dos indivíduos. Enquanto, nas configurações sociais, tal como dispostas nas ideias eliasianas, é possível entender esse caráter processual do território também presente nas balanças de poder que se modificam de acordo com a ação de cada indivíduo interdependente.

O sotaque desses jovens, marcadamente relacionado à cultura e identidade de seu lugar de origem, é parte do que era utilizado para estigmatizá-los pelos seus colegas em sala de aula. Como relatou Francisco, a discriminação o fez se esforçar para esconder seu sotaque -até que perdeu totalmente esse aspecto de sua identidade. Ana, ao contrário, apesar de tentar imitar o jeito de falar araucariense, continuou tendo os traços de sua origem, o que a fez sofrer ainda mais com as “piadas” de seus colegas, que diziam achar o seu modo de falar engraçado ou estranho:

É, eu escutei piadinhas sobre meu cabelo e sobre meu sotaque, desde então eu me privei muito de falar e de fazer qualquer coisa na sala de aula por medo da reação. É... Eu fiz amizade com uma pessoa que me entendeu - que eu entendi que me entendeu -, e fiquei próxima daquela pessoa, então eu só falava com ela. Então eu buscava muito entender o jeito que ela falava que ela se portava para eu imitar, tanto o sotaque de vocês daqui do Paraná, quanto o jeito para eu conseguir me colocar dentro daquele grupo. Então passei quase uns meses sem falar nada ainda na sala, tanto que os professores passavam e eu nunca fui de ler na sala. Então, claro, nunca fui de ler em sala e de apresentar lá na frente porque eu sempre me privei muito dessa parte do sotaque, né? Porque foi uma parte que eu senti bastante, né? Aí sem contar as piadinhas por eu ser negra. Que foi o mais pesado, que eu escutei até de professores. Que eu guardei bastante porque machuca, né? Eu era uma criança que não entendia muita coisa. Então por esse fato eu ficava bem calada, dentro da sala não falava, e tentava imitar o jeito das pessoas daqui.

Como a jovem descreve, somavam-se ao repertório de discriminações sobre ela, a questão de ser negra que, ao seu ver, era o que mais a afligia. De acordo com os irmãos, as piadas sobre os seus cabelos eram rotineiras. Ana afirma que no período da escola nunca teve coragem de deixar o cabelo solto, pois seus colegas faziam “piadas” sobre ele; o mesmo medo também atingia Francisco, que raspou seu cabelo até o final do Ensino Médio, quando decidiu “assumi-lo” -termo utilizado pelos irmãos para se referir a esse processo de mostrar seus cabelos crespos. O jovem foi incentivado a isso por sua irmã que nesse período estava fazendo a

transição de retirar os produtos químicos utilizados no cabelo que o deixava liso e “assumir” o cabelo natural.

À vista disso, embora podendo variar muito a natureza do poder, ele fundamenta o sentimento de superioridade de um grupo social determinado. Assim, do mesmo modo que o sotaque era utilizado para reforçar o sentimento de superioridade do grupo de moradores mais antigos do município, a cor de pele e o cabelo dos irmãos os tornaram mais fáceis para serem diferenciados dos demais e o racismo sobre eles também foi um artifício utilizado para reforçar a identidade grupal dos araucarienses, pois, enquanto os recém-chegados são em maioria pretos e pardos, os moradores antigos de Araucária são, em sua grande maioria, brancos, descendentes de poloneses e ucranianos.

Assim, as “piadinhas” nada mais são do que uma imposição a Ana, uma demarcação que os jovens araucarienses arranjaram de segregá-la dentro do território escolar baseada na ideia de “nós” e os “outros”, estratégia muito comum em relações entre estabelecidos e *outsiders*, como observaram Elias e Scotson (2000) - conceitos estes que serão descritos no item a seguir. Trata-se, assim, no caso de Ana e de seu irmão, de uma disputa territorial em que a inserção da jovem nordestina é um enfrentamento simbólico à identidade grupal já estabelecida. Nesse sentido, Haesbaert (2005) também sublinha que a cultura atua fortemente no controle social sobre um território e por meio dela também acontecem as disputas simbólicas no processo de dominação/apropriação territorial.

Ademais, além das escolas, outros territórios preponderantes nas configurações dos jovens foram os territórios religiosos que frequentaram durante as suas vidas. Ana descreve que ela e sua família, “desde sempre”, participaram de igrejas da Assembleia de Deus e conta que cantava nos cultos. Desde que chegaram em Araucária, no entanto, para ela, a convivência em ambientes religiosos deixou de ser acolhedora.

Nesse sentido, especificamente sobre a igreja que passaram a frequentar assim que chegaram ao município, os jovens sublinham que houve uma cobrança demasiada com as roupas com as quais iam aos cultos, entre outras questões que evidenciam uma não aceitação de sua família por parte dos demais membros da igreja. A partir de várias situações contadas por eles é visível que eram excluídos

durante os cultos e nas atividades ministradas em ambientes externos à igreja. Segundo Ana, nessa época somente seu pai trabalhava e eles não tinham condições econômicas para comprar roupas novas com frequência e, diante da cobrança realizada pelo pastor, a família começou a sentir vergonha de ir aos cultos. Além disso, eles não tinham carro e a igreja era longe de sua casa, o que fazia com que se atrasassem para alguns cultos e, nesses dias em específico, as humilhações direcionadas pelo pastor à família eram ainda mais cruéis. Ana descreve o constrangimento que passavam:

De lembrança, novinha, era mais isso: é questão de roupa, é a gente chegar atrasado e eles sempre estranharem, sabe? Eles faziam questão de que a gente entrasse no meio do culto para sentar lá na frente sendo que tinha espaço lá atrás. Para sentar, ou seja, para mostrar que a gente chegou atrasado e falar 'os baianos sempre chegam atrasados'. Tanto que uma vez o pastor da igreja, ele parou de dar uma carona pra gente. Do nada resolveu dar uma carona para a gente e parou no meio do nada assim e começou a falar: 'eu preciso que vocês não cheguem mais atrasados'. Começou a falar até das nossas roupas. E falou: 'não é porque baiano tem fama de ser preguiçoso e atrasado que vocês têm que mostrar isso'.

Segundo Francisco, as humilhações sofridas por sua família dentro da igreja contribuíram para o seu afastamento gradual da religião, o que se efetivou quando conseguiu o seu primeiro emprego. Como ele conta, depois que começou a trabalhar, conseguiu se desvencilhar por completo do convívio na igreja e começou a desenvolver sua independência: pôde comprar suas roupas, realizar cursos e sair com seus amigos. Isso apesar de seus pais continuarem a ir à mesma igreja e o pressionarem para que voltasse a frequentá-la também.

Enquanto isso, Ana, diferentemente do resto da família, e mesmo tendo apenas 12 anos na época, passou a participar sozinha de outra igreja que ficava próxima de onde morava. A jovem se sentiu acolhida nesse novo ambiente e voltou a cantar nos cultos, mas, para a sua infelicidade, logo a igreja acabou mudando de local para um bairro distante, tornando-se inacessível para ela.

Nessa mesma época, Ana e sua família também se mudaram, desta vez para uma casa no bairro São Sebastião, próximo da igreja que frequentavam anteriormente, e para agradar seus pais ela voltou a frequentar essa antiga igreja (e até mesmo voltou a cantar nos cultos), já que essa, agora, ficava ao lado de sua

casa. Tudo parecia ir bem, porém, além de seu pai, nessa época sua mãe também começou a trabalhar e a nova rotina fez com que voltassem a chegar atrasados nos cultos -e como resultado as cenas de humilhação tornaram a se repetir.

Além das discriminações por serem baianos, outro ponto começou a incomodar Ana nessa Igreja. Em 2016, já com 15 anos, a jovem relata que entrou uma nova liderança no grupo de jovens da igreja, que até permitia às jovens vestirem calças compridas nos ensaios (coisa que até então não era liberada) e também distribuía lanches quando a reunião terminava, o que levou-a a acreditar que haveria mudanças positivas no convívio naquele ambiente. Isso até que essa nova líder a substituiu de “cantora solo” (posição de prestígio em um coral), pela própria filha. E Ana teve novamente sua vontade de cantar reprimida, como ela mesmo descreve: “Tentei cantar, mas fui reprimida, uma pressão por causa do meu sotaque. Diziam: ‘você canta errado!’”.

Além de tudo, segundo Ana quem a substituiu no coral se aproximou dela e começou a lhe enviar mensagens, como “que roupa você vai hoje?”; “comprei um vestido novo”; mensagens essas que a faziam se sentir inferiorizada, já que sua família não tinha condições econômicas para comprar roupas novas para ir aos cultos. Segundo conta:

Aí essa filha começou a querer mostrar que ela era perfeita, que as roupas dela eram as mais caras. E ela se aproximou de mim como se fosse minha amiga, começou a mandar mensagem para mim: ‘que roupa você vai hoje?’. ‘Comprei um vestido novo’. Tipo tenho dinheiro para comprar e você não tem. E ela deixava muito claro que ela tinha dinheiro para comprar a roupa que ela queria porque o pai dela ganhava mais de 5.000 reais, e o meu pai não ganhava nem metade do salário. Aí ela dizia: “manda a foto da sua roupa que você vai hoje só para eu ver”. Ela só queria ver se eu ia com roupa repetida. “É que eu vou solar hoje, tenho que estar com roupa apresentável”. Era o que ela falava para mim.

Há de se considerar ainda, nesses termos, que a jovem e sua mãe eram brancas. No entanto, nesse caso o que mais se destaca é uma questão elitista -mesmo que em um primeiro momento a líder tenha utilizado de sua posição para colocar sua filha como solista do coral e talvez o argumento para tal não fosse tão voltado para o racial, ou o sotaque-, mesmo assim esses se fundem ao econômico apesar de que, nas conversas, tenha ficado mais evidente que a jovem branca utiliza

da condição econômica de sua família para constranger Ana. Sublinha-se, assim, o elitismo como “essa estratégia de hierarquizar de modo violento pessoas em função de suas posses, sejam materiais ou supostamente culturais, de modo segregador, estigmatizador, desumanizante” (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2016, p. 97). A função de cantora solo que Ana exercia em suas redes, importante para a sua autoestima, acaba, e ela é reposicionada para uma posição inferior, é mais um fio que encolhe fazendo com que recue mais esse território em sua vida.

Além de Ana ser substituída no coral, sua família começou a sofrer com situações vexatórias cada vez mais frequentes que passaram a ser constantes dentro do convívio no ambiente religioso. Como ela descreve:

Eu não aguentava mais as piadinhas de: ‘ah baiano é preguiçoso’. ‘Ah, não sei o que... não tem dinheiro’. Eu sempre escutava isso nos ensaios nos cultos, no final dos cultos as pessoas se reuniam para conversar e excluía a minha família. E era só minha família e eu ficava olhando assim, - por que é só com a gente? E eu reparava bastante nisso, o José [seu irmão mais novo] tentava se enturmar com o pessoal e sempre foi deixado de lado, excluído. Falavam: ‘José você atrapalha’; ‘Você não deixa nem a gente conversar’; ‘Você fala alto’; ‘Você é chato’; ‘Não tem porquê a gente ficar perto de você’. A gente escutava esse tipo de coisa. As meninas, tudo que tinham dinheiro para comprar, a roupa que queriam, estavam sempre bem arrumadas, estavam lá conversando e eu estava excluída com o meu irmão e com a minha família. Aí depois falavam: ‘Vocês querem carona?’; ‘Quando é que vai sair o carro?’; ‘Quando é que o seu pai vai tirar habilitação?’ Nem todo mundo tem condições para fazer isso. Então eles sempre perguntavam: ‘Você quer carona?’. E era um deboche sem tamanho que eles faziam: ‘A gente leva vocês’. A gente dizia que ia a pé, e eles respondiam: ‘A casa de vocês é um pouquinho longe’. A gente respondia: ‘Não, é perto’. Aí eles perguntavam: ‘Mas por que que chegam atrasados?’ Era enfatizado isso.

Assim, a igreja também reforça questões materiais, discriminando a família por não ter condições de adquirir um automóvel, por exemplo, ou roupas novas. E aliado a essa tentativa de rebaixamento do ponto de vista econômico, agregaram outros estigmas como o de “baiano”, que é imediatamente relacionado a uma pessoa preguiçosa e que não sabe se comportar em determinados lugares. Desta forma, os membros da igreja vão entrelaçando uma série de desaprovações, crenças, características consideradas ruins, para afirmar o seu poder sobre eles e atingir, tensionar as redes de toda a família.

Ainda sobre a religião, em 2016, a jovem conta que houve uma situação que ela considera como marcante para o seu afastamento definitivo da igreja. Esse caso é referenciado por ela como o “caso da banana”. Segunda Ana, nesse ano houve um congresso na sede de Curitiba da Assembléia de Deus em que todos os grupos de jovens participaram e, com seu grupo, não foi diferente. Houve uma longa preparação para o evento e foi em um desses ensaios preparatórios para o congresso (que aconteciam na sede em Curitiba), que o “caso da banana” ocorreu. José, o irmão caçula, estava junto nesse dia, e como descreve, ele estava com sono pois não tinha conseguido dormir na noite anterior e, então, cochilou no banco da igreja, o que serviu de estopim para os comentários dos demais presentes: “nossa, mas baiano é preguiçoso mesmo”. Ana, que estava sentada nesse momento, quando escutou os comentários sobre seu irmão, o chamou para se deitar no seu ombro. Foi quando se intensificaram as humilhações. No momento da entrevista em que Ana relata o caso, quase chora ao lembrar das cenas ocorridas naquele dia. Em suas palavras, quando José se deitou em seu ombro:

Aí a líder, perfeita, saiu falando para todo mundo que ia comprar uma banana para o meu irmão comer. Específico banana, não é? Banana lembra o quê? Macaco. Macaco lembra o quê? O racismo! Tudo o que a gente passa, por quê? Porque a gente é macaco...

Nesta hora da entrevista, após Ana relatar o acontecido e liberar suas angústias sobre aquele momento, ficamos todos em silêncio durante alguns segundos. Foi quando a jovem continuou a história, dizendo que sua vontade era levantar e falar tudo que sua líder “merecia” ouvir e ir embora, mas ela não podia. Havia ido de carona com ela e não tinha dinheiro para pagar a passagem de volta e seus pais estavam trabalhando e não tinham carro para buscá-los. Segundo conta, como dependiam do transporte para retornarem para casa, ela e seu irmão tiveram que permanecer até o final aguentando mais “piadas sobre banana”. Após esse dia, Ana diz que ela e José participaram por mais algum tempo da igreja, até que nunca mais retornaram. De acordo com a jovem, o caso coincidia com as discriminações que seu irmão estava sofrendo na escola, fazendo com que ele também não

quisesse mais estudar. Isso culminou em seu abandono da escola, antes de concluir o Ensino Médio. A situação vivida pelo jovem é detalhada por sua irmã:

Ele não estava suportando escutar mais nada, ele escutava aquilo na escola, na ida para escola pelos policiais, e quando chegava no lugar que pregam que é para ter a paz, que ali tem amor e, não sei o que, ele escutava mais daquilo. Aí o José chegou um tempo para mim falando que não queria mais. Aí começou a se afastar.

Para Francisco, este acontecimento, somado a uma sequência de casos de mesmo viés que se passaram com seu irmão à época (como a questão policial em que o jovem era abordado constantemente no caminho para a escola por policiais que o maltratavam e eram racistas com ele), o tornaram muito “explosivo” dentro do ambiente familiar. Como conta, isso ocorreu porque José era socialmente silenciado, em todos os lugares em que ia, ele não era ouvido, só em casa lhe davam atenção e assim, sem perceber, ele liberava tudo o que o estava angustiado, aos seus familiares. Portanto, o racismo, muitas vezes teorizado no meio acadêmico como um “mito”, defendido pelo argumento de que a sociedade brasileira é miscigenada, um discurso enviesado por diversos intelectuais -uma classe que em boa parte da história brasileira eram em imensa maioria formada por brancos de classe social abastada-, é também uma função que, nas redes de Ana e de seus irmãos, tem papel fundamental nas correlações de poder deles com os grupos já estabelecidos de Araucária. A questão do “mito racial”, embora tenha sido discutida em capítulo anterior, é necessário retomar mais uma vez aqui:

Esse discurso, hoje chamado de ‘mito’, é ainda muito presente e complica o enfrentamento ao racismo, pois insistentemente dizemos que não somos racistas. Ofensas raciais são rotineiramente consideradas simples brincadeiras, piadas. Usurpação de territórios das populações indígenas é avaliada como um passo necessário para o desenvolvimento do país. Enquanto insistirmos em negar a existência factual do racismo, seu enfrentamento torna-se cada vez mais difícil. Afinal, como combater aquilo cuja existência não reconhecemos? (Delmondez e Nascimento, 2016, p. 93).

Desse modo, com o passar do tempo nenhum dos irmãos foi mais a igreja e seus pais passaram a participar de outra igreja depois que se mudaram de volta para o Centro de Araucária. Contudo, Ana conta que quando deixou de ir aos cultos

ela ainda namorava com um menino que era, coincidentemente, filho do pastor e, por isso, continuou mantendo a convivência com alguns dos fiéis, mesmo os que maltrataram a sua família, como o caso da irmã de seu ex-namorado que era explicitamente racista com ela. A jovem relembra como foi esse período:

Era engraçado que eu passei tudo isso na igreja, só voltando um pouquinho, mas eu acho que todas as mães de meninos queriam que eu fosse nora delas. Então ficavam olhando assim: 'A Ana é a nora perfeita para mim'. Eu sempre, meu Deus! Não tenho paciência, sabe? Ai, a Ana é a nora perfeita... Até que um dia eu me relacionei com o filho do pastor. O perfeito! Os que nunca erram! (...) Que vão no caminho certo, na linha reta. Me relacionei com essa pessoa e... só me desanimei. Fiquei nesse relacionamento durante quase 5 anos, era para estar casada com a pessoa. Graças a Deus eu me livre. É um livramento maravilhoso, que eu nunca vou esquecer na minha vida. Que é os perfeitos que nunca erram, mas são os que mais erraram. E que quando você convive, é com a hierarquia da igreja, você percebe tudo e vê tudo: todos os erros e coisas que falam. Você não pode fazer, mas ele está aqui fazendo. Aí nesse meio tempo que eu saí da igreja eu ainda estava relacionada com essa pessoa, então continuava sendo ali naquele meio. Tanto que uma irmã dele não vai com a minha cara até hoje porque eu sou negra. E porque ela coloca na cabeça dela que negro só faz coisa errada. Então deixa ela lá.

O afastamento de Ana da religião e mais tarde o término de um relacionamento descrito como abusivo, com o filho do pastor, foram rompimentos extremamente difíceis para ela. Enquanto uns fios de sua rede se rompem com maior dificuldade, suas valências estão abertas para novos relacionamentos -a rede é viva e continua a se refazer a medida que a jovem altera suas relações sociais.

Cerca de um ano após sair da igreja, Ana terminou o Ensino Médio, no entanto, em decorrência de toda discriminação que sofreu no seu período escolar, ela não sentia que podia dar sequência aos seus estudos entrando no Ensino Superior. Então, em 2019 a jovem criou coragem, estimulada por seus familiares, e iniciou o curso técnico de Administração no período noturno do colégio que havia estudado em seu Ensino Médio, que como já visto no capítulo introdutório, se localiza na região central de Araucária (Colégio I).

Assim, apesar de presa a uma configuração bastante restrita e cheia de tensões, a oportunidade de fazer um curso técnico ampliou seu espaço de vida. Ainda no início do curso de Administração, Ana conseguiu seu primeiro estágio na área em uma empresa de crédito consignado, localizada em Araucária, mesmo. Ela

entrou para trabalhar na área administrativa, mas em seguida a remanejaram para o atendimento de ligações -algo que ela detestou, pois sempre foi reprimida por causa do seu sotaque e modo de falar. Ela descreve, de modo geral, como foi a experiência:

Me colocaram no administrativo primeiro. Consegui lidar bastante bem com o que era para fazer. Quando eu estava me situando naquilo, me trocaram para uma coisa que me reprimia, que era falar com as pessoas, ainda mais por telefone. Eu odeio falar por telefone! Por conta da pressão de mudar a voz, o jeito de falar...Me colocaram para falar e eu expliquei para a minha chefe o motivo e ela falou: 'Tudo bem, eu vou te deixar aí uma semana, depois você volta'. Me trocaram de função 6 vezes e eu fiquei só 2 meses na empresa.

Além da mudança constante de função, Ana relata algo ainda pior do período que esteve estagiando nessa empresa. Segundo conta, havia um vendedor que gostava de “mandar” nas estagiárias, e ele a tratava mal: “Desde o início ele foi grosso e ignorante, ele nunca me explicava o que eu tinha que fazer(...) ele só falava: você vai trabalhar com isso, isso e isso”. No entanto, ela não era a única que era tratada dessa forma pelo vendedor. De acordo com a jovem, ele tratava mais duas estagiárias do mesmo modo. Mas, como era nova na empresa, Ana tinha que pedir para as colegas que lhe explicassem o que tinha que fazer e, por esse motivo, descobriu como eram os tratamentos que o vendedor tinha com cada uma de suas colegas. Conforme conta:

Tinha uma menina que era alta, loira, olho claro, parecia uma modelo, maravilhosa, linda, maravilhosa mesmo. Que eu perguntei como que é o tratamento de fulano com você. Ela respondeu: 'Ai, ele me trata super bem! É super carinhoso, atencioso e me mostra tudo. Me ajuda às vezes e até faz uma parte do meu trabalho por mim'. Cheguei uma por uma e conversei, cheguei na outra negra e perguntei: 'Como que é o tratamento de fulano com você?' Ela respondeu: 'É ignorante! Ele é grosso! Ele não me explica as coisas e deixa eu fazer do jeito que é para fazer. Eu tenho que tirar dúvida com as meninas'. Cheguei para perguntar para outra menina, 'gordinha'. 'Como que é o tratamento com você?' Do mesmo modo: 'É ignorante e não explica as coisas'.

Havia um padrão no comportamento do homem já que tratava de maneira muito diferente as estagiárias a depender de sua aparência física. E não era só uma questão de as tratar bem ou mal. Depois de um tempo ela descobriu que ele

assediava as funcionárias da empresa e, inclusive, tentou fazer o mesmo com ela. Um dia Ana foi reclamar com a sua chefe, contou que estava com dificuldades com o novo serviço que estava realizando e que o vendedor que cuidava dessa parte não queria ajudá-la. Logo em seguida, o vendedor veio até sua mesa explicar o que tinha que fazer, conforme relata:

Ele veio me explicar passando a mão no meu ombro e meio que descendo assim e eu tirava a mão e olhava para ele. Até que ele pegou na minha perna e eu olhei para cara dele e falei: 'Faz o favor de tirar a mão'. No que ele respondeu: 'Ah, mas eu estou só te explicando'. E eu respondi: 'Não precisa encostar em mim para explicar nada'.

Para Delmondez e Nascimento (2016), o machismo segue a lógica de que as mulheres são inferiores aos homens, e isso implica na retirada de direitos das mulheres, inclusive no direito de decidir sobre sua própria vida. Além disso, as autoras enfatizam que o “ódio às mulheres, que se consubstancia na violência doméstica, nos estupros, nos feminicídios são manifestações dessa mesma lógica social” (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2016, p. 95).

Historicamente, na relação entre homens e mulheres, embora a balança de poder tenha pendido um pouco mais em direção às mulheres, o machismo ainda é grave nas sociedades. Os territórios que expressam o machismo se somam na vida de Ana, no entanto, o assédio no seu local de trabalho teve impactos ainda mais severos em sua vida. Soma-se ao caso o fato de que, depois de a ter assediado, o homem pegou “birra” e começou a tentar prejudicá-la no serviço, o que a fez voltar para o setor administrativo da empresa (mas, por pouco tempo). No período que sucedeu o ocorrido, Ana mudou diversas vezes de um setor para o outro, e como ela mesma conta, foi um momento complicado de sua vida: “Eu levantava e lembrava que eu ia encontrar com ele, eu já ia trabalhar chorando, e voltava chorando”. Até que um dia ela quase foi atropelada por um automóvel porque estava tendo uma crise de choro enquanto andava até o seu trabalho. Ana relata que nessa época foi diagnosticada com ansiedade e depressão, e mesmo fazendo tratamento para as doenças, teve seu sofrimento psicológico agravado durante o período.

Até que um dia a jovem colocou um ponto final nessa história. A empresa em que trabalhava decidiu não ter mais estagiários no setor administrativo e todos

foram remanejados para o atendimento. Em seguida ao comunicado sobre a mudança, Ana pediu para que rescindissem o contrato de estágio e quando questionada sobre o porquê de sua saída, ela preferiu não revelar o motivo. Sua chefe já sabia do caso, mas, em uma tentativa nítida de evitar problemas para a empresa, ela lhe falou que estavam investigando a conduta do vendedor que a havia assediado, contudo ainda não podiam demiti-lo. Ana descreve com alívio como foi para ela esse momento de desligamento da empresa:

Aí eu peguei, rescindi meu contrato e falei: 'Ah, eu vou cuidar de mim'. Porque foi uma sequência de coisas que aconteceu, né? Foram, várias e várias coisas acontecendo. E explodi, e não aguentei mais ficar lá, porque não tem condições de trabalhar numa empresa que você sabe que você vai ser assediada. E, além do assédio, você vai sofrer racismo o tempo todo. Então não aguentei, sai e chorei.

Após sair de seu primeiro estágio, a jovem conseguiu um outro, desta vez em Curitiba. Neste, ela continuou até o final e afirma não ter sido vítima de nenhum tipo de situação constrangedora. Porém, após questioná-la se o fato de estagiar em Curitiba fez com que conhecesse mais lugares e tivesse maior independência -como seu irmão havia relatado sobre as mudanças que teve após conseguir seu primeiro emprego-, a jovem, com muita angústia em sua voz, afirmou que não, porque não se sentia segura andando sozinha, então ia apenas do trabalho para casa e para nenhum outro lugar. A resposta de Ana veio acompanhada de uma série de relatos sobre situações de violência e assédio, que colocaram sua vida e de sua família em risco.

Houve alguns casos que aconteceram no trajeto que Ana fazia para ir para o colégio que estudava, na região central da cidade de Araucária. A jovem pontua que na época ainda não havia feito seu cartão de transporte então ia a pé o percurso todo, mas, na metade do caminho encontrava sua amiga no ponto de ônibus e elas seguiam juntas até o colégio. No entanto, um dia, antes de chegar ao ponto onde sua amiga a esperava, Ana foi abordada por um homem dentro de um carro “Astra cinza”. De início a jovem chegou a pensar que era seu primo, que havia recém comprado um carro igual àquele, mas não era, quando ela viu o rosto do homem percebeu o que estava acontecendo (já que não havia sido a primeira vez que teria sofrido esse tipo de violência). No mesmo instante que o homem de dentro do carro

falou para ela entrar, Ana relata que se escondeu atrás de um outro carro que estava estacionado e o homem continuou dando voltas na tentativa de encontrá-la. Quando, finalmente, o “Astra cinza” foi embora, além da jovem estar em completo desespero, também estava atrasada para a aula.

Conforme conta, a abordagem por homens dentro de carros aconteceu mais de uma vez, apesar desta ter sido a que ela ficou com mais medo. Outro caso semelhante foi vivido por sua mãe que, como descreve, foi ameaçada por um homem armado dentro de um carro na frente do salão de beleza em que trabalhava. A mãe da jovem estava fechando o salão quando foi abordada, mas, por sorte, a porta ainda estava com uma fresta aberta e ela conseguiu se jogar para dentro do estabelecimento. Nesse dia, tiveram que pedir ajuda ao dono do salão para que ele a levasse para casa. Além disso, segundo Ana, o seu pai não estava na cidade, o que aumentou a tensão de toda a família, pois suspeitavam que sua mãe pudesse ter sido seguida até em casa, o que felizmente não aconteceu.

De todos esses incidentes, o mais grave sofrido por Ana foi quando sofreu abuso sexual dentro de um ônibus de transporte público de Araucária. A jovem relata o acontecido:

Eu estava, tipo... eu entrei no Santa Regina que era o ônibus que eu pegava. O ônibus estava lotado, tinha um velho atrás de mim e tinha uma criança, uma mãe com uma criança no colo e o cara estava atrás de mim se esfregando em mim, e estava quase abrindo a calça já. E a moça olhou assim: 'Você quer sentar?' Eu falei... Eu estava assim... Literalmente, assim, travada. E ela: 'Moça você quer sentar?' E todo mundo está vendo e ninguém fez nada. Ninguém fez nada. O cara desceu e ficou por isso mesmo, eu sentei e a moça: 'Onde é que você vai descer?' E eu estava travada porque eu tenho históricos e tal com assédio e estupro. Não consigo, na hora eu travo e choro. É a minha reação que eu tenho, de chorar e travar. Essa moça desceu perto... No mesmo ponto que eu desci, ela desceu. Me acompanhou até um caminho e depois nunca mais a vi.

Enquanto terminava de descrever o caso, seu irmão Francisco a interrompeu, brevemente, para dizer que em Araucária ocorrem muitos casos como esse, porém poucas mulheres denunciam. E, de pronto, Ana acrescentou em resposta à fala de seu irmão: “É porque parece que a gente não tem voz. Na verdade, a gente não tem voz. A denúncia é só a denúncia, eles esquecem e acabou: nunca vão fazer nada. Não tem muito que fazer”.

Por morarem próximos ao Parque Cachoeira, indaguei os irmãos se eles frequentam o parque e Ana, antecipando suas próprias palavras, já balançou a cabeça em sentido negativo. Em seguida respondeu que não consegue pisar no parque. Ela foi assaltada por uma mulher lá dentro e, segundo seu relato, a mulher estava armada e a ameaçou. Após o crime, a jovem procurou o posto policial do parque para pedir ajuda, porém, apesar de contar sobre o acontecido, o policial que a atendeu não fez nada para a ajudar, o que a deixou ainda pior.

Antes desse dia, Ana disse ter começado a praticar corrida no Parque Cachoeira com uma amiga, no entanto, por sofrerem assédio constantemente enquanto corriam, as duas decidiram parar com a atividade. Nesse âmbito, a jovem ainda destacou que uma funcionária do colégio em que estudava contou a ela que foi estuprada dentro do parque. Francisco também descreveu um caso que vivenciou:

Francisco - O Parque Cachoeira é complicado. Mas, uma cena que me marcou bastante, foi quando eu comecei a correr e eu tinha saído do meu primeiro trabalho e tal, estava muito na pira de conseguir outro. Isso atacou minha ansiedade e eu saí para correr, daí. Eu não conseguia correr no circuito, porque como era gordo eu me sentia com vergonha e não queria correr lá no meio de todo mundo, então corria nas trilhas. Aí uma cena que me marcou, foi quando eu estava correndo e vi que tinha um cara se masturbando olhando um casal se pegando, e isso era 9 horas da manhã. Então, isso e outros relatos de outras pessoas que frequentam o parque, também. É um lugar que tem uma proposta legal de ser agradável e tal, e até cumpre com essa função. Mas só que também tem muitos casos de assédio, por exemplo, e outras coisas lá. Não desvalida o parque, mas, né? Não é um ambiente 100% seguro, principalmente para mulher.

Após tudo que foi relatado por Ana e seu irmão, perguntei aos jovens se existe algum lugar em Araucária que eles se sentem seguros de visitar. Francisco descreveu alguns lugares da cidade que se sente à vontade, como o Teatro da Praça e o Parque das Pontes, ambos na região central da cidade e, apesar de enfatizar sobre a discriminação que sofre em ambientes públicos, afirmou poder circular livremente nesses ambientes sem se sentir ameaçado. Não obstante, o jovem completa sua descrição pontuando sobre as discriminações que sofre na rua:

Francisco - Eu dei uma entrevista para 'O popular' sobre coisas muito simples, de andar na rua e a pessoa pegar e atravessar. Ou tipo levar um enquadro por parecer ser suspeito, quando é uma situação do cotidiano que

tá acontecendo com várias pessoas a sua volta, mas só você é parado por conta da sua cor da pele, isso é um fato inegável.

Enquanto Ana, de um modo mais enfático que seu irmão, exclamou: “Olha, toda vez que eu saio eu tenho alguma coisa!” E, completou: “Se não for em casa de amigos eu não consigo”. Reforçando, assim, a questão que ela já havia comentado anteriormente, quando perguntei se o estágio que fez em Curitiba teria lhe propiciado conhecer novos lugares. Nesse sentido, as configurações que a jovem participou durante toda a sua vida foram guiadas pelos poucos territórios que vivenciou: nos colégios em que estudou e dentro de espaços fechados e/ou privados, como em igrejas, empresas e nas casas de amigos e parentes. Os territórios foram, assim, em sua imensa maioria, territórios hostis e Ana teve suas vontades restringidas, fosse porque eram territórios onde imperava o machismo, o racismo, o elitismo ou o preconceito com a sua cultura e o modo de falar, ou ainda, esses múltiplos tensionamentos ao mesmo tempo em suas redes. Enquanto negra, Ana sofreu com a discriminação pela sua aparência, e seu irmão foi perseguido pela polícia; enquanto baiana era constantemente silenciada, pois sua fala estava sempre errada, perdendo a posição de solista no coral da igreja, e também era dito a ela e a seus familiares que não sabiam se comportar; enquanto “pobre” não tinha roupas e nem carro para ir a igreja; enquanto mulher, seu corpo foi assediado e violentado, e o medo toma conta dela quando está desacompanhada em espaços públicos, sobretudo. Assim, a jovem tem suas redes sempre tensionadas e seu poder é retirado em praticamente todas as relações que desenvolve, fazendo com que, em suas funções, esteja sempre em termos desiguais.

Dessa forma, os colégios e, de modo ampliado -a educação-, são fundamentais para entender a trajetória de Ana e como ela interpreta todos os casos de discriminação que sofreu. Diante disso, questionei a jovem e seu irmão sobre a relevância da educação em suas vidas, e Francisco, rapidamente, respondeu:

Francisco - Fez toda a diferença porque é igual no cenário que eu falei do meu irmão que ele bravejava em casa e descontava tudo isso em casa. Boa parte disso é culpa de você não ter consciência e não entender o que está acontecendo com você no momento. Eu tive bastante isso, sempre fui uma pessoa um pouco mais quieta e mais tranquila. Sempre fui bastante tímido, mas só que tipo, isso também, por me sentir meio que silenciado, no geral. E só fui ter consciência disso muito depois. Então através da educação e da conscientização, através dessas pautas, você vai entendendo um pouco melhor quem você é, quanto ser humano e quanto indivíduo na sociedade. E quando e onde você tem que se posicionar. O que você não tem que aceitar e não pode ficar parado, 'neutro', quando está acontecendo na tua frente. Entender situações que acontecem com você no dia a dia. (...) Então tipo... através de educação, abre muito sua visão e te ajuda a entender e se 'proteger'. E quebrar tipo... o paradigma social de ir até onde você pode chegar e não se sujeitar para ficar num lugar específico, como por exemplo, fui a primeira pessoa da minha família a entrar na faculdade e, tipo, acho isso do caralho! Eu acho que isso é um avanço muito grande, porque isso não é um cenário muito comum.

Já Ana fez apontamentos importantes sobre como o curso técnico tem mudado sua vida. Segundo a jovem:

Ana - O Colégio I abriu minha mente mais pra essa questão do racismo que eu não entendia muito, o que eu entendia era o que o Francisco me passava ou por situações que eu passava e eu pesquisava, ou às vezes conversava com algumas pessoas que já tinha passado pela situação. Então com os professores, alguns específicos, abriram a minha mente para isso. E agora eu faço técnico lá, né? Foi uma oportunidade que eu tive. Eu sou pobre, negra e não tenho oportunidade de pagar um curso. Então isso me fez... o curso, né? Com o curso eu consegui meu primeiro estágio. Meu primeiro trabalho. É... consegui me sustentar, né? Consegui ter... como que eu posso dizer? Como que fala a palavra, meu pai?

Francisco - Ser independente.

Ana - É... não consegui ser independente, mas consegui me ajudar, né? Isso que eu tenho pra falar do Colégio I.

Logo após Ana contar das mudanças que os estudos causaram em sua vida, Francisco, não mediu palavras para dizer como a jovem ficou diferente. Para ele, Ana mudou completamente depois que passou a cursar o técnico em Administração e decidiu terminar o relacionamento "tóxico" que tinha com o filho do pastor da antiga igreja que frequentavam. Em suas palavras, a sua irmã passou a "ver que ela é capaz, de que ela pode pegar e conquistar as coisas dela". E, com um sorriso no rosto, Ana conclui: "Acho que é nítido. Quem me conhece que fala, né? Dessa mudança que eu tive".

Os irmãos, diante de todos os tensionamentos em suas vivências, demonstraram conseguir se apropriar de novos territórios, eles adentraram territórios

formais de conhecimento, como a escola e a universidade. Passando, assim, a enfrentarem o estigma que foi atribuído a eles de outro modo. Ao entenderem as raízes de sua segregação social e perceberem que a educação é o caminho para conseguirem se sobressair de parte dos limites sociais que lhe foram impostos, passaram a acreditar em perspectivas muito mais otimistas para o futuro.

Na próxima seção analiso algumas questões teóricas sobre esses aspectos acima descritos dentro de uma perspectiva eliasiana, entendendo assim, a multiplicidade de tensionamentos e o modo como se fundem nas configurações sociais de Ana.

4.3 AS REDES DE UMA *OUTSIDER*

Como já descrito anteriormente, boa parte dos araucarienses não se veem apenas como descendentes de europeus, é mais do que isso, há um consenso “velado” entre eles justamente de que a sua cultura é superior à dos imigrantes. Essa situação, desde o início, fez lembrar a de uma configuração do tipo estabelecidos-*outsiders*, como descrita por Elias e Scotson (2000). Em um livro em que os autores abordam esse tipo de relação, analisando uma comunidade situada na periferia urbana da Inglaterra, observam uma divisão bem marcada entre um grupo de moradores antigos da região e um grupo de novos moradores tratados como *outsiders* pelo grupo estabelecido.

Em Winston Parva (nome fictício dado à região que estudaram) a diferença entre esses grupos também se manifestava territorialmente, apesar de ambos viverem no mesmo distrito industrial. Como pontuam os pesquisadores, a antiguidade do grupo no território era usada como meio de estigmatizar os *outsiders* pelo grupo estabelecido, utilizando assim de sua coesão como grupo para inventar atributos pejorativos aos recém-chegados e se afirmar como humanamente superiores. No caso de Araucária, de início, os imigrantes ocuparam as pousadas no Centro da cidade, o que os colocou em uma nítida disputa territorial com a comunidade tradicional araucariense, todavia, posteriormente, boa parte dos que permaneceram na cidade com o fim das obras, foram morar em bairros periféricos e

suas redes, assim como os seus territórios, se alteraram com esse afastamento. Mas, a estigmatização que sofriam, persistiu.

Em suas pesquisas sobre o assunto, Elias e Scotson encontraram exemplos de configurações que se assemelhavam ao caso de Winston Parva e, nesse desafio, os autores também resgataram etimologias de conceitos que fazem pensar sobre esse tipo de correlação de poder entre grupos, entre elas, explicaram:

O sentido literal do termo 'aristocracia' pode servir de exemplo. Tratava-se de um nome que a classe mais alta ateniense, composta de guerreiros que eram senhores de escravos, aplicava ao tipo de relação de poder, que permitiria a seu grupo assumir a posição dominante em Atenas. Mas significava, literalmente, 'dominação dos melhores'. Até hoje, o termo 'nobre' preserva o duplo sentido de categoria social elevada e de atitude humana altamente valorizada, como na expressão 'gesto nobre'; do mesmo modo, 'vilão', derivado de um termo que era aplicado a um grupo social de condição inferior e, portanto, de baixo valor humano, ainda conserva sua significação neste último sentido - como expressão designativa de uma pessoa de moral baixa (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 19).

Uma aproximação entre a situação de Winston Parva e a configuração de Araucária, é a recusa dos araucarienses em estabelecer contatos sociais com os imigrantes nordestinos. Da mesma forma, em Winston Parva, o grupo estabelecido tratava todos os *outsiders* como se possuíssem as mesmas características, como "pessoas que não se inseriam no grupo, como 'os de fora' (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 20). Já em Araucária, a relação dos antigos moradores com os imigrantes nordestinos, ocorre de sorte a que os primeiros denominam todos os imigrantes como "baianos", como se todos tivessem vindo da Bahia -o que não é verdade-, e nesse sentido o "apelido" é dado com a intenção de se reafirmar a todo tempo a condição de estrangeiro dos imigrantes, de que não pertencem àquele lugar. Mesmo que no presente caso as famílias de imigrantes nordestinos vivam há muitos anos em Araucária, ainda assim lhes é imposta uma condição territorial de estrangeiro. E junto com essa condição, se constrói a ideia de que não gostam de trabalhar, de que são preguiçosos, de que "não são gente como a gente"!

Entende-se, portanto, que a estigmatização, como descrita por Elias e Scotson (2000), nada mais é do que a questão de um grupo afixar o "rótulo de 'valor humano inferior' a outro grupo (...) como meio de manter sua superioridade social" (p. 24), e isso influencia a autoimagem do grupo estigmatizado, que é enfraquecido

socialmente. Os autores enfatizam, contudo, que há uma diferença fundamental entre preconceito e estigmatização:

Atualmente, há uma tendência a discutir o problema da estigmatização social como se ela fosse uma simples questão de pessoas que demonstram, individualmente, um despreço acentuado por outras pessoas como indivíduos. Um modo conhecido de conceituar esse tipo de observação é classificá-la como preconceito. Entretanto, isso equivale a discernir apenas no plano individual algo que não pode ser entendido sem que se o perceba, ao mesmo tempo, no nível do grupo. Na atualidade, é comum não se distinguir a estigmatização grupal e o preconceito individual e não relacioná-los entre si. Em Winston Parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo. Portanto, perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias como a de 'preconceito social' quando ela é exclusivamente buscada na estrutura de personalidade dos indivíduos. Ela só pode ser encontrada ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 23).

Assim, a configuração de Ana demonstra a existência de estigmatização e há uma evidente aproximação com esse tipo de relação entre estabelecidos e *outsiders* descrita pelos autores. As tensões em suas redes, com acúmulos de poder de um lado da balança, e menor no outro, gera para Ana, a exclusão do emprego, da função de cantora solo etc, havendo um constante rebaixamento de posição em quase todas as funções que desenvolve, e isso tudo não diz respeito somente ao fato de ela ser uma imigrante.

Enquanto em Winston Parva a relação estigmatizante se dava pela "ancestralidade" de seus moradores, sendo que outras características marcantes como cor, raça, gênero, sexualidade ou classe social não eram utilizados para a diferenciação entre grupos, no caso de Ana, ocorre justamente o contrário. Vários desses fatores (raça, linguagem, classe, gênero) eram acionados para diminuir o poder da jovem em sua configuração, para que esta perdesse a "coesão grupal", fator este preponderante em um tipo de relação entre estabelecidos e *outsiders*:

um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder, sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os

membros dos outros grupos - o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos e outsiders (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 22).

Assim, ainda que existam inúmeras formas e fontes de poder, em contextos muito diferentes, existem características que, segundo os autores, configuram uma relação do tipo estabelecidos-*outsiders* que, resumidamente, se fundamentam no sentimento de superioridade social de um grupo estabelecido sobre um grupo *outsider*. No caso de Winston Parva, o sentimento de superioridade estava ligado às tradições comunitárias do grupo estabelecido, que além de o diferenciarem dos recém-chegados também reforçava sua identidade grupal, enquanto os recém-chegados eram em geral desconhecidos, não só dos moradores antigos, mas entre eles mesmos, e isso os fazia menos coesos enquanto grupo, diminuindo a capacidade que tinham de revidar quando inferiorizados (ELIAS E SCOTSON, 2000).

No caso da presente pesquisa, deve-se considerar que já se passaram cerca de 10 anos da vinda dos imigrantes para Araucária e, não obstante, algo tão expressivo como a relação entre estabelecidos e *outsiders* não deveria ocorrer no século XXI, em meio a uma atmosfera social muito mais diversa e permeada por elementos globalizadores. Embora o par conceitual “estabelecidos e *outsiders*” demonstre gradientes desiguais de poder, com acúmulos por parte de um dos grupos, de tal modo que o poder possa ser verificado nas ações desse grupo sobre o outro, a polarização presente nas redes de Ana está implicada em interdependências complexas e diluída em diversas funções relacionais, mas em tensões em sentidos muito parecidos com as relações teorizadas por Elias e Scotson (2000) em Winston Parva.

À vista disso, o caso da jovem mostra uma configuração em que se entrelaçam problemas que se somam em tensionamentos e que demonstram uma variedade de condições que permitem uma análise microscópica do problema de pesquisa. Segundo Elias (2000), é possível construir um “modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal - um modelo pronto pra ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala” (p. 20-21).

Pode-se dizer, assim, que Ana apresenta muitos tensionamentos em suas redes e é considerada diferente por alguns grupos sociais de Araucária, também por características da sua corporeidade. Segundo Delmondez e Nascimento (2016), foi no final do século XVIII e início do século XIX que o conceito de diferença passou a ter um sentido negativo, isso, porque “os movimentos políticos e sociais da ‘ultradireita’, contrários aos ideais da Revolução Francesa, passaram a justificar sua oposição à noção de igualdade com base na diferença entre os seres humanos e as culturas” (2016, p. 81). Acentuar tal diferença reafirma que alguns poderiam lucrar, obter bens econômicos e sociais enquanto outros não. No período recente, no entanto, a palavra diferença passou a ser empregada por movimentos sociais de uma forma completamente diferente, fazendo jus à luta daqueles que são excluídos socialmente (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2016). Para Delmondez e Nascimento (2016):

Seja qual tenha sido o registro em que a noção de diferença se inscreveu (o diferencialismo de direita ou o de esquerda), ela conseguiu explicar a existência das diferenças entre os diferentes grupos de uma dada sociedade. Dessa forma, os usos das noções de diferença e diversidade cultural não têm tanto o sentido de delimitarmos fronteiras entre as diferentes culturas, mas de reconhecermos que as culturas são transpassadas pelo desconhecido, pelo diferente. Trata-se, portanto, de refletir acerca desses termos a partir das metamorfoses que o contemporâneo lhes tem imputado (2016, p. 82).

Em outros termos, a mudança nas noções de diferença e as relações identitárias que isso envolve não impedem que haja discriminação social quando a diferença é explícita na aparência e corporeidade dos indivíduos. Isso, além de existirem identidades hegemônicas dentro dos próprios grupos sociais considerados diferentes. Como pontuam os próprios autores:

Aí, a diferença binária cederia lugar à diferença múltipla, mediante uma operação de diferenciação. Pode-se citar, por exemplo, as inúmeras variantes em torno das experiências de gênero, como raça, classe ou sexualidade: as mulheres brancas vivem situações que são diferentes das mulheres negras e ainda mais diferentes das lésbicas ou transexuais, pois experimentam diferentes níveis de exclusão social. Importante colocar que tais variantes não podem ser tratadas como categorias independentes, visto que a opressão de cada uma se inscreve dentro da outra (Delmondez e Nascimento, 2016, p.88).

Assim, em nossa sociedade as discriminações não existem de forma isolada, discrimina-se “ao mesmo tempo, alguém por ser homossexual, por ser negra/o, por ser mulher (e por diferentes coisas que determinamos como fora da ‘normalidade’)” (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2016, p.105), e consequentemente, existem diferentes níveis de vulnerabilidade decorrente das discriminações tecidas. Logo, os autores destacam que todas as formas de discriminação são essenciais de serem debatidas e, por se tratar de um problema estrutural, atacar apenas alguns tipos específicos de discriminação não resolveria o problema. Desse modo, para Delmondez e Nascimento: “É exatamente na interseção e na interdependência entre as experiências de grupos e de sujeitos que se estabelecem as tensões sociais e políticas contemporâneas” (2016, p. 80).

Para Elias (1998) essas múltiplas formas de segregação que ocorrem nas redes de interdependência de um indivíduo, é entendida como uma articulação de relações desiguais de poder. Segundo ele as diferentes esferas da vida social estão sempre interligadas, apesar de tendermos a

representar diferentes aspectos da vida social por diferentes nomes, como arte, ciência, religião, política ou economia. Costumamos perceber mudanças em cada um deles, e esses movimentos ou são considerados isoladamente, ou minimizados, ou explicados em termos da mudança de algum outro aspecto, o que é considerado causa e, portanto, explicação das mudanças em todas as demais esferas. As mudanças em tal aspecto são apresentadas então como autogeradas e auto-explicativas, isto é, absolutamente autônomas e sem causa externa (ELIAS, 1998, p. 57).

Nesse trecho, Elias critica a análise fragmentada da sociologia de seu tempo (e mesmo de algumas vertentes que existem até hoje), incapaz de perceber influências de uma esfera social sobre outra. Desse modo, ao seu ver não existem compartimentos sociais e “as mesmas pessoas podem pertencer a muitas dessas esferas ao mesmo tempo. E podem estar interligadas enquanto membros de uma mesma sociedade ou de sociedades interdependentes” (ELIAS, 1998, p. 58). Quer dizer assim, que a sua sociologia de processos entende os sujeitos dentro de configurações sociais permeadas por diferentes esferas sociais, com uma multiplicidade de funções relacionais ao se relacionarem com diversas outras pessoas em suas redes e também em contextos sociais diversos.

Na concepção eliasiana, todavia, apesar de não existir a ideia ou o conceito de Interseccionalidade, Elias sublinha como nenhum campo de poder é autônomo:

A forma tradicional de conceituar a especialização dos seres humanos, às quais nos referimos em termos como ciência ou economia, pode facilmente obscurecer o fato de que esses termos aludem, em última análise, a seres humanos que vivem juntos e interligados em sociedades, talvez sociedades em diferentes níveis de desenvolvimento e, portanto, com estruturas diferentes. Os conhecedores têm que ganhar a vida e estão, por isso, ligados à esfera econômica, mas a esfera econômica, por sua vez, não é autônoma. Sua progressão ou regressão depende da progressão ou regressão do conhecimento. Sem o processo de conhecimento o processo econômico está morto, e vice-versa (ELIAS, 1998, p. 57-58).

Portanto, passados 10 anos da vinda de Ana e de sua família para Araucária, as redes da jovem se costuraram de tal modo que as correlações de poder em suas redes tensionam seus movimentos sobre os meios urbanos, sociais e culturais de Araucária, e por terem sido tão significativos em suas vivências, os tensionamentos se reafirmam mesmo quando a jovem se coloca em novos territórios, havendo para ela sempre uma ameaça quanto a sua existência -seja física ou psicológica. Nesse sentido, a educação está para jovem como um alívio das tensões em suas redes, ao mesmo tempo que a fortalece, ajudando-a a equilibrar a balança de poder de outras relações, e aos poucos fazendo com que ela desenvolva outras formas de se territorializar.

As diferentes relações que provocam as vulnerabilidades, se cruzam, tensionando seus movimentos e os inibindo em diferentes direções, bem dizendo -se reduzem as suas possibilidades socioterritoriais. Assim, a cidade que deveria ter um papel integrador das diversas questões sociais, não só demonstra, mas no caso de Araucária, contribui para a discriminação social das diferenças, tendo em vista a questão racial e o projeto urbano segregador que vieram se constituindo historicamente. Dito isso, ao focalizar no par conceitual “estabelecidos e *outsiders*”, o caso de Ana é significativo para entender as disputas sociais do seu momento histórico, em um mundo muito mais diverso que naquele em que os autores introduziram os conceitos, mas que não deixam de inspirar a pensar no que é vivido pela jovem. As relações entre estabelecidos e *outsiders* têm gradientes de poder, estão em configurações sociais, enfim, eles não devem ser atribuídos apenas a

existência de um tipo de estigmatização e segregação social, ao contrário, são em si maleáveis enquanto pensados por uma sociologia de processos. Nitidamente, ser uma imigrante nordestina em Araucária, ainda hoje, é sinônimo de segregação social, mas no caso de Ana existem tensionamentos em outras direções que aumentam o potencial segregador, além do fato de ser nordestina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente pesquisa, assumi o desafio de analisar os aspectos sociais e territoriais das configurações de uma jovem imigrante em Araucária-PR e como estes se relacionam na construção de suas redes de interdependência, impactando em suas territorialidades. No interior de suas redes, contudo, notam-se diferentes experiências e relações de poder, alterando os tensionamentos a cada momento. Sabemos que as posições e as funções que ocupamos nas nossas redes contribuem para os significados que damos às nossas relações. E nossas redes podem ser também mais amplas ou mais reduzidas, assim como mais tensas ou menos tensas, mais entrelaçadas ou mais constantes, influenciadas por nossas vivências socioespaciais.

Assim, os jovens que participaram da pesquisa, por meio dos questionários, demonstraram estar inseridos em redes marcadas por desigualdades sociais, evidenciadas em diferentes impossibilidades impostas às suas vivências, na falta, por exemplo, de liberdade e de tempo livre para terem momentos de lazer em espaços públicos.

Isso ficou evidente quando se verificou que jovens imigrantes brancas apresentaram mais horários de lazer do que as jovens imigrantes pretas e pardas, ou, em situação ainda mais discrepante, quando se investigou sobre o uso de equipamentos públicos de lazer, situação em que se verificou que as mulheres saíam muito menos do que os homens para esses locais, e quando o faziam, ainda assim, jovens imigrantes brancas frequentavam muito mais esses espaços do que as imigrantes pretas e pardas.

No caso de Ana, além do risco de assédio, comentado por ela e por seu irmão, reforçaram também o perigo de violência física, destacando que, quando se é mulher, os riscos para a utilização dos espaços públicos são ainda maiores. Isso ficou nítido quando relatou o caso do “Astra cinza”, do Parque Cachoeira (mesmo sendo este o local que tem a melhor infraestrutura de todo o município) ou quando foi abusada dentro de um ônibus do transporte público. Desta forma, ser mulher, imigrante e preta ou parda, torna quase impossível que o direito fundamental de ir e

vir seja cumprido. Ser migrante e ser negra, potencializa, assim, os tensionamentos que perpassam o ser mulher, diminuindo cada vez mais os seus gradientes de poder e sua liberdade, aumentando as ameaças ao seu corpo que se territorializa, aterrorizado²².

Nesse sentido, somam-se as desigualdades que se relacionam fundamentalmente com a construção histórica da sociedade e do urbanismo de Curitiba, e suas implicações em Araucária (as propagandas da administração pública curitibana sempre foram transmitidas nos comerciais televisivos para toda a região metropolitana). Isso aconteceu desde o urbanismo curitibano, a partir do Plano Agache, na década de 1960, passando pelo urbanismo da “cidade modelo”, de Jaime Lerner, e por último, pelo seu sucessor político, o antigo e também atual prefeito Rafael Greca, que segue em seu terceiro mandato, e que tem ideais muito próximos aos de Lerner no que se refere ao urbanismo e à tendência a concepção estética e ideológica do paranismo. Todos eles contribuíram, de alguma forma, para produção de cidades segregadoras (digo cidades porque influenciaram profundamente outros municípios da RMC, como é o caso de Araucária), afastando aqueles com menor condição econômica dos espaços públicos de educação, lazer e cultura.

Além disso, a medida que os discursos governamentais não medem palavras para exaltar as qualidades dos imigrantes europeus que colonizaram o Estado -reforçando a ideia de que através do trabalho árduo, prosperaram e ajudaram a desenvolver a economia paranaense-, há um completo esquecimento das populações negras e um esboço estereotipado das contribuições das populações indígenas para esse desenvolvimento.

Quando se tratou de analisar questões referentes à “*Bullying*, discriminação e violência policial” foram os imigrantes que mais denunciaram situações como estas. Já nas descrições de Ana ela denunciou a discriminação que sofria por seu sotaque e por toda gama de adjetivos pejorativos que acompanhavam o rótulo de “baiana”. Isso ficou evidente nas inúmeras falas em que a jovem denunciou o racismo e a discriminação sobre seu cabelo, sotaque, chegar atrasada etc. Os

²² Referência a etimologia do conceito de território: *terreo-territor* (terror, aterrorizar) (HAESBAERT, 2007).

principais territórios onde aconteceram esses tipos de discriminação foram a escola, onde ia todos os dias, a igreja, na qual, além dos cultos, frequentava o grupo de jovens, o local de trabalho e os espaços públicos da cidade. Todos os relatos sobre violências sofridas tanto nos espaços públicos, quanto na igreja, na escola e no trabalho demonstraram diferentes gradientes de poder que tensionam as suas redes, por ser imigrante; por ser imigrante e negra; por ser negra e mulher; e por ser imigrante, negra e mulher. Todas as experiências que vivenciou estão dentro desses gradientes que demonstram ser interseccionais, ou vistos por outro ângulo -tensionam as redes em direções diferentes-, tornando a sua posição menos livre para realizar movimentações contrárias.

Assim, essas experiências de "subordinação interseccional" (CRENSHAW, 2002, p. 174), foram sendo costuradas em suas redes de forma interdependente, forçando o rebaixamento de suas posições nas relações sociais o tempo todo. Desse modo, a investigação, ao demonstrar que as vulnerabilidades produzidas de forma interseccional nas vivências da jovem se costuram de forma interdependente, pode contribuir para pensar como esses eixos interseccionais de subordinação, exclusão, racismo, elitismo etc, operam nas redes. Neste aspecto o conceito eliasiano demonstrou ajudar na reflexão. E tal debate -o da interseccionalidade- por sua grande relevância, será aprofundado em próximos trabalhos. Por agora só foi possível pontuar como tal conceito pode ser utilizado enquanto perspectiva teórico-metodológica para o estudo sobre desigualdades múltiplas, subalternidade e hierarquização dos territórios vividos.

Ficou nítido assim, que as desigualdades não são produto de uma única causa, muitos processos e histórias compõem a pluralidade a que resultam as desigualdades, portanto, é inútil procurar um único fator que seja determinante, exclusivo (REYGADAS, 2004). Como afirma Reygadas (2004), e fazendo jus à perspectiva eliasiana, as desigualdades estão conectadas aos relacionamentos de poder em suas diferentes formas, assim, mais do que pensar em soma de marcadores de desigualdades sociais, a ideia de intersecção e também de interdependência, pode ajudar a pensar nessas interações entre discriminações, à medida que os marcadores se costuram, se tecem nas vivências dos indivíduos.

Como pode se notar nas segregações sofridas pela jovem, que de nenhum modo ocorreram descoladas de quem ela se constituiu dentro de suas configurações.

Outro aspecto a se frisar é que as redes, assim como parte das territorialidades de Ana, ultrapassam as fronteiras de Araucária, de Curitiba ou do Estado do Paraná, elas carregam consigo as relações, as vivências e o conhecimento que adquiriu na Bahia e em Caraguatatuba-SP (e até mesmo em Telêmaco Borba, quando chegou no Paraná), sendo estas, presentes desde o modo de agir da jovem.

E ainda, é preciso destacar o sentido que Ana dá à educação. Basta lembrar de como ela ressaltou o quanto a educação mudou a sua vida. Foi no colégio que aprendeu sobre racismo, foi a partir do ensino técnico que conseguiu seu primeiro estágio, seu primeiro trabalho, se sustentar, enfim, ser independente. Quando falou sobre o assunto, ficou nítida a esperança de conseguir ser mais respeitada nos diferentes espaços que atua, poder ocupar novas posições sociais, equilibrar as correlações de poder que permeiam suas redes e poder viver sem ter seu corpo violentado, oprimido. Para as jovens com maior vulnerabilidade social, sobretudo as jovens negras moradoras de áreas periféricas, tudo isso está contido nas possibilidades que a educação tem de mudar as suas vidas.

Já com relação aos questionários também foi possível notar algo semelhante à importância que Ana dá à educação. Quando se observou as respostas dadas pelas jovens pretas e pardas, elas mencionam, mais do que as jovens brancas, a “Educação” como um problema social (quando não têm acesso adequado e de qualidade), reconhecendo a importância de valorizá-la.

A conquista da Lei de Cotas (Lei n.º 12.711), promulgada em 2012, durante o governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), foi resultado de anos de luta encabeçados pelo movimento negro. Conjuntamente com programas de bolsas e financiamentos estudantis -ampliados durante os governos do PT (2002-2016)-, resultaram na inserção de milhões de jovens brasileiros ao Ensino Superior, a maioria vindos de condições de exclusão social, como a de Ana, e através da educação conseguiram melhorar a sua condição de vida e de suas famílias. Assim se criou uma atmosfera de otimismo e esperança com relação à educação no Brasil,

e ainda se mostra como a melhor possibilidade para ter ascensão social. Ana, como uma jovem que pôde observar de perto a educação mudando a vida de seu irmão Francisco, que atualmente cursa Psicologia por meio de uma bolsa parcial adquirida pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)-, percebeu que a forma mais eficaz de enfrentar as dificuldades e discriminações pelas quais passou é através da educação, algo que nos dados dos questionários também se verificou a partir das respostas de jovens com condições semelhantes à dela.

Assim, considerando como as discriminações na vida de Ana a cerceiam socioespacialmente -basta lembrar que em praticamente todos os locais e em todas as direções há tensionamentos-, é desafiador pensar que ela também exerce força contrária e tenta equilibrar a balança desigual de poder que envolve sua posição social. Em uma relação entre estabelecidos e *outsiders* há uma discrepância de poder, mas isso não significa que em algum momento haja ausência dele no lado *outsider*.

Por fim, com relação aos resultados da presente pesquisa, devo concluir, portanto, que a natureza processual das relações sociais faz com que não haja uma condição rígida sobre as redes dos jovens imigrantes nordestinos que vivem em Araucária, nem mesmo quando se verificam tensionamentos e estigmatização. Por meio da perspectiva eliasiana de redes de interdependência consegui registrar que através da análise das relações entre indivíduos e sociedade se capta com menor prejuízo o que acontece de fato na cadência entre as duas escalas. Mesmo que questões sociais como as estudadas não tenham resultados exatos, a análise demonstra que as discriminações sociais sofridas pelos e pelas jovens imigrantes têm raízes históricas e continuam a servir como instrumentos de poder ainda hoje.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N ° 6, p. 25-36.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Agricultura e Indústria: a memória do trabalho em Araucária / Prefeitura Municipal de Araucária**. – 2.ed. – Araucária: [s.n.]. 86p.; il. – (Coleção história de Araucária, 1), 1997.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BERSANI, H. Racismo estrutural e o direito à educação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 8, n. 3, p. 380–397, 2017.

Brasil. (1967, 24 de janeiro). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília: Diário Oficial da União. Recuperado em 18 de fevereiro de 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm

CARMO, J. C. B. Planejamento da Região Metropolitana de Curitiba como objeto de estudo: análise sobre a produção bibliográfica no período de 1974-2006. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, 2017 jan./abr., 9(1), 7-18 DOI.

CASTELLS, M., 1942 - **A Questão Urbana**/ Manuel Castells; tradução de Arlene Caetano. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, A. (2002), “Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos”, **Cidades – Comunidades e Territórios**, n.º 5, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 53-67.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2002, v. 10, n. 1.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ. no.24**. Rio de Janeiro Sept./ Dec. 2003.

DELMONDEZ, Polianne; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Sujeitos da diversidade cultural e da desigualdade social. In: PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto et al. (Orgs.). **Educação e diversidade cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2016.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. 1v.

ELIAS, N. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, N. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FEIXA, C., & NILAN, P. (2009). UMA JUVENTUDE GLOBAL? Identidades híbridas, mundos plurais. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, 31, 13-28.

FERNANDES, F., 1920-1995. **A integração do negro na sociedade de classes (o legado da "raça branca")**, volume 1/ Florestan Fernandes - prefácio Antonio Sérgio Alfredo Guimarães - 3. ed. - São Paulo: Globo, 2008 (Obras reunidas de Florestan Fernandes).

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Industrialização e ação do Estado. Considerações sobre a Região Metropolitana de Curitiba (PR). **Revista Raega: O Espaço Geográfico em Análise**. 1997.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)** / Paulo Fontes. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 348 p.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARCIA, F. E. S. G. CURITIBA ANOS 90: Cultura e política na produção da imagem da cidade. **Trabalho apresentado ao XVIII Encontro Anual da ANPOCS (GT 07 - Estudos Urbanos)**. Caxambú - MG, 23 a 27 de novembro de 1994.

GARCIA, F. E. S. G. - **Cidade Espetáculo - política, planejamento, city marketing**. Curitiba: Editora Palavra, 1997.

GOMES, S. C. **Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos**. Imaginario, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 143-169, dez. 2006.

HESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. IN: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade São Paulo, março/ 2005.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, Niterói, v.17, 2007.

HAESBAERT. R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 4ª ed., 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade** / Henri Lefebvre; Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, J. F. de e BIDARRA, B. S. Concentração e desigualdade na Região Metropolitana de Curitiba.urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana [online]**. 2019, v. 11.

MOURA, R.; Kornin, T. Internacionalização da região metropolitana de Curitiba: desigualdades socioespaciais e direitos humanos. In: RIBEIRO, A. C. T.; TAVARES,

H. M.; NATAL, J. L. A.; PIQUET, R. P. S. (Orgs). **Globalização e Território: ajustes periféricos**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

MOURA, N.; BAHL, M. A territorialidade do migrante nordestino em Araucária, Paraná (Brasil). **Revista Geográfica de América Central** Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-16.

NOJIMA, D. e MOURA, R. e SILVA, S. T. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. In: **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Editora Letra Capital. Curitiba/Rio de Janeiro 2009.

OLIVEIRA, D. - **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

OLIVEIRA, A. L. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. **PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 111 - 140, 2018.

REYGADAS, Luis. Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. **Polít. cult.**, México , n. 22, p. 7-25, enero 2004 .

SALTURI, L. A. O movimento paranista e a revista Ilustração Paranaense. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 43, p. 127–158, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SAQUET, M. A. Território e Identidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

SILVA, M. N. Indústria e produção do espaço urbano em Araucária. **RA'E GA**, Curitiba, n. 12, p. 73-91, 2006. Editora UFPR.

SILVA, M. N. TERRITÓRIO: Uma revisão teórico-conceitual, **InterEspaço Grajáú/MA** v. 1, n. 1 p. 49-76 jan./jun. 2015.

SILVA, Karine S. "A mão que afaga é a mesma que apedreja": Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. **Revista Mbote**, v.1, n.1, p. 22-41, 2020.

SOUZA, M.J.L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia de desenvolvimento. IN: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; e CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In: **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM** ISSN 0188-4611, núm. 54, 2004, pp. 114-139

STROHER, L. E. M. **A metrópole e o planejamento urbano: revisitando o mito da Curitiba-modelo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VIACAVA, V. M. R. “Em busca de Curitiba perdida”: a construção do habitus curitibano. In: UFPR. **XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, Civilização e Contemporaneidade**. Recife, UFPR, 2009.